



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Izabela Graziani Alves Simas

Quando os movimentos ingressam no sistema partidário: uma análise das estratégias de comunicação das lideranças de movimentos de direita e os partidos políticos.

**BRASÍLIA
2024**

IZABELA GRAZIANI ALVES SIMAS

Quando os movimentos ingressam no sistema partidário: uma análise das estratégias de comunicação das lideranças de movimentos de direita e os partidos políticos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Democracia e Sociedade

Orientadora: Marisa von Bülow

BRASÍLIA
2024

ESPAÇO PARA FICHA CATALOGRÁFICA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Quando os movimentos ingressam no sistema partidário: uma análise das estratégias de comunicação das lideranças de movimentos de direita e os partidos políticos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada pela Banca Examinadora em 20/03/2024.

Dra. Marisa Von Bülow

Universidade de Brasília

Orientadora e Presidente da Banca

Dra. Luciana Ferreira Tatagiba

Universidade Estadual de Campinas

Examinadora Externa

Dra. Debora Cristina Rezende de Almeida

Universidade de Brasília

Examinadora Interna

Dra. Rebecca Nearea Abers

Universidade de Brasília

Suplente Interna

AGRADECIMENTOS

Em muitos momentos, a ideia de um dia escrever essas linhas, e a própria dissertação, pareceu demasiadamente distante. Um mestrado que se inicia à distância e em meio a uma pandemia. Foram 3 longos anos até que pudesse encerrar este ciclo. E a caminhada, apesar de dura, só foi possível por causa daqueles que estiveram ao meu lado e que aqui gostaria de agradecer e lembrar.

Inicialmente, gostaria de agradecer à minha orientadora acadêmica, Marisa Von Bülow, pela escuta sempre atenta e por toda a generosidade durante o processo de escrita da dissertação. Marisa, mesmo à distância, esteve sempre perto e disponível para qualquer dúvida ou angústia. Me acalmou e me deu certeza sobre meu trabalho mesmo quando eu deixei de ter. Não houve uma página dessa dissertação que não tenha sido vista e revisada por ela. Transmitir conhecimento é um dom que nem todos tem, mas que Marisa esbanja, e eu só posso agradecer o imenso privilégio de ter sido sua orientanda.

Agradeço também à minha companheira nessa vida, Stefanie, quem me deu o suporte e o amor necessário para além da vida acadêmica. Foi ela quem me incentivou desde o momento da inscrição no processo seletivo, e quem me deu forças e motivos para continuar a escrever quando a nossa mente só queria descansar. Foi ela que foi o meu colo e o meu conforto nesses tantos outros momentos. Você foi o motivo e a coragem para que eu não desistisse. Foi, além de tudo, a minha pessoa no mundo. Esse ciclo não poderia se encerrar se não fosse por você.

Agradeço especialmente a Márcia, minha mãe, e Henrique, meu pai, que mesmo nas maiores dificuldades não mediram esforços para que eu pudesse tornar esse sonho do mestrado real. E que mesmo nos meses em que precisei me mudar para Brasília se fizeram presentes e me fizeram sentir mais segura e confiante de que sempre teria para onde e para quem voltar.

Agradeço às amigas da vida pela escuta, pelas risadas, pela confiança e pelos desafios compartilhados. À Vivian, a grande amiga nortista que Brasília me apresentou. Tenho a certeza de que precisei viajar para que nossos caminhos pudessem se cruzar. À Ivana, Luciene, Natália, e Mariana, amigas de uma vida toda, sempre pacientes e parceiras. À Grace e Tainá, das grandes e boas surpresas que aparecem.

Por fim, agradeço a professora Rebecca Abers, quem me acompanhou durante o estágio docente. Foi nos momentos compartilhados em sala de aula que o motivo pelo qual escolhi esta carreira se tornou claro. A docência, ao seu lado, professora, fez sentido.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as estratégias de comunicação das lideranças dos movimentos sociais autointitulados de direita sobre a sua relação com o partido político. Este trabalho insere-se no debate sobre a interação entre movimentos sociais, partidos políticos e movimentos populistas, antiestablishment ou antipolítica, buscando identificar as particularidades do caso brasileiro. Para atingir esses objetivos, foram analisadas publicações retiradas das páginas do Facebook dos deputados federais Carla Zambelli e Kim Kataguiri, lideranças eleitas do NasRuas e do MBL, respectivamente. A análise dos dados foi conduzida em três etapas distintas. Primeiramente, realizou-se uma análise quantitativa abrangente dos dados. Em seguida, foi organizado um corpus de texto para permitir uma análise baseada em nuvens de palavras e análises de similitude. Por fim, as publicações foram submetidas a uma análise de conteúdo orientada pela classificação em categorias. Os resultados desta dissertação corroboram importantes pontos da literatura, como as diferenças existentes na direita brasileira e o papel do antipetismo como elemento unificador. Além disso, os dados indicam diferentes estratégias de inserção no sistema partidário em momentos distintos, bem como uma inconsistência entre a atuação político-partidária cotidiana na Câmara dos Deputados e aquela veiculada na página do deputado Kim Kataguiri nas redes sociais.

Palavras-chave: Partidos políticos; Movimentos sociais; Direita; Antipolítica.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the communication strategies of the leadership of self-styled right-wing social movements regarding their relationship with the political party. This work fits into the debate on the interaction between social movements, political parties, and populist, anti-establishment, or anti-politics movements, seeking to identify the particularities of the Brazilian case. To achieve these objectives, publications taken from the Facebook pages of federal deputies Carla Zambelli and Kim Kataguri, elected leaders of NasRuas and MBL, respectively, were analyzed. Data analysis was conducted in three distinct stages. Firstly, a comprehensive quantitative analysis of the data was carried out. Next, a text corpus was organized to allow for analysis based on word clouds and similarity analyses. Finally, the publications were subjected to a content analysis guided by classification into categories. The results of this dissertation corroborate important points of the literature, such as the existing differences within the Brazilian right and the role of anti-Petism as a unifying element. Furthermore, the data indicate different strategies for integration into the party system at different times, as well as an inconsistency between daily political-party activity in the Chamber of Deputies and that conveyed on Deputy Kim Kataguri's social media page.

Keywords: Political parties; Social movements; Right-wing; Antipolitics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Publicação categorizada como antagonismo entre as relações retirada da página oficial no Facebook do Deputado Kim Kataguiri, de 23 de fevereiro de 2019 no Facebook. .	25
Figura 2 - Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante a campanha de Kim Kataguiri, 16 de agosto a 28 de outubro de 2018 (tamanho refere-se à frequência).....	64
Figura 3 - Análise de Similitude entre os termos mais citados pelas publicações de administrador da página do Facebook durante a campanha de Kim Kataguiri, 16 de agosto a 28 de outubro de 2018.....	65
Figura 4 - Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook de Carla Zambelli durante campanha, de 16 de agosto a 28 de outubro de 2018.....	67
Figura 5 - Análise de Similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página oficial de Carla Zambelli durante a campanha de Carla Zambelli, de 16 de agosto a 28 de outubro de 2018.....	68
Figura 6 - Nuvem de palavras dos políticos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook de Kim Kataguiri durante o primeiro ano do mandato, 2019.....	72
Figura 7 - Análise de similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook durante o primeiro ano do mandato de Kim Kataguiri, 2019.....	73
Figura 8 - Nuvem de palavras dos políticos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante o primeiro ano do mandato de Carla Zambelli, 2019.....	75
Figura 9 - Análise de similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook durante o primeiro ano do mandato de Carla Zambelli, 2019.....	75
Figura 10 - Análise de Similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook de Kim Kataguiri durante o ano de 2021.	83

Figura 11 - Análise de similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook de Kim Kataguiri, de 1 de janeiro a 16 de agosto de 2022.....	86
Figura 12 - Análise de Similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook de Carla Zambelli, de 1º de janeiro a 16 de agosto de 2022.....	88
Figura 13 - Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante o período de campanha de Kim Kataguiri, 2022.....	92
Figura 14 - Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante a campanha de Carla Zambelli, 2022.	94
Figura 15 - Análise de similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrado da página do Facebook durante a campanha de Carla Zambelli, 2022.....	95
Figura 16 - Análise de similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook durante o período de campanha de Kim Kataguiri, 2022.....	97
Figura 17 - Publicação no Facebook de Kim Kataguiri sobre a Campanha de Bolsonaro, 25 de setembro de 2018.....	102
Figura 18 - Publicação no Facebook de Kim Kataguiri sobre o Governo Bolsonaro, 29 de novembro de 2019.....	104
Figura 19 - Publicação no Facebook de Kim Kataguiri sobre Declaração de Eduardo Bolsonaro sobre AI-5, 31 de Outubro de 2019.....	105
Figura 20 - Publicação no Facebook de Carla Zambelli sobre a Campanha de Bolsonaro, 24 de setembro de 2018.	107
Figura 21 - Publicação no Facebook de Carla Zambelli sobre Campanha de Geraldo Alckmin, 5 de setembro de 2018.....	108
Figura 22 - Publicação no Facebook de Carla Zambelli sobre Campanha de Geraldo Alckmin, 4 de setembro de 2018.....	109
Figura 23 - Publicação no Facebook de Carla Zambelli sobre disputa pela liderança do PSL, 4 de setembro de 2018.	110
Figura 24 - Publicação no Facebook de Carla Zambelli sobre relação com o PSL, 28 de novembro de 2019.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exemplos de publicações distribuídos por categoria.	26
Tabela 2 - Citações a partidos ou políticos na página de Facebook durante a campanha de Carla Zambelli, 16 de agosto a 28 de outubro de 2018. (percentuais das publicações que mencionam partidos ou candidatos do total de 413 publicações)	63
Tabela 3 - Citações ao partido DEM no Facebook durante o mandato de Kim Kataguiri (2019 – 2022) (% do total de publicações)	70
Tabela 4 - Citação ao PSL no Facebook durante o mandato de Carla Zambelli, 2019-2022. (Em percentuais do total de 4.811 publicações na página da deputada).....	74
Tabela 5 - Citações a partidos, candidatos e políticos no Facebook durante o período de campanha de Kim Kataguiri, 2022. (Percentuais em relação ao total de 77 publicações durante a campanha).....	92
Tabela 6 - Resultados em percentuais de publicações por categorias retiradas da página oficial do Facebook de Kim Kataguiri, de 2018 a 2022.	99
Tabela 7 - Resultados em percentuais de publicações por categorias retiradas da página oficial do Facebook de Carla Zambelli, de 2018 a 2022.	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

API	Interface de Programação de Aplicações
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM	Democratas
EPL	Estudantes pela Liberdade
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FEFC	Fundo Especial de Financiamento de Campanha
MBL	Movimento Brasil Livre
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NOVO	Partido Novo
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PPS	Partido Popular Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partidos dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Objetivos.....	16
Justificativa.....	16
Metodologia.....	20
Capítulo 1 – A relação entre movimentos sociais e partidos políticos.....	31
1.1 – Partidos políticos e a crise de representação.....	36
1.2 – Antipolítica, antiestablishment e populismo.....	42
Capítulo 2 - O caso brasileiro.....	46
2.1 – Um debate sobre as diferentes vertentes dos partidos políticos de direita.....	49
2.2 – A crise política e o ativismo de direita.....	53
2.3 – As organizações de direita e a heterogeneidade entre elas.....	56
2.3.1 – Movimento Brasil Livre.....	58
2.3.2 – NasRuas.....	59
Capítulo 3 – Os deputados e os partidos políticos durante o mandato.....	61
3.1 – Um primeiro olhar para os dados.....	61
3.2 – Análise do primeiro ano dos mandatos (2019).....	70
3.3 – Análise do segundo ano de mandato dos deputados.....	77
3.4 – Análise do terceiro ano de mandato dos deputados.....	81
3.5 – Análise do quarto ano de mandato dos deputados.....	85
3.6 – Análise da campanha eleitoral de 2022.....	90
3.7 – Análise de conteúdo das publicações.....	99
4. Conclusão.....	114
Referências Bibliográficas.....	117
APÊNDICE A – Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante segundo ano do mandato de Carla Zambelli, 2020.....	127
APÊNDICE B – Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante segundo ano do mandato de Kim Kataguirí, 2020.....	128
APÊNDICE C - Análise de Similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook de Carla Zambelli durante segundo ano de mandato, 2020.....	129
APÊNDICE D - Análise de Similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook de Kim Kataguirí durante segundo ano de mandato, 2020.....	130

APÊNDICE E – Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante terceiro ano do mandato de Kim Kataguirí, 2021.....	131
APÊNDICE F – Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante terceiro ano do mandato de Carla Zambelli, 2021.....	132
APÊNDICE G - Análise de Similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook de Carla Zambelli durante terceiro ano de mandato, 2021.....	133
APÊNDICE H – Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante quarto ano do mandato de Kim Kataguirí, 2022.	134
APÊNDICE I – Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante segundo ano do mandato de Carla Zambelli, 2022.....	135

Introdução

A ascensão de governos, partidos políticos e movimentos de direita pelo mundo revela para nós, pesquisadores, um campo primordial de estudo. De modo a contribuir com esse campo e com o crescente interesse no estudo das interações entre movimentos sociais e o sistema político, esta dissertação analisa movimentos autointitulados de direita cujas lideranças optaram por ingressar em partidos políticos. Importante ressaltar que os movimentos aqui escolhidos enquanto objeto de pesquisa surgem em um contexto de ascensão do conservadorismo, com um forte discurso de contestação ao sistema e ao establishment político. Portanto, é objetivo deste trabalho compreender quais as estratégias de interação das lideranças eleitas dos movimentos com o sistema partidário.

O cenário político brasileiro passou por uma transformação significativa nos últimos anos, com eventos como os protestos de 2013 e a campanha de impeachment de Dilma Rousseff em 2015 e 2016 marcando um ponto de inflexão na relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos do país. Ao procurar entender a dinâmica entre esses grupos e o sistema político, os especialistas se concentraram em identificar os indivíduos e organizações por trás dos protestos e sua crescente influência na formação da opinião pública. Diversos estudos foram realizados sobre o tema, entre eles os trabalhos de Alonso (2017), Bringel (2019), Singer (2013), Souza (2016), Gobbi (2016) e Tatagiba, Trindade e Galvão (2019).

Outros estudiosos, por sua vez, empregaram esforços no sentido de esmiuçar a atuação destes nas mídias sociais (e.g. Dias, 2017; Angeli; Sampaio, 2018; Chagas; Santos, 2018) e ainda outros se interessaram em analisar a propagação do pensamento da nova direita no país (e.g. Chaloub; Perlatto, 2016; Rocha, 2019). Esse olhar para o reconhecimento da necessidade de compreender a ascensão desses grupos se dá, em alguma medida, pela importância e protagonismo que essas organizações assumiram no recrudescimento e propagação do discurso oposicionista e antiestablishment.

De acordo com Tatagiba et al. (2019), a direita brasileira emergiu como a clara vencedora dos protestos de 2013, pois foi capaz de aproveitar os sentimentos e o humor dos eventos. Capitalizaram a insatisfação com as instituições democráticas e os partidos políticos, utilizando-a para promover a sua própria agenda. Este tipo de insatisfação com as democracias ocidentais não é exclusivo do Brasil e é anterior a 2013. Baquero e Vasconcelos (2013) sugerem que o descontentamento com as instituições democráticas tem crescido nos últimos anos na América Latina, devido à ascensão e fortalecimento do discurso neoliberal.

Autores como Ballestrin (2018), Mouffe (2006) e Urbinati (2016) identificaram uma crise nas democracias representativas ocidentais desde o fim da Guerra Fria. Segundo Baquero (2000), esse modelo democrático também enfrenta uma crise nos países latino-americanos.

Autores como Souza, Messias e Espiñeira (2017) enxergam esse momento de crise de representação, que, para eles, foi gestado nas manifestações de rua de 2013, como um momento de abertura de oportunidades políticas para que outros protestos e movimentos sociais com pautas liberais pudessem surgir e se fortalecer. Entidades como o Movimento Brasil Livre, para eles, já demonstraram desde o início a intenção de disputar espaços no campo da política institucional. “As suas lideranças explicavam aos seus seguidores que a pressão popular nas ruas é fundamental, mas que o Legislativo tem um papel importante na aprovação do impeachment” (Souza, Messias e Espiñeira, 2017, p. 221).

Em seu artigo 14, parágrafo 3, inciso V, a Constituição Brasileira de 1988 estipula que somente aqueles que são filiados a um partido político podem concorrer a cargos públicos. A Constituição reconhece que os partidos políticos devem garantir a autenticidade do sistema representativo. Isso significa que a Constituição brasileira restringe a participação de movimentos e organizações nas arenas institucionais, a menos que se filiem ou criem partidos políticos. No entanto, pesquisas como a realizada por Souza, Messias e Espiñeira (2017) revelam que essas organizações não escolheram um único partido, mas lançaram seus candidatos por meio de múltiplos partidos.

Os partidos políticos são atores centrais no processo eleitoral, ou seja, são aqueles que aglutinam e organizam ideias, interesses e os transformam em projetos políticos (Sacchet; Rezende, 2021, p. 156). Segundo Sacchet e Rezende (2021, p. 157), os partidos assumem o papel de condutor do processo eleitoral “por meio da construção de listas de candidatos e distribuição de recursos, organizam a representação política através de suas bancas, dentre outras atribuições do processo eleitoral e legislativo”. Ainda nesse sentido, as autoras destacam que no Brasil inexistente a possibilidade de lançar candidaturas sem que se esteja filiado a um partido político. Esta dissertação busca contribuir para a análise da relação entre estes movimentos e os partidos políticos. Assim, nossa pesquisa pretende responder à seguinte questão:

Qual a estratégia de comunicação sobre a interação com partidos políticos de movimentos que se apresentam como atores de direita e antipartidários? Respondemos a esta questão através de um estudo comparativo da comunicação via página do Facebook de dois

deputados federais eleitos em 2018. Os casos selecionados são: Kim Kataguiri, eleito pela União Brasil e representando o Movimento Brasil Livre; Carla Zambelli, eleita pelo Partido Liberal e representando o NasRuas.

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as estratégias de comunicação no Facebook sobre a relação dos deputados com os partidos políticos, identificando o que estas lideranças escolhem passar para a sua audiência. Além disso, esta dissertação tem como objetivos específicos: a) Analisar como a relação dos parlamentares com os partidos se traduz nas comunicações online com seu público; b) Comparar se existem diferenças na relação estabelecida com os partidos durante o período de campanha e durante o mandato; c) Analisar a relação dos parlamentares com o Bolsonarismo; d) Analisar a relevância do discurso antagonista no discurso dos parlamentares; e) Analisar se o discurso antipartidário foi mantido pelos deputados durante o mandato.

Justificativa

A ascensão de grupos e movimentos de direita no Brasil e no mundo despertou e redirecionou o interesse dos estudiosos para a compreensão do fenômeno. Governos das mais variadas vertentes da direita despontaram no cenário internacional e chegaram ao executivo em países como Estado Unidos, Inglaterra, Hungria e Brasil. A literatura vem tentando dar conta desse fenômeno e, nesse sentido, o que se pretende com essa dissertação é contribuir para o debate sobre movimentos sociais e suas interações com os partidos políticos. A razão para centrar a atenção na forma como os representantes que transitaram para funções institucionais se relacionam com os partidos políticos deve-se à convicção de que estes atores são cruciais para a manutenção da representação democrática.

Assumimos, então, que a discussão feita até hoje pelas teorias de movimentos sociais, pelas teorias que discutem o sistema partidário brasileiro e os estudos sobre disputas eleitorais ainda podem avançar quanto ao que relaciona esses diferentes campos, muitas vezes tratados como desconexos e separados. Sem dúvida, isto se deve à forte divisão interdisciplinar presente nos estudos sobre política. De acordo com McAdam e Tarrow (2011, p. 19), os movimentos sociais nem mesmo eram vistos pelos estudiosos como uma forma de política. Isso muda, no entanto, com o fortalecimento da abordagem do processo político, ainda nos anos 70. Para eles, é esta perspectiva, proposta inicialmente por Charles Tilly, que melhor expressa a relação codependente entre movimentos sociais e instituições políticas.

Essa divisão interdisciplinar também foi sentida fortemente pelos acadêmicos latino-americanos. Apesar disso, segundo Rossi e von Bülow (2015, p. 2), a América Latina figura como pioneira nos estudos sobre a interação entre sistema político e movimentos sociais desde os estudos sobre redemocratização nos anos 1980. Para esses autores, o pioneirismo latino-americano é responsável pela criação de diversas novas agendas de estudo. Nesse sentido, a partir das reflexões apresentadas por Rossi e von Bülow (2015), podemos afirmar que a literatura latino-americana foi uma pioneira e esteve na vanguarda na busca de novas agendas de pesquisa, mas, nem sempre foi reconhecida internacionalmente por isso.

Segundo Oliveira (2021, p. 587) essas interações entre movimentos sociais e partidos políticos são vistas pela literatura como um problema de pesquisa importante, mas as análises raramente se aprofundavam e o campo permanecia pouco explorado. Entretanto, Oliveira (Idem) acredita que essa situação tem se transformado e estudiosos têm se dedicado na compreensão e no estudo desse tema. Apesar disso, a autora sinaliza o fato de que “os efeitos da relação cotidiana entre partidos e movimentos sociais, e em perspectiva histórica, ainda não foram explorados pela literatura no Brasil.” (Idem, p. 587). Trabalhos como o de Goldstone (2003, 2004), Abers, Serafim e Tatagiba (2014) e Mische (2008) demonstram a interdependência entre atores e estruturas de movimentos sociais e partidos políticos.

Neste contexto, a presente dissertação adiciona uma perspectiva valiosa à crescente ênfase da literatura no estudo das dinâmicas entre movimentos sociais e o sistema político, ao concentrar-se nos movimentos posicionados à direita do espectro político. Enquanto a literatura latino-americana tem predominantemente explorado as interações dos atores políticos de inclinação à esquerda e suas diversas modalidades de relacionamento com os partidos políticos, bem como as variadas formas pelas quais movimentos e organizações se engajam com o sistema partidário, esta dissertação preenche uma lacuna ao examinar o papel e as estratégias dos movimentos situados à direita. Além disso, essa dissertação pretende contribuir para aprofundar o debate sobre a compreensão das diferenças internas à direita que emergiu no Brasil nos últimos anos.

Assumimos que a crise política brasileira e os ciclos de protestos que vão de 2013 a 2018, inauguraram um momento de inflexão no cenário político brasileiro, influenciando as disputas eleitorais subsequentes. Os movimentos autointitulados de direita e conservadores, que já se articulavam no Brasil há algum tempo (Rocha, 2018), ganham força e visibilidade na esteira das manifestações de junho de 2013. A força dessas mobilizações parece ter

contribuído para a criação de um sentimento político de rejeição ao governo, aos partidos e ao próprio sistema partidário como um todo. Ao que parece, esse sentimento que pairava no ar acabou influenciado fortemente as eleições subsequentes, seja pelo enfraquecimento das instituições ou pelo fortalecimento de um discurso antipolítica.

Segundo Ballestrin (2018), o processo de Impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, assim como a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, o referendo pela saída da Inglaterra da União Europeia e a rejeição do acordo de paz com a FARC, na Colômbia, são eventos que questionam a legitimidade e os limites da democracia representativa e liberal do ocidente. Ainda segundo a autora, “cada qual à sua maneira, tais acontecimentos evidenciam a emergência de discursos abertamente autoritários, anti-humanistas e antidemocráticos” (Ballestrin, 2018, p. 149).

Esses conflitos, segundo Medeiros (2020), são marcados por novos atores, novas agendas e novas maneiras de agir. Ainda segundo o autor, a mobilização de 2013, no Brasil, tem como pano de fundo uma crescente desconfiança com os sistemas políticos e os partidos tradicionais. Soma-se a esse quadro, embora também muito como resultado dele, a crescente polarização ideológica que, para Medeiros (2020), seria o principal fator explicativo capaz de demonstrar a importância de olhar para as transformações provocadas pelo surgimento desses novos atores na cena política. Tanto aqueles movimentos que se relacionam com as ideias do que o autor denomina como “nova esquerda”, como aqueles que mais se aproximam do que vem se convencendo chamar de “nova direita”. Considerando o quão polêmico é falar na existência de uma nova direita no Brasil, optamos por assumir e trabalhar apenas com movimentos que se autointitulam de direita. No entanto, parte da literatura tem se dedicado a compreender a existência, ou não, de uma nova direita no país (Pierucci, 1997).

A direita brasileira, ao interagir e integrar os quadros partidários, apresenta algumas diferenças em relação a outros casos como, por exemplo, o dos Estados Unidos. O movimento da extrema direita norte-americana pode ser facilmente identificado dentro de um partido, o Partido Republicano. No entanto, os diferentes grupos e organizações que surgem das mobilizações, no Brasil, não podem ser tão facilmente mapeados. Em parte, isto pode se dar em função do sistema político partidário brasileiro ser multipartidário, ao passo que o sistema partidário norte americano concentra a disputa em dois partidos. E esta é, de fato, uma hipótese a ser adotada. Apesar disso, não acredito que esta é a única explicação possível para o fenômeno. Entretanto, acredito que aqui está um importante foco de investigação. Mesmo

sem a criação de um único partido que os representem, os movimentos direitistas conseguiram obter um expressivo resultado eleitoral.

Segundo dados coletados por Werneck e Molin (2018), esses movimentos conseguiram eleger, em 2018, doze deputados federais. Superando, inclusive, partidos como o Novo, o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Socialismo e Liberdade (PsoL) o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Podemos e, por fim, o Partido Social Cristão (PSC). O MBL, por exemplo, já lança candidaturas ao legislativo desde as eleições de 2016, quando, sozinho, elegeu 8 dos 45 candidatos que lançou, tendo, inclusive, conseguido conquistar uma prefeitura em cidade do interior de Minas Gerais, com a eleição de Zé Pocai, pelo Partido Popular Socialista¹. Porém, em 2018, ganharam força e conquistaram quatro vagas no legislativo, sendo uma para a Câmara dos Deputados, com a eleição de Kim Kataguiri, e outras três para o legislativo estadual.

Já o NasRuas, fundado pela deputada federal Carla Zambelli em 2011, diz ter como sua principal missão fiscalizar o poder público, propor soluções de combate à impunidade e promover a conscientização política. De acordo com informações publicadas em sua própria página, o NasRuas define suas tarefas como a fiscalização do poder público, seja ela municipal, estadual, federal, mas também a conscientização de jovens e adultos através de palestras, eventos e participação de debates em eleições. Visto o protagonismo nas ruas desses movimentos e o êxito na eleição de seus quadros, já nas eleições de 2016, parece interessante analisar e compreender como essa relação entre movimento, representantes eleitos e os partidos políticos se deu no cenário posterior ao início do projeto de institucionalização e disputa partidária desses movimentos.

Desse modo, a eleição de 2018, a primeira eleição ao Congresso Nacional após a disputa e êxito na conquista de espaços nas Câmaras Legislativas Municipais e Prefeituras, figura como um marco temporal importante de ascensão e consolidação desses movimentos de direita e suas candidaturas. Foram as eleições de 2018 também que levaram à Presidência Jair Bolsonaro, candidato eleito e apoiado pelos movimentos e candidatos aqui escolhidos, e que, em tese, poderia favorecer o processo de institucionalização desses movimentos. Assim, a decisão de focar no estudo dos mandatos dos deputados federais eleitos em 2018 se alinha com a literatura existente e com o contexto atual de ascensão dos movimentos de direita no

¹ CARTACAPITAL. MBL elegeu oito de seus 45 candidatos. CartaCapital, 3 out 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/mbl-elegeu-oito-de-seus-45-candidatos/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

Brasil. Esses movimentos combinaram uma narrativa de participação política e protestos de rua com uma abordagem estratégica para ganhar influência no cenário político nacional.

Metodologia

Adotamos um desenho de pesquisa comparado, a partir da seleção de dois casos que representam mandatos de representantes dos movimentos autointitulados de direita que optaram pela disputa do campo institucional e a inserção em partidos políticos. Ao contrário de pesquisas estatísticas e com um grande número de casos, a metodologia comparada com N pequeno não se baseia na aleatoriedade da seleção dos casos.

Estudos de caso e desenhos de pesquisa com N pequeno (small-n) estão diretamente relacionados à complexidade causal e às múltiplas formas que os fenômenos políticos podem assumir (Rezende, 2011, p. 315). Isto porque, uma maior complexidade exige maior atenção do cientista político para compreender condições e contingências históricas específicas. Por isso, para o autor, “estudos de caso seriam, portanto, desenhos de pesquisa que permitem aos pesquisadores lidar mais adequadamente com os problemas analíticos gerados pela complexidade causal.” (Rezende, 2011, p. 316).

Em pesquisas que o estudo de caso é escolhido como desenho, o pesquisador deve utilizar procedimentos que tomam como base estudos já existentes (Rezende, 2011). Ou seja, casos representam escolhas metodológicas. E, para isso, o pesquisador pode escolher entre casos típicos, diversos, extremos, desviantes, exemplares, cruciais, pathway, similares e diferentes. Os dois casos aqui escolhidos se encaixam na tipologia dos casos escolhidos em função de sua similaridade. No caso desta pesquisa, especificamente, os dois casos nos ajudam a compreender se esses atores, apesar de advirem de movimentos que surgem em contextos e com pautas semelhantes, convergem ou divergem em suas estratégias e relações com os partidos políticos, com os demais atores e com as instituições.

É preciso enfatizar, entretanto, que essa similaridade não é do caso em si mesmo, mas sim do processo ao qual todos estão submetidos. Os dois candidatos eleitos advêm do papel de liderança em movimentos que organizaram grandes manifestações de rua. E, apesar de terem feito a escolha pela disputa da institucionalidade, não o fizeram ao mesmo tempo e nem se lançaram pelo mesmo partido. Os movimentos são diferentes entre si, mas se uniram em

torno de um causa comum: destituir a presidente Dilma e eleger um representante que dialogasse com seus ideais.

O Movimento Brasil Livre e o NasRuas são dois dos principais movimentos que surgem na esteira das manifestações de junho de 2013. Tiveram atuação e presença marcantes nas manifestações de direita no Brasil e foram, inclusive, alguns dos seus principais mobilizadores. Movimentos que, apesar de surgirem com um forte apelo antipartidário, optaram pela estratégia de se afirmarem no cenário político eleitoral. Em trabalho anterior, mas ainda não publicado, empreendi a análise de mais de 1.000 publicações na página do Facebook do Movimento Brasil Livre correspondentes ao período de surgimento da página no Facebook, em 2014, até o final do ano de 2016.

Por meio dessa análise, foi possível identificar que mais de 50% das publicações da página funcionavam como forma de divulgar as ações, as parcerias e os partidos com os quais o movimento criava vínculos e, além disso, quais partidos decidiam apoiar. Parece plausível, portanto, acreditar que isto também se daria no caso do lançamento de candidaturas próprias. As mídias sociais desses grupos servem, então, para tentar apreender o que as lideranças desses movimentos optam por informar a seu público em relação aos partidos políticos.

A coleta dos dados das mídias sociais é importante para que possamos compreender e analisar se existem diferenças na relação entre esses movimentos, candidatos e partidos durante a disputa eleitoral de 2018, 2022 e todo o período de seu mandato. É preciso esclarecer, primeiramente, que a escolha do período se dá em função do objetivo de direcionar o olhar para o contexto eleitoral de 2018, marco temporal importante para compreender a ascensão de um governo movimentalista extrema-direita.

Optamos pela escolha desta plataforma de rede social em função da centralidade desta para estes movimentos. O Facebook foi, e continua sendo, o principal meio de comunicação entre esses movimentos e seu público. Além disso, estudos como o de Braga e Carlomagno (2018), por exemplo, destacam o Facebook como a principal ferramenta utilizada pelos candidatos a cargos majoritários nos últimos pleitos brasileiros. Nesse sentido, compreendemos que o uso do Facebook também foi central para a eleição dos parlamentares aqui escolhidos.

Dados apresentados por Lara (2016) contribuem para reforçar nosso argumento. Segundo a autora, em março de 2016 o engajamento da página do MBL no Facebook ultrapassava as 15 milhões de interações. Os números apresentados por Lara, coletados via CrowdTangle, apontam também para uma queda de 30% nas interações da página do movimento. Entretanto, os números indicam movimento inverso na página de sua liderança, Kim Kataguiri. Em janeiro de 2018, a página no Facebook de Kim Kataguiri vivia o seu maior período de engajamento, superando em 80% as interações em 2016 durante a campanha pró-impeachment. Apesar de não ter encontrado números equivalentes para o mesmo período do movimento Nas Ruas ou a deputada Carla Zambelli, matéria publicada na Folha de São Paulo em 2018, evidencia a visão do movimento do Facebook enquanto sua principal ferramenta de comunicação². Símbolo de seu protagonismo nas redes sociais, Carla Zambelli foi eleita ainda durante o mandato, em 2021, como a parlamentar mais influentes das redes³. A página de Kim Kataguiri e do MBL contam hoje, 19 de fevereiro de 2024, com 1,5 e 2,9 milhões de seguidores, respectivamente. A página de Carla Zambelli chega a ter 3 milhões de seguidores e a do NasRuas 1 milhão.

À época da realização da pesquisa de campo, havia uma grande dificuldade para a extração automatizada de dados (por exemplo via API⁴), e, portanto, optou-se pela busca e extração manual dos dados nas páginas oficiais dos deputados federais. As postagens foram selecionadas com base em um filtro por período e por palavras-chave, utilizando a busca manual do Facebook em cada página. As publicações só foram selecionadas quando faziam menção a algum partido, candidato ou político eleito, seja ele do executivo ou do legislativo. Publicações com menções a vereadores e deputados estaduais também se somam ao total dos dados. Para fazer a busca manual, tivemos que ler todas as publicações de todos os dias do período escolhido. Entretanto, para evitar a captura de posts que não fizessem menção ao tema, selecionamos as publicações utilizando palavras como “partido”, “político”, o nome de qualquer parlamentar ou candidato como, por exemplo, “Bolsonaro”, “Lula”, o nome de

² FLECK, Isabel. Movimentos contornam Facebook em novas estratégias digitais. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/movimentos-contornam-facebook-em-novas-estrategias-digitais.shtml> >.

³ SOARES, Gabriela. Carla Zambelli é a congressista mais influente das redes, diz levantamento. Poder 360, 2021. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/congresso/carla-zambelli-e-a-congressista-mais-influente-das-redes-diz-levantamento/> >.

⁴ Após a descontinuação do aplicativo Netvizz em setembro de 2019, o Facebook passou a permitir a criação de contas para acadêmicos, jornalistas e outros profissionais para extrair e monitorar dados em sua rede social. Entretanto, essa autorização no período de realização desta pesquisa estava restrita a autorizações por parte da equipe da META. Apesar de ter solicitado acesso aos dados, por duas vezes, em um intervalo de seis meses, a autorização não foi concedida em tempo hábil para que a coleta fosse feita.

qualquer partido político brasileiro como filtro. Em função da necessidade de fazer todo o processo de coleta de dados manualmente, a coleta começou em abril de 2023 e se encerrou em junho de 2023.

Foram coletadas 6.286 publicações, sendo 2.399 publicações retiradas da página oficial do Facebook de Kim Kataguiri e 3.887 publicações da página oficial do Facebook de Carla Zambelli. Esse total corresponde ao período eleitoral, que tem início em 16 de agosto de 2018 e termina no dia 5 de outubro de 2018, e os quatro anos do mandato de cada deputado, ou seja, de fevereiro de 2019 até dezembro de 2022, analisando separadamente o período eleitoral de 2022. No entanto, nos meses de novembro e dezembro de 2022 a página da deputada Carla Zambelli não continha nenhuma publicação. A escolha do período tem como objetivo compreender justamente a dinâmica de interação entre movimentos, partidos e como isso se dá por meio do mandato de deputado, ou seja, compreendendo a dinâmica na relação movimento – deputado – partido, durante os períodos eleitorais de 2018 e 2022 e durante todo o mandato.

Após coletadas, as publicações foram analisadas de três diferentes formas. Primeiro, foi feita uma análise quantitativa geral dos dados. Ou seja, quantas vezes cada deputado fez menção ao seu próprio partido ou aos demais partidos e políticos. Essa análise foi feita ano a ano, para acompanhar as mudanças durante os diferentes anos do mandato. O que nos levou a perceber, por exemplo, o momento em que a deputada Carla Zambelli passa a apoiar a iniciativa de criar um novo partido político, o Aliança pelo Brasil. Tentativa esta que não foi bem-sucedida, mas que recebeu atenção e espaço na página da então deputada. O endosso à criação de um novo partido que representasse a “verdadeira” direita brasileira teve início ainda no primeiro mandato, mais especificamente no mês de novembro e correspondeu, naquele mês, a 23,08% das publicações da deputada.

No entanto, sabendo que os dados têm muito mais a nos oferecer do que as análises estatísticas básicas. O segundo passo foi organizar as publicações em um documento de texto do OpenOffice, também por ano, e criar um corpus de texto reconhecido pelo software Iramuteq⁵. O recurso da nuvem de palavras nos permitiu identificar quais partidos estiveram mais presentes nas publicações dos deputados, enquanto a análise de similitude nos permitiu

⁵ O Iramuteq é um software livre, ligado ao pacote estatístico R, para análises de conteúdo, lexicometria e análise do discurso. Desenvolvido pelo Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées em Sciences Sociales da Universidade de Toulouse. Disponível em: < <http://www.iramuteq.org/>>.

entender a estrutura da construção destes textos e quais temas e palavras apareciam mais distantes ou próximas umas das outras.

A análise discursiva dessas publicações, após esta primeira contagem de palavras e a análise do quanto estão relacionadas ou não, está orientada pela classificação em categorias. É preciso ressaltar, no entanto, que também foi feita uma análise quantitativa da citação aos próprios partidos dos deputados, aos partidos opositores e aos partidos ligados ao Bolsonarismo. Essa análise percentual foi realizada também para visualizar quantitativamente o quanto esses partidos e políticos apareciam em determinados períodos. Além disso, as publicações foram classificadas em mais de uma categoria, quando necessário.

As categorias foram pensadas com base em uma extensa literatura que aborda a relevância do antipetismo e do antagonismo nos enquadramentos utilizados por atores (Tatagiba, 2018; Tatagiba et al. 2019; Dias, 2017; Dias; von Bülow; Gobbi, 2021). Também nos apoiamos no longo debate sobre a diversidade entre a direita política e os movimentos como, por exemplo, os estudos de Borges e Vidigal (2023) e Alonso (2023), bem como no debate sobre as diferenças entre a extrema direita brasileira e a europeia e o próprio debate sobre populismo (Abers; von Bülow, 2022). Esse processo de criação das categorias foi inspirado na análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (1977), que entende esse processo tanto como quantitativo como qualitativo, depositando importância na frequência e na coocorrência de palavras.

Ressalta-se, ademais, que a criação das categorias foi também um processo dedutivo, porque as categorias não estavam de todo claras a priori, e passaram a se tornar relevantes a partir da análise dos dados. Essa categorização reflete esse processo e foi pensada a partir de um tema central: As maneiras que os atores retratam a sua relação com o sistema partidário. Assim, as categorias criadas são: a) aproximação com atores do sistema partidário; b) surgimento de novos partidos; c) antagonismo nas relações com atores do sistema partidário; d) relação com o bolsonarismo; e, por fim, e) atitudes antissistema ou antipolítica.

Todas as categorias pensadas buscam compreender por que maneiras os atores retratam a sua relação com o sistema partidário e seus diferentes atores, apesar de uma ou outra categoria responder melhor a determinados objetivos específicos. Os objetivos específicos a) analisar como a relação dos parlamentares com os partidos se traduz nas comunicações online com seu público e b) comparar se existem diferenças na relação

estabelecida com os partidos durante o período de campanha e durante o mandato” foram alcançados por meio da combinação dos dados reunidos em todas as categorias utilizadas. Já os objetivos específicos que pretendiam analisar a relação dos parlamentares com o bolsonarismo e analisar a relevância do discurso antagonista no discurso dos parlamentares são mais bem explicados por meio das categorias c e d. A categoria d por demonstrar qual a relação dos deputados com o bolsonarismo, ou seja, se positiva ou não. A categoria c por identificar quais publicações e com quais atores essa relação de antagonismo é encontrada. A categoria e, por sua vez, nos ajuda a pensar e responder ao objetivo específico que visa analisar se o discurso antipartidário foi mantido pelos deputados durante o mandato, já que essa categoria contribuiu para identificar atitudes antipartidárias por parte dos deputados.

A categoria que contribui para a análise das publicações que contêm alguma forma de antagonismo nas relações com atores do sistema partidário visa identificar postagens que apresentam discursos que constroem a ideia de um grupo com valores e crenças opostas. As subcategorias dessa categoria incluem o anti-petismo ou anti-esquerdismo, referindo-se a políticos ou partidos de oposição que representam um risco ou uma ameaça às propostas dos legisladores e de suas organizações. São os indivíduos aos quais eles devem se opor, como a publicação que segue.

Figura 1 - Publicação categorizada como antagonismo entre as relações retirada da página oficial no Facebook do Deputado Kim Kataguiri, de 23 de fevereiro de 2019 no Facebook.



Fonte: Página do Facebook de Kim Kataguirí.

A publicação anterior demonstra a construção de um discurso antagonista em torno dos candidatos do Partido dos Trabalhadores e até mesmo do próprio PT. Numa clara mobilização do discurso antipetista, ventilado na opinião pública desde o escândalo do Mensalão, para desacreditar esses atores e fortalecer ainda mais o sentimento de rejeição já existente. A categoria d visa contemplar as publicações que esboçam alguma relação com o Bolsonarismo, seja de oposição ou apoio a estas pautas e esses políticos. Por último, a categoria que dedica esforço em acomodar as publicações que dirigem o olhar para atitudes antissistemas ou antipolítica, têm como subnós rejeição ao sistema político ou ao sistema judiciário. Essas publicações costumam conter discursos de oposição à política, a todos os políticos e ao Supremo Tribunal Federal. A tabela a seguir traz um exemplo de cada uma destas categorias.

Tabela 1 - Exemplos de publicações, por categoria de análise de conteúdo

A) Aproximação com
atores do sistema
partidário



⁶ Essa publicação além de aparecer como um exemplo da aproximação com atores do sistema partidário também foi categorizada como atitudes antissistema ou antipolítica, em função da referência a “negociatas partidárias”. A categoria aparece então com exemplo de casos em que classificamos uma mesma publicação em mais de uma categoria.

B) Surgimento de novos partidos



C) Antagonismo entre as relações



D) Relação com o Bolsonarismo

Kim Kataguiiri • 29 de junho de 2020 •

Essa é a verdade.



9,1 mil 6,8 mil comentários 802 compartilhamentos

E) Atitudes antissistema ou antipolítica

Carla Zambelli • 1 de fevereiro de 2021 •

Não vejo a hora de ir pro Aliança logo!
A notícia foi dada pelo repórter da CNN Igor Gadelha, hoje pela manhã.



COM SAÍDA DO DEM, MAIA DIZ QUE POSSÍVEL "NOVO PARTIDO" SERIA O PSL

FONTE: IGOR GADELHA / CNN

Fonte: Páginas oficiais do Facebook de Kim Kataguiri e Carla Zambelli.

As publicações são fontes primárias de dados, mas, com o intuito de atingir os objetivos da pesquisa, também foram coletados dados a partir de fontes secundárias, como, por exemplo, matérias e publicações de jornais. Por fim, e para analisar se esses deputados assumiram papel de destaque e lideranças em seus partidos ou na Câmara, também coletamos dados no site da Câmara Legislativa, que disponibiliza virtualmente, e de maneira gratuita, todos os dados sobre a atuação legislativa dos deputados a cada ano, além de informações nas páginas dos próprios partidos políticos aos quais os deputados estão filiados.

Nesse sentido, esta dissertação contribui para o desenvolvimento de uma compreensão mais abrangente dos novos grupos e organizações que surgiram no Brasil após 2013, bem como para a discussão sobre a heterogeneidade e a incorporação desses movimentos autopromovidos de direita no sistema partidário brasileiro. Esses grupos e movimentos passaram a dominar, em momentos específicos, as mobilizações, o discurso político, os partidos políticos e as arenas eleitorais.

A dissertação divide-se em 4 partes. A primeira, a introdução, traz uma apresentação inicial da pesquisa, dos objetivos, justificativa e metodologia aplicada. Já o capítulo 1, intitulado “A relação entre movimentos sociais e partidos políticos” busca apresentar uma revisão da literatura sobre o tema. Para isso, está dividida em 4 sub tópicos, que discutem a relação entre os movimentos e os partidos, os partidos políticos e a crise de representação e, por fim, uma discussão sobre antipolítica, antistablishment e populismo.

O capítulo 2, por sua vez, segue no intuito de trazer uma revisão bibliográfica sobre os temas que circundam esta dissertação. No caso deste capítulo, especificamente, o tema discutido são os partidos políticos e o sistema partidário brasileiro, além de trazer discussões sobre os tipos de partidos políticos de direita no Brasil, centrando o debate especificamente no caso brasileiro. O terceiro capítulo apresenta a discussão empírica com base nas publicações recolhidas. Está dividido em 6 subtópicos e tem como objetivo analisar as campanhas de 2018 e 2022 separadamente, bem como examinar cada ano do mandato. Por fim, o quarto capítulo serve como conclusão da dissertação e pretende destacar os principais achados da pesquisa e potenciais discussões futuras.

Capítulo 1 – A relação entre movimentos sociais e partidos políticos.

Esta dissertação se insere em um quadro mais amplo de debate sobre a relação dos movimentos sociais com o sistema político. Essa relação pode se dar de diversas maneiras. O trabalho aqui proposto toma como foco, especificamente, a relação com o sistema político via sistema partidário. O despertar de interesse por essa temática traz consigo a necessidade de compreender que existe uma significativa especialização disciplinar na ciência política, que restringe avanços na direção de uma teoria que possa estabelecer um diálogo entre os dois campos de pesquisa, isto é, o campo dos movimentos sociais e o campo institucionalista.

É verdade que Charles Tilly empreendeu importantes e pioneiros esforços na elaboração de sua teoria para identificar e demonstrar essa interdependência entre movimento social e Estado. Segundo Alonso (2012, p. 21), a Teoria do Confronto Político, proposta inicialmente por Tilly, é capaz de explicar o surgimento e o desenvolvimento das mobilizações frente ao contexto político. Também é capaz de explicar a estrutura de oportunidades e ameaças políticas, “principalmente as relações de força entre as autoridades – grupos ocupando cargos no Estado -, e os desafiantes – que se encontram do lado de fora.” (Idem, p. 21). Alonso (2012) também indica que a teoria de Tilly já lidava com a possibilidade de que os movimentos sociais mobilizassem redes de relacionamento já existentes para o sucesso da mobilização. Importante ressaltar, no entanto, que este processo de amadurecimento da teoria passou por diferentes etapas desde os anos 70.

Em *Movimentos Sociais como Política*, publicado em 2010, Tilly define que o constitui um movimento social, por exemplo, “não são apenas as ações dos demandantes, os objetos de demanda ou o público, mas a interação entre estes três elementos.” (Tilly, 2010, p. 137). Da mesma forma que, para o autor, o repertório do movimento social, conceito que sofreu diversas transformações desde a sua origem na década de 1970, “se justapõe aos repertórios de outros fenômenos políticos, tais como a atividade sindical e as campanhas eleitorais.” (Idem, p. 137).

Mas é em texto escrito em parceria com Doug McAdam e Sidney Tarrow, em 2009, que o autor manifesta preocupação com a crescente especialização entre as áreas da ciência política. Para eles, essa crescente especialização impossibilita e empobrece o debate entre essas subáreas. Nesse texto os autores empreendem significativo esforço para sintetizar as diferentes teorias que versam sobre o confronto político, pois “diferentes formas de confronto

político, como movimentos sociais, revoluções, mobilizações étnicas e ciclos de protesto compartilham algumas propriedades causais, mas tais similaridades foram obscurecidas pela fragmentação disciplinar" (McAdam, Tarrow & Tilly, 2009, p. 11).

Rossi e von Bülow (2015), de modo a contribuir com o debate, apresentam as perspectivas e os avanços no campo da pesquisa em movimento social na América Latina. Para ambos, a América Latina floresce como um terreno fértil para os estudos no campo e já conta com publicações e grupos de estudo sobre democratização e confronto político desde os anos 1980. No entanto, os autores também indicam que essa literatura não é conhecida em outras regiões (2015, p. 2).

Reconhecendo os esforços dos cientistas políticos brasileiros e as suas importantes contribuições, refletimos, a partir de Pereira (2022), que são pesquisadoras latino-americanas, mais especificamente brasileiras, que inovam na formulação do conceito de repertório de interação, por exemplo. Para ele, a formulação desse conceito no trabalho de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) aparece como um complemento ao conceito de Tilly de repertório de ação. O trabalho das autoras desponta como um daqueles trabalhos que nos permitem pensar em movimentos sociais operando de maneiras diversas e não somente pela via do confronto político.

Também discutindo a relação que existe entre movimentos sociais e sistema político, Carlos (2015) argumenta que em um sistema democrático é fundamental considerar que essas fronteiras são imprecisas e fluidas e que os atores desses campos se entrecruzam de maneira a se engajar em atividades que os conectem mutuamente. Para a autora, a análise dos movimentos sociais e a sua relação com o sistema político requer um estudo dinâmico que evidencie os aspectos de constituição recíproca, que seja capaz de demonstrar o caráter nebuloso das fronteiras que constituem essa divisão.

Abers e von Bülow (2011) indicam que a literatura sobre movimentos sociais se dividiu em correntes que ora colocavam os movimentos como autônomos em relação ao Estado, ora em posição de conflito. No entanto, Oliveira (2021, p. 590) faz um levantamento de pesquisas empíricas que demonstram que esses atores não devem ser analisados apenas como forças que lutam contra o Estado. As pesquisas empíricas, para a autora, demonstram o contrário: esses atores e as estruturas dos partidos políticos e do Estado são, na verdade,

interdependentes (Goldstone, 2003; 2004; Almeida, 2006; Abers, Serafim e Tatagiba, 2014; Gurza Lavalle e Szwako, 2015; dentre outros).

A própria pesquisa da autora contribui para o corpo de literatura que investiga as interações entre movimentos sociais e partidos políticos (Oliveira, 2021; Schwartz, 2010; della Porta, 2017). Enquanto algumas pesquisas se concentram nas relações durante os períodos eleitorais, com enfoque em movimentos LGBT, negros ou feministas (Bleer e Currier, 2006; Heaney e Rojas, 2015; Sacchet e Rezende, 2021; Abdalla, 2022; Pereira, 2022; Pereira, 2022), outras enxergam alguns movimentos e partidos como tão próximos que passam a se referir a estes como partido-movimento (Kitschelt, 2006). A visão adotada por esta dissertação tende a concordar com esta literatura que compreende a interação entre partidos e movimentos como algo inerente ao próprio jogo político, seja em arenas institucionais ou não.

Nesse sentido, e empreendendo algum esforço para superar lacunas deixadas pela teoria do Processo Político, McAdam e Tarrow (2011) propuseram um olhar para os momentos de disputa eleitoral como uma fonte de oportunidades ou ameaças políticas significativas. Nessa contribuição, os autores propõem um argumento que, para nós, parece ser ponto fulcral do debate. Segundo McAdam e Tarrow (2011), ainda que exista na academia uma tendência em associar movimentos com formas não institucionais de política, a realidade demonstra o contrário, já que os movimentos sociais, em sociedade democráticas, confiam mais em táticas institucionalizadas do que não-institucionalizadas, e devotam algum esforço em atividades educacionais, de propaganda, eleições e lobbyismo.

Por isso, estes autores sugerem que o confronto eleitoral deve ser compreendido como um conjunto de relações recorrentes entre movimentos e eleições que definem tanto a dinâmica dos movimentos, quanto o resultado das eleições. E isto pode se dar por meio de cinco diferentes processos, sendo eles: eleições como tática dos movimentos; mobilização eleitoral pró-ativa ou reativa; impactos a longo prazo em regimes eleitorais sobre padrões de mobilização dos movimentos e, por fim, polarização partidária induzida por movimentos (Idem, p. 24).

A opção eleitoral se dá tanto por meio da influência que pode ser exercida por partidos políticos que tiveram suas origens em movimentos sociais, como por meio de movimentos sociais que ascendem ao poder via eleições. Entretanto, os movimentos sociais podem adotar

a tática da mobilização eleitoral pró-ativa, quando esses grupos se tornam mais ativos durante uma campanha eleitoral, ou uma mobilização eleitoral reativa, quando após o resultado de uma disputa eleitoral, grupos e movimentos iniciam uma escalada de protestos.

Em livro publicado em 2021, intitulado “*Movements and parties*”, Tarrow propõe uma atualização sobre a teoria dos movimentos sociais e sua interface com o sistema político. O autor analisa a história dos movimentos sociais nos Estados Unidos ao longo de 150 anos e demonstra como essas relações são compostas por complementaridade e não oposição. Para o autor, os movimentos sociais de sucesso são aqueles que demonstram melhor capacidade em combinar táticas internas e externas de ação.

Tarrow (2021) afirma que, embora nem todo movimento social esteja orientado para a prática eleitoral, quando se volta para essa arena, o relacionamento passa a ser moldado por essa interação. Isto, segundo ele, vem acontecendo ao longo dos anos, sempre que os movimentos sociais encontram os partidos. Ainda de acordo com Tarrow, essa transformação pode se dar de duas formas: seja institucionalizando-se ou, às vezes, tornando-se eles mesmos partidos políticos. Nesse sentido, acredito ser possível dizer que Tarrow vai ainda além em sua argumentação, e defende que, independentemente da situação que se encontre o sistema partidário, o impacto do partido/movimento não se limita a uma eleição em particular.

Durante períodos de crise, segundo o autor, os laços entre movimentos sociais e partidos tendem a se tornar mais frequentes (Idem, p. 21). No mesmo livro, Tarrow argumenta que, em momentos de intensos conflitos políticos, os membros de movimentos que ingressam nos partidos também os transformam. Isso se deve à necessidade de os partidos alterarem sua posição e adaptarem-se ao novo cenário, abraçando novas clivagens e enfrentando aquelas já expostas pelos casos de conflito. A recente publicação do autor gerou ampla repercussão entre seus pares.

Abers, Almeida e von Bülow (2022, p. 25) enxergam na publicação um esforço de Tarrow em demonstrar que os movimentos e os partidos se cruzam em arenas institucionais e contenciosas ao longo dos 150 anos de história norte-americana. No entanto, as autoras sinalizam para o fato de que Tarrow nos oferece conceitos, como o de hibridismo, mas não oferece ferramentas para utilizá-los. Nesse sentido, apesar do importante avanço que a obra traz consigo, perde em não discutir em profundidade uma definição relacional de movimentos sociais para melhor acessar as interações entre movimentos e partidos.

Outros estudiosos do campo de movimentos sociais também se propuseram a analisar o recente livro de Tarrow (Caiani, 2022; Piccio, 2022; della Porta, 2022; Rucht, 2022; El-Ghobashy, 2022). Parece ser um consenso entre eles a importância das contribuições feitas pelo autor. Para Caiani (2022, p. 246), o principal aporte de Tarrow está na expansão do foco em movimentos e partidos de todo o espectro político, seja direita ou esquerda. O admirável no trabalho de Sidney Tarrow, para della Porta (2022), está justamente no interesse em preencher uma lacuna teórica da política contenciosa. No entanto, para ela, este livro do autor aparece mais como um teste empírico de reflexões teóricas anteriores sobre os padrões de influência recíproca entre movimentos e partidos.

Outro ponto que parece ser consenso entre pensadores da área (Abers; Almeida; von Bülow, 2022; Caiani, 2022; El-Ghobashy, 2022; Rucht, 2022; Piccio, 2022) é de que a ligação e interação entre movimentos sociais e partidos políticos também dependem das características do sistema partidário. É nesse sentido que Abers, Almeida e von Bülow (2022, p. 976) enfatizam as diferenças entre os Estados Unidos e a América Latina e apontam para a necessidade de compreender formas mais constantes, menos espetaculares e provavelmente mais comuns de interação entre movimentos e partidos.

Segundo Medeiros (2020, p. 96), à medida que os movimentos sociais buscam incidir sobre o sistema partidário dos seus países, promovem mudanças na geografia partidária. Seguindo a classificação proposta por Hanagan (1988), e utilizada por Medeiros (2020, p. 96), de divisão das possibilidades de relacionamento entre partidos e movimentos em cinco formas: articulação, interpenetração, cooperação, independência e competição, o modelo competitivo de relação é aquele em que o sistema partidário comporta o surgimento desses novos partidos e não há forças que aglutinem os seus interesses.

Já no modelo de interpenetração, aqueles que se identificam como uma nova força política tentam influenciar um partido já formado e integrado ao sistema partidário local (Idem, p. 97). Essa transferência de expectativas se dá por meio da cooperação. Medeiros (2020), ressalta, no entanto, que essa opção em participar da disputa política institucional não torna equivalentes as duas formas de participação política. Para enfrentar a disputa eleitoral, o movimento social precisa mudar a sua natureza e passar a enfrentar diferentes questões que, até então, não estavam colocadas. Medeiros (Idem, p. 105), defende que, ao buscar integrar-se ou construir um novo partido, os movimentos sociais, mesmo aqueles que se posicionam

contra o sistema democrático representativo liberal, reconhecem a importância e a legitimidade dos partidos enquanto as únicas instituições autorizadas diretamente das eleições.

O autor elenca, por fim, o que ele acredita que sejam os motivos que levam um movimento social a buscar a institucionalização, ou seja, participar da disputa partidária. São eles:

- i) o reconhecimento de que os objetivos estratégicos do movimento podem ser alcançados – total ou parcialmente – pela conquista do poder político;
- ii) a inexistência de uma força política que represente adequadamente os anseios daquele movimento social;
- iii) a constituição de uma identidade coletiva que permita realizar esse movimento, seja em direção a um partido já existe (modelo de cooperação), seja construindo um novo instrumento partidário (modelo de competição);
- iv) a existência de um sistema partidário que permita a criação de novas legendas, ou, ainda, que permita que o movimento social possa travar a disputa no interior de uma legenda já existente (viabilizando a tática de interpenetração). (MEDEIROS, 2020 p. 105-106)

1.1 – Partidos políticos e a crise de representação

Apesar de termos maior interesse no ponto de interseção entre movimentos sociais e partidos políticos, faz-se necessário nos localizar minimamente no extenso debate sobre o que são os partidos políticos e como os autores da área lidaram com as transformações sofridas por estes ao longo do tempo. Dedicar um tópico desta dissertação para esse debate é fundamental uma vez que, segundo Hutter, Kriese e Lorenzini (2019), os movimentos sociais e os partidos políticos desempenham papéis vitais e complementares para a representação democrática (Kitschelt, 1993; 2003). Dessa forma, a interação entre estes atores torna-se ainda mais interessante e passível de análise.

Os partidos políticos, além de serem atores centrais do processo eleitoral, são aqueles que aglutinam e organizam ideias, interesses e os transformam em projetos políticos (Sacchet; Rezende, 2021, p. 156). Essa concepção assemelha-se a de Hutter, Kriese e Lorenzini (2019) quando estes indicam que os partidos políticos contribuem, ao lado dos movimentos sociais, na articulação de mandatos e preferências dos cidadãos. Existe certo consenso na literatura em torno da importância dos partidos para a viabilidade das democracias representativas (Amaral,

2013), pois, para o autor, é através dos partidos políticos que se estrutura e organiza a democracia, bem como a concorrência política. Ainda segundo o autor, a estreita ligação entre democracia representativa e partidos políticos deriva das funções que estes desempenham. São ao menos três funções essenciais: a) estruturar a competição eleitoral; b) agregar interesses; e c) governar e conduzir os trabalhos legislativos.

A definição, no entanto, sobre o que entendemos por partidos políticos passou por muitas transformações. O trabalho de Michels (1982) sobre organizações partidárias e a distribuição do poder dentro destas organizações suplanta a área de estudos partidários e define os partidos como organizações com tendência à oligarquização. Ou seja, a famosa Lei de Ferro de Michels, onde toda organização teria uma tendência nacional à oligarquia. Para esse autor, a existência de partidos políticos, sejam eles de massa ou não, tenderia sempre à centralização das decisões e, assim, do poder. As organizações tenderiam sempre à criação de comitês decisórios centralizadores. A ideia então, para Michels, é de que independente das tipologias criadas para diferenciar os partidos políticos e as organizações, estas voltariam ao mesmo lugar: o de oligarquias decisórias.

É Duverger que, ao retomar algumas preocupações de Michels quanto à natureza das organizações, dedicou-se a construir um esboço de uma primeira tipologia dos partidos políticos. Essa teoria geral dos partidos políticos de Duverger, para Almeida (2013, p. 13), foi a primeira a tentar dar conta da diversidade partidária, indicando, para nós, uma discordância da teoria de Duverger em relação a Michels, uma vez que o autor se dedica a construir aquelas tipologias que, para Michels, não faziam sentido ser pensadas. Duverger, no entanto, faz o caminho inverso a fim de demonstrar as diferenças existentes entre os tipos de partidos políticos. Para ele, não são todos uma coisa só que tenderiam ao mesmo caminho.

Duverger (1980) dividiu os partidos em três tipos: os partidos de quadro, os partidos de massa e os socialistas. Para o autor, era importante compreender que tanto a origem quanto a ideologia dos partidos deveriam ser utilizadas para explicar a organização, o desenvolvimento e o comportamento dos partidos políticos. Segundo Duverger (1980), os partidos de quadro eram agremiações de notáveis formadas no século XIX que resistiram às mudanças do século XX sob a forma de partidos conservadores e liberais. Porém, a partir da expansão do sufrágio universal e a incorporação de um grande contingente de pessoas ao cenário político, surge o que autor classificou como partidos de massa. Para Almeida (2013,

p. 15), Duverger identificou nos partidos de massa a aptidão para se adaptar às condições impostas pela democracia moderna.

Os anos 1960 trouxeram questionamentos acerca dos partidos de massa e sobre seus elementos centrais. O primeiro a sistematizar essas transformações e propor um novo modelo foi Kirchheimer (1966). O autor desenvolveu o conceito de partido catch all. Esses partidos tinham como característica uma desideologização do discurso, um fortalecimento da liderança, o declínio da importância de uma militância de base, apelo pluriclassista e a abertura para grupos de interesses diversos.

Panbianco (2005) concorda com a transformação do partido de massas para partidos catch all apontada por Kirchheimer. Mas o autor vai além e contribui para a teoria ao retomar a discussão sobre os aspectos organizativos dos partidos. Para ele, a transformação dos partidos de massas estaria acompanhada de uma crescente profissionalização das organizações, influenciadas por especialistas dotados de conhecimento técnico. Por esse motivo, então, Panbianco (2005) propõe que os partidos catch all sejam compreendidos enquanto partidos profissionais-eleitorais.

Segundo Panbianco (2005), as principais características desse tipo de agremiação são o papel dos especialistas, eleitoralismo, predominância dos representantes públicos, financiamento por parte de grupos de interesse e ênfase em questões com apelo eleitoral. Katz e Mair (1995) identificam ainda limitações teóricas e desenvolvem o conceito de partido cartel. Para eles, esse seria um novo partido que estava emergindo nas democracias contemporâneas e seria o resultado da evolução dos modelos de partidos de quadros, massas e catch all. O que define esse novo tipo partidário são as suas relações com o Estado e a centralidade destas para a obtenção de recursos necessários para a sobrevivência do partido.

Estudos mais recentes, como o de Wolinetz (2002), criticam as tipologias até aqui discutidas e definem como impossível a capacidade de afirmar que existe uma tendência homogeneizante na evolução dos partidos políticos. Para ele, diferentes pressões ambientais, tais como um ambiente econômico específico ou determinar contexto institucional, combinadas com as características internas dos partidos e com o comportamento de suas lideranças, podem produzir diferentes transformações em partidos, mesmo que estes tenham características similares.

Samuels e Shurgart (2010) argumentam que diferentes desenhos institucionais exercem influência sobre as organizações dos partidos e acrescentam que os diferentes sistemas de governos também não podem estar ausentes da análise sobre os tipos partidários. Melo e Câmara (2012) retratam as eleições presidenciais como potencialmente capazes de reforçar ou não o sistema partidário e vice-versa. Segundo esses autores, uma vez que a disputa presidencial seja conduzida pelos partidos políticos, então é possível que a sucessão das eleições gere uma retroalimentação de caráter positivo. Mas, se as eleições passam a ser conduzidas por lideranças apoiadas por movimentos, então o efeito vai ser inverso (Melo e Câmara, 2012, p. 81).

Pereira (2022, p. 73) concorda com este papel central dos partidos políticos para as democracias representativas, afinal, para ele, são também os partidos que além de organizar a agregação de interesses difusos na sociedade, também organizam a atuação parlamentar, a condução dos governos ou a oposição a estes. Nesse sentido, parece ser um consenso para a ciência política brasileira o papel dos partidos políticos enquanto condutores do processo eleitoral que “por meio da construção de listas de candidatos e distribuição de recursos, organizam a representação política através de suas bancas, dentre outras atribuições do processo eleitoral e legislativo” (Sacchet; Rezende, 2021, p. 157). Ainda nesse sentido, as autoras destacam que no Brasil inexistente a possibilidade de lançar candidaturas sem que se esteja filiado a um partido político. Essa característica do sistema político brasileiro é que faz com que os movimentos precisem construir formas de interação com os partidos políticos para que possam disputar espaços institucionais.

A falta de compreensão do debate sobre as transformações vividas pelos partidos políticos ao longo dos anos e a tentativa de analisar e entender os atuais partidos a partir de uma lógica que define tipos ideais partidários, leva a concepções errôneas de que os partidos políticos não mais importam. Para Pereira (2022) esse tipo de análise ignora transformações partidárias frente a novas questões ambientais. Isto é, a tentativa de analisar os partidos políticos sob lógicas consensuadas em torno de partidos europeus e norte-americanos, desconsidera todo o impacto que questões ligadas a sistemas eleitorais e partidários exercem sobre os partidos.

Tendemos a concordar com a ideia defendida por Pereira (2022) de que ao falarmos em declínio dos partidos ou em crise de representação estamos desconsiderando esses efeitos ambientais. É por esse motivo que a tese do autor é de que deve existir a compreensão de que

os partidos políticos são organizações que mudam e se adaptam ao ambiente em constante transformação. Além disso, compreendemos que entender os partidos políticos enquanto atores mutáveis e centrais para o sistema político é necessário para compreender que estes ainda desempenham o papel de construir vínculos entre o regime político e a sociedade, pois estes continuam a estruturar a competição e dar forma aos processos eleitorais, além de ajudar a construir acordos em tornos de políticas públicas e governamentais.

Por fim, queremos afirmar que independentemente da concepção de partido político que se parta, suas funções continuam sendo vitais para o sistema político. Mas, quando a sua existência passa a ser invalidada por parte daqueles que pretendem representar, cria-se um cenário que enfraquece o sistema político. As constantes mobilizações por parte dos movimentos sociais sobre esse sentimento de rejeição aos partidos, somada a outros fatores como, por exemplo, a rejeição histórica aos partidos que já existia na sociedade brasileira, favorece o fortalecimento de discursos e formas intermediação entre sociedade civil e Estado que buscam anular a existência dos partidos políticos.

O debate sobre a ausência de intermediação entre a sociedade civil e o Estado já é motivo de preocupação e discussão por parte da literatura que discute a crise de representação ou a suposta crise dos partidos políticos. Ao olhar para o que chama de “mudanças da democracia ocidental”, Urbinati (2016) identifica um desejo, no caso europeu, de pôr fim ao que autora define como “corpos intermediários”, ou seja, aqueles que são os responsáveis por mediar as relações entre Estado e sociedade civil. No caso europeu, e ao que parece no brasileiro também, estes corpos intermediários são os partidos políticos. Para a autora, esse sentimento de extinção dos corpos intermediários – para o nosso interesse, adotamos enquanto um sinônimo para partidos políticos –, apesar de multifatorial, é fortalecido pelos novos métodos e meios de se expressar politicamente.

Tocqueville, em “Democracia na América”, já chamava atenção para a importância que esses corpos intermediários assumiam para o bom funcionamento democrático. Para ele, a imprensa e os partidos políticos funcionam como corpos intermediários, importantes para garantir o bom funcionamento de uma sociedade democrática, mas, o associativismo comunitário ainda tem maior peso para enfrentar a ascensão do despotismo. Ainda segundo Tocqueville, e essa também é a visão assumida por Urbinati, as associações civis vinculam, mas também dividem indivíduos conforme questões e interesses específicos, geralmente sobre questões unidimensionais e que dificilmente assumiriam um sentido generalizante. Os

partidos políticos, no entanto, apesar de vincularem e dividirem os indivíduos, o faz conforme suas interpretações sobre questões gerais. Apesar dos ataques recentes, estes corpos foram os responsáveis pelo funcionamento dos governos representativos.

Urbinati (2016), entende que este novo momento vivenciado pelas democracias contemporâneas promove uma comunicação direta entre os cidadãos e seus representantes eleitos, alcançando um nível de fiscalização de suas atividades, buscando também uma forma de intervir diretamente no modo como os parlamentos eleitos são conduzidos, e em como os políticos pensam e falam. A internet soma-se a esse quadro como um espaço que permite a contestação da mídia tradicional e dos partidos políticos.

A internet facilita essa prática de jornalismo self-made e de democracia eleitoral autogestionada, ao mesmo tempo que encoraja cidadãos a experimentar com novos estilos de representação que podem dispensar práticas clássicas de mediação, e arrisca uma forma de mandato ou controle sobre indivíduos eleitos sem a necessidade de imposição legal, como o clássico mandato imperativo. (Urbinati, 2016, p. 179)

É com certa cautela e desconfiança que a autora lida com essa questão. Para ela, essa onda de contestação anti-establishment, apesar de parecer recuperar uma ideia de democracia direta, em que todo poder supostamente emanaria do povo, deve ser vista com cuidado. A revolução que as novas tecnologias midiáticas vêm provocando é bastante diferente das anteriores. Até mesmo porque a internet surge como uma inovação na comunicação sem precedentes na história. É verdade que Manin (1987), que em muito se aproxima de Urbinati, já havia teorizado acerca das transformações que as democracias representativas teriam sofrido. Entretanto, seu trabalho se limita ao surgimento da televisão e da comunicação de massa. O objeto ao qual pretendemos nos debruçar não poderia ser estudado por ele.

Entretanto Manin (1987) nos ajuda a chegar à conclusão de que a crise da democracia não é algo inédito e sempre acompanhará as transformações tecnológicas. Apesar disso, o que Manin (1995) considera estar em crise não é o sistema representativo como um todo, mas sim um esgotamento de certo modelo de representação. Para o autor, quando um modelo entra em crise, um novo emerge, com um novo formato. A inserção de novos meios de comunicação além de transformar o sistema, contribui para que a política se tornasse mais centrada na figura do candidato, ou seja, as novas tecnologias favoreceram um sistema representativo baseado no personalismo.

1.2 –Antipolítica, antiestablishment e populismo

Características como o personalismo ou o desejo da extinção dos partidos políticos, muitas vezes, podem ser identificadas em projetos e discursos proferidos por líderes populistas, da mesma forma que esse personalismo e essa aversão ao sistema e à elite política recebem o nome de antipolítica ou antistablishment. Gregorio e Contrera (2020, p. 11) discutem a ascensão desses grupos e movimentos de direita na atualidade, salientando que estes atores encontram apoio nos próprios pilares e na lógica da democracia moderna ao sustentar ideias e valores do liberalismo, conservadorismo, autoritarismo e populismo. Os autores apontam que as vertentes extremistas dos movimentos conservadores, de direita ou não, tendem a se afastar das regras democráticas e constituírem grupos que buscam mobilizar o aparato estatal para organizar uma reação. Esse cenário, no entanto, não está restrito ao Brasil. Segundo os autores, esse crescente movimento de rejeição à política e o aumento de movimentos conservadores e de direita culminam no sucesso eleitoral de partidos de direita na Europa, nos EUA e na América Latina.

A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, a decisão da Inglaterra em deixar a União Europeia, também em 2016, o percentual expressivo da candidata de extrema direita Marine Le Pen em 2017, a chegada ao parlamento em 2017, pela primeira vez desde 1945, do partido de extrema direita alemão e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, são exemplos do avanço e do crescimento dessa nova direita no mundo. Gregorio e Contrera (2018) indicam que esses fenômenos são capturados por meio de termos como antiestablishment, outsider e populismo e defendem que a eleição de Jair Bolsonaro situa o Brasil nesse contexto internacional de avanço do conservadorismo.

Para eles, essa nova vertente da direita brasileira é caracterizada ao mesmo tempo como antiestablishment, mas não compartilha das mesmas características da direita europeia. Desde a década de 1980, há na Europa um movimento de retorno gradativo da extrema-direita com atores que, segundo Cruz e Cotas (2015), vem ganhando cada vez mais destaque e representação política. Isto, conforme Gregorio e Contreta (2018, p. 20) observam, é semelhante também na América Latina, já que há um reagrupamento de grupos conservadores e de direita em um cenário de crise econômica.

Abers e von Bülow (2022), ao discutirem os impactos da pandemia do coronavírus na direita populista radical brasileira, traçam as principais distinções entre a extrema direita

européia e a extrema direita no Brasil. As autoras retomam o trabalho de Rovira Kaltwasser (2022), que identifica que os três principais ideais da extrema direita europeia, identificados por Mudde (2007) – nativismo, autoritarismo e nacionalismo – estão também presentes na extrema direita brasileira, com algumas diferenças, entretanto. O nativismo, tal qual definido por Mudde (2007) como um nacionalismo xenófobo, não desempenha um papel importante no Brasil. No caso brasileiro, a ameaça à identidade nacional não vem de fora, mas sim de dentro (Abbers; von Bülow, p. 3). O equivalente ao nacionalismo xenófobo europeu, no Brasil, é uma concepção de que a tradição da nação está ameaçada pela disseminação de ideais e valores de esquerda.

O autoritarismo, para Abers e von Bülow (2022, p. 3), também é um ideal presente na extrema direita brasileira, mas, assim como quanto ao nacionalismo, possui ajustes em relação à extrema direita europeia. Enquanto a extrema direita europeia se distancia de uma defesa da ditadura, o discurso autoritário presente na extrema direita brasileira está fortemente vinculado a esta defesa. Outra diferença em relação ao caso europeu, é que o populismo é utilizado pela extrema direita brasileira não como um antagonismo em relação a um determinado grupo ou elite, mas é articulado enquanto uma retórica anti-sistema dirigida a todos os políticos (Idem, 2022, p. 4).

Quanto ao papel desempenhado pelos partidos políticos no caso europeu, norte americano e brasileiro, as autoras apontam ainda outras diferenças, como, por exemplo, a ausência de partidos políticos como mediadores importantes entre Bolsonaro e seus apoiadores (Idem, 2022, p. 4). A retórica anti-sistêmica de Bolsonaro, e assim da principal liderança da extrema direita brasileira, é marcada por uma visão positiva da ausência de laços partidários como um sinal claro de seu distanciamento das elites e das instituições corruptas.

O conceito de antipolítica e antiestablishment são, para Schiaffarino e Guazina (2022, p. 82), elementos centrais para o que os autores chamam de uma “política do anti”, ou seja, um conjunto de estratégias que é expressa pela lógica de comunicação populista. Contextos políticos polarizados, tal qual a disputa eleitoral de 2018 no Brasil, são ambientes férteis para a propagação desse tipo de discurso baseado em um nós e eles. Este é o tipo de enquadramento utilizado por organizações de movimentos sociais brasileiras que estavam à frente das mobilizações de junho de 2013 e da campanha pró-impeachment, segundo Dias, von Bülow e Gobbi (2021).

Isto porque esses movimentos encontraram dificuldades, segundo as autoras, em se constituir enquanto grupo e constituir, dessa forma, uma identidade coletiva ampla que os permitissem atuar de maneira unificada. O achado do estudo das autoras demonstra que esses enquadramentos de reducionismo e antagonismo tinham como objetivo retratar um contexto político de tragédia e caos, definindo quem eram os culpados e quais eram os problemas. A análise dos dados desse trabalho permitiu que as autoras identificassem que, apesar das diversidades entre as organizações, os enquadramentos diagnósticos estavam muito mais alinhados.

Mas o que estamos chamando de populismo? A definição não é tão clara. De acordo com Bornschier (2017, p. 302), existe uma discrepância quanto ao significado de populismo. Para uns, o populismo é uma “ideologia fraca”, enquanto para outros o populismo é um tipo específico de discurso. Apesar disso, Bornschier aponta que a maior parte da literatura tem convergido para a definição do populismo como “uma visão de mundo dualista, uma justaposição maniqueísta entre “o bem” e “o mal”, ou o “povo” e “a elite” (2017, p. 302). A política, para o populismo, deve ser a expressão da vontade geral do povo, conforme Mudde (2004, p. 543).

O populismo, para parte da literatura (Bornschier, 2017; Kriesi, 2014), torna-se viável enquanto uma estratégia de mobilização apenas quando existe um desencanto com os partidos estabelecidos quase generalizado ou universal. Outra possibilidade é quando existe uma erosão do apoio ao sistema político como um todo (Doyle, 2011; Hawkins, 2010). Essa desarmonia ou falta de sentimento de representação com o sistema político está na raiz do populismo para Caramani (2017).

Mudde (2004) entende os novos populismos como ameaças à democracia liberal. Outro consenso, para ela, é que o populismo é entendido como uma forma patológica, pseudo e pós-democrática, produzida pela corrupção dos ideais democráticos. A tendência populista atual tem ligação com líderes partidários fortes e comunicação direta entre os partidos e as lideranças partidárias. Para o autor, em sistemas democráticos liberais, os partidos políticos são o principal alvo do discurso populista, muitas vezes afirmam ser um novo tipo de partido e fazem disso um canal para disseminar discursos antipartidários.

A revisão exaustiva da literatura sobre populismo vai além dos objetivos dessa dissertação. Apesar disso, a discussão contribui para o debate por ajudar a definir as principais

características dessa nova vertente da direita que surge no Brasil e no mundo, possibilitando, posteriormente, identificar se tais características estão presentes ou não nas publicações analisadas nesta dissertação. O capítulo a seguir procura olhar especificamente para o caso brasileiro, voltando a atenção, principalmente, para a heterogeneidade entre os movimentos que surgem em 2013 e a heterogeneidade também pertencente à direita institucionalizada, ou seja, os partidos políticos que a representam.

Capítulo 2 - O caso brasileiro

Desde 2017, após a criação do Fundo Eleitoral de Financiamento de Campanha (FEFC), os partidos políticos brasileiros passaram a ter ainda mais ingerência sobre o processo eleitoral, segundo argumentam Sacchet e Rezende (2021, p. 157), já que os partidos recebem valores milionários de um fundo público durante o processo eleitoral. Os recursos oriundos do fundo partidário são distribuídos e os partidos possuem liberdade para distribuir como quiserem aos seus candidatos, desde que cumpram a cota de distribuição de 20% do total para candidatas mulheres. Além destas características próprias ao caso brasileiro, o sistema partidário também se faz importante para a compreensão do processo de interação entre movimentos e partidos, em função do já dito consenso por parte da literatura de que a ligação entre estes também depende das características dos sistemas partidários. Isto porque, diferentes sistemas partidários respondem de diferentes maneiras ao contato com movimentos sociais e organizações.

Desde a redemocratização do país e a promulgação da Constituição, em 1988, os partidos políticos têm desempenhado um papel fundamental na organização e participação nas eleições. Essa centralidade frente às eleições se dá em função de terem sido designados pela Constituição como a única organização responsável por indicar e selecionar candidatos e, conseqüentemente, formar governos. Junior e Duarte (2023, p. 44) entendem ser importante destacar que as legendas partidárias brasileiras foram criadas frente a um cenário internacional de erosão da identificação partidária e surgimento dos meios de comunicação de massa. Para os autores, ao passo que a ciência política refletia sobre a influências destes fatores para o descrédito dos partidos políticos, no Brasil os partidos buscavam se consolidar frente aos eleitores.

Ao nos referirmos ao termo “sistema partidário”, estamos nos referindo ao conceito tal qual definido por Sartori (1976), ou seja, o sistema partidário, para nós, é uma interação padronizada entre partidos. Segundo Melo (2011), o atual sistema partidário brasileiro tem sua origem em 1979, mas, para o autor, esse sistema não é minimamente propício para o surgimento e consolidação de um sistema partidário moderno. Para o autor, o país enfrentou diversas formações partidárias e outras tantas formações de regime o que, para ele, dificultaria a própria criação de vínculo com os eleitores. Outro ponto trazido por Melo (2011) para justificar as possíveis desvantagens do sistema partidário brasileiro é o processo tardio de construção da identidade coletiva. Processo esse que teve início apenas nos anos 30 e que

contou com a coordenação de um Estado autoritário. Apesar de todos os indicadores apontarem para um diagnóstico pessimista, as sucessivas disputas presidenciais parecem contribuir para algum nível de estabilidade do sistema.

Melo (2011) aponta ainda que em seus primeiros vinte e cinco anos como nação, o Brasil não apresentou condições para que os conflitos sociais pudessem se organizar em disputas partidárias. Dito isso, o autor afirma que até o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), o país não havia registrado a existência de um partido de massas. Outro ponto que caracterizaria o sistema partidário brasileiro e que o diferencia dos demais países latino-americanos é o fato de que as organizações partidárias brasileiras não sobreviveram à transição política de um regime oligárquico para um regime democrático.

Apesar dessa não continuidade entre a transição política de um regime oligárquico, a ditadura militar, para um regime democrático, Rodrigues (2021) aponta que a maioria dos partidos de direita e de centro, no Brasil, vieram de linhagens diretas do bipartidarismo que vigorou no país durante o período autoritário. Ou seja, apesar da criação de novos partidos, muitas legendas partidárias atuais herdaram características, lideranças e recursos de partidos consolidados entre 1964 e 1985. O DEM, por exemplo, partido ao qual é filiado o deputado Kim Kataguiri, advém de uma linhagem que vem da Arena, partido daqueles que eram apoiadores do regime ditatorial. O PL, criado em 1985, por sua vez, possui ligações com a Arena por meio do PDS, partido que recebeu uma forte migração de lideranças por parte da Arena. Já o PSL, figurava até a eleição de Bolsonaro, como um partido irrelevante do ponto de vista eleitoral.

Ainda de acordo com os achados de Melo (2011), ao contrário do que o autor identificou na Argentina, no Chile e no Uruguai, o Brasil não viu uma continuidade entre o sistema partidário antes e depois das ditaduras militares. Ou seja, a história do sistema partidário brasileiro é marcada por sucessivas interrupções e rupturas. Mas, a importância de estudar o sistema partidário não se dá somente em função dessas diferenças. O sistema político brasileiro também se caracteriza por uma combinação do presidencialismo com uma estrutura federativa e um congresso bicameral.

E, apesar dessa crescente estruturação da disputa presidencial e dos partidos políticos, autores como Braga e Pimentel (2011) apontam para uma constatação corrente na literatura de que os partidos brasileiros pouco importam. No entanto, estes autores tendem a discordar

dessa afirmação. Para eles, o partidarismo é sim um forte componente eleitoral para a disputa presidencial brasileira. Os achados do trabalho desses dois autores indicam que, ao menos para as eleições presidenciais no período entre 1994 e 2014, existia uma divisão no eleitorado brasileiro entre duas organizações políticas: o PSDB e o PT. Esse padrão de disputa que estava até então consolidado para a literatura tornaria o sistema partidário um sistema estável orientado por disputas presidenciais bilaterais.

De acordo com Miguel (2022, p. 238), a estabilidade do sistema partidário brasileiro reside na durabilidade do Partido dos Trabalhadores, que serve como espinha dorsal. Embora a rivalidade PT-PSDB tenha se consolidado em 1994, a fragmentação do sistema partidário brasileiro continuou a se desenvolver porque a lógica binária do voto não se aplicava às eleições legislativas. Essa percepção de que existia diferenças lógicas para explicar o voto do eleitor no Brasil, demonstra, segundo Carreirão (2014, p. 286), que existe um certo “grau de descolamento” entre a disputa eleitoral para presidentes, a formação de coalizões após a eleição e a própria disputa estadual e municipal.

O argumento de Miguel (2022) de que a competição presidencial binária que sustentava o sistema partidário era compatível com a formação de um sistema multipartidário que apontava para a emergência de uma possível terceira via dialoga com nossa percepção de que a história recente do Brasil transformou, sobremaneira, a percepção acerca do sistema partidário brasileiro. Assim como para nós, o argumento do autor é de que o impeachment de Dilma Rousseff rompeu com o modelo até então desenvolvido no Brasil e criminalizou todo o sistema partidário através da penalização da presidente e do seu partido.

Resta claro que esse sentimento de rejeição aos partidos políticos como um todo não são impostos pelas organizações, mas são canalizados por elas. Junho de 2013 e a campanha pró-impeachment aparecem então como esse ponta pé inicial que altera o cenário brasileiro. Essas manifestações são também o que nos desperta interesse e curiosidade para compreender como a inserção de novos atores partidários no sistema foi capaz de alterar esta lógica e quais os seus impactos para o sistema partidário como um todo. Após discutir o cenário brasileiro e as possíveis implicações da atuação dessas organizações no sistema partidário nacional, os tópicos seguintes buscam aprofundar o debate para compreender a heterogeneidade dentro do sistema partidário brasileiro e dentro das próprias organizações.

2.1 – Um debate sobre as diferentes vertentes dos partidos políticos de direita

Antes de continuarmos o debate acerca do caso brasileiro, precisamos definir melhor o que estamos classificando com direita. Ao definirmos direita, nos apoiamos no clássico trabalho de Norberto Bobbio sobre a díade da direita e esquerda, de 1995, por considerarmos que a definição apontada pelo autor é, de fato, incontornável. Sem desconsiderar a pluralidade de pensamentos dentro de cada corrente ideológica, o autor obtém sucesso em determinar alguns critérios que seriam capazes de separar e elencar o cerne de cada polo presente no espectro ideológico.

Segundo Bobbio (1995), a direita política tem como base a defesa de valores da tradição, hierarquia e a ideia de que as desigualdades são naturais e benéficas para a sociedade. Enquanto a esquerda defende prioritariamente ideias de emancipação e igualdade. É justamente este “princípio da retificação” que, para Lukes (2003), figura enquanto distinção fundamental. Para o autor, a esquerda busca a retificação da ordem social, ou seja, status quo, pretendendo, neste processo, minimizar ou abolir completamente as desigualdades presentes. As direitas, ao contrário, defendem a inexistência de mudanças bruscas ou retificações, por temer que isto acabe resultando em desordem.

Ou seja, segundo Lukes (2003), a direita se orienta pela defesa e manutenção da ordem social e do status quo. Ou seja, para Bobbio (1995, p. 106) a direita estaria mais disposta a aceitar o habitual, a tradição e a força do passado. Tendemos também a concordar com Bobbio (1995) em um outro ponto defendido pelo autor, especificamente quando este assinala a importância da definição e da manutenção da díade entre direita esquerda. De acordo com a compreensão do autor:

não obstante as velhas e novas rejeições, continuamos a usar as palavras direita e esquerda na linguagem política corrente como se ainda significassem alguma coisa. E é evidente que, se continuamos a nos entender quando as usamos, é porque possuem algum significado (Bobbio, 1995, p, 150).

Restando claro o que estamos assumindo enquanto o espectro político de direita, sem negar as diversas distinções de posicionamento e ideologias presentes dentro desse mesmo espectro, podemos avançar no sentido de compreender os diferentes tipos de partidos de direita no Brasil. Até 2002, data que marca a chegada ao poder do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que inicia uma série de vitórias do partido na disputa ao Executivo

Nacional, os principais partidos de direita brasileiros haviam sido criados por elites que apoiavam o antigo regime da ditadura militar, o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Social Democrático (PDS).

Borges e Vidigal (2023) caracterizam esses partidos enquanto “direita tradicional” ou “velha direita” por compreenderem que estas organizações eram organizações seculares, que possuíam raízes no regime autoritário e que tinham sua força eleitoral em função do acesso privilegiado que estes grupos tinham a recursos nas três esferas de governo. Ainda para os autores, foram os governos do PT que acabaram por dismantelar as bases de apoio territorial dessa direita, em função da federalização de políticas sociais e da implementação do programa de transferência de renda que não dependia da estrutura e intermediação de governos estaduais. Soma-se a isso, o fato de que com o acesso à estrutura do governo federal, abriu-se espaço para uma competição mais igualitária em estados dominados anteriormente por forças políticas conservadoras (Borges, 2011; Fenwick, 2009).

Passado esse momento de decadência eleitoral dos partidos tradicionais da velha direita, há um novo marco de crescimento eleitoral da direita entre 2006 e 2018 nas eleições para a Câmara dos Deputados (Borges e Vidigal, 2023). Entretanto, esse crescimento coincide com a decadência dos partidos de direita que se organizaram durante a transição democrática. Segundo os autores,

De fato, em 1998 os quatro maiores partidos de direita representavam 85% do total da votação do bloco de direita nas eleições para a Câmara dos Deputados; em 2018, esse percentual havia caído para 24.8%. Estes dados já são um primeiro indicativo do amplo processo de renovação experimentado pela direita brasileira, com o crescimento eleitoral de pequenos partidos e surgimento de novas forças (Borges e Vidigal, 2023).

Essa renovação da direita brasileira, para eles, se dá em função da ascensão e fortalecimento de dois ramos da direita política, sendo eles: a direita evangélica e a direita antipolítica. Apesar de minimamente conceituarmos o que compreendemos enquanto direita evangélica nesta dissertação, sinalizamos o entendimento de que o ramo da direita aqui estudado parece muito mais dialogar com as categorias presentes na direita antipolítica ou antiestablishment. Como os autores argumentam, a ascensão da direita evangélica brasileira é parte central no processo de renovação do bloco conservador na Câmara dos Deputados e assim, no Congresso Nacional. Apesar de não ser novo o fato da direita evangélica eleger seus

representantes, é novo o cenário de polarização e alta consistência entre as pautas dos políticos evangélicos, como reação ao avanço e mudanças de pautas com caráter progressista na legislação e na sociedade.

Borges e Vidigal (2023) argumentam que os políticos evangélicos adotaram uma postura de guerra cultural em reação aos avanços de pautas progressistas como aborto, casamento gay e identidade de gênero. Além disto, para os autores, outro fator de crescimento da direita evangélica é a cada vez menor dependência das igrejas em relação aos partidos da direita tradicional para a eleição dos seus representantes, uma vez que estes passaram a se organizar em pequenos partidos confessionais. Para Borges e Vidigal (2023), estas mudanças na reconfiguração da direita evangélica apontam para a maior centralidade das identidades religiosas na mobilização do voto conservador e para uma diferenciação mais clara entre essa direita e a direita tradicional.

A ascensão do outro ramo da direita brasileira, a direita antipolítica, mais nos interessa pelos motivos e origens de sua ascensão apresentado pelos autores, isto é, pela sua ascensão estar relacionada à organização de movimentos liberais e conservadores durante a crise econômica e política que levou à derrubada da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e ao descrédito, segundo Borges e Vidigal (2023) de todos os grandes partidos políticos. Este novo ramo da direita brasileira permitiu a entrada de alguns líderes dos protestos em massa de 2015 e 2016 por diferentes partidos políticos. Como nos casos aqui selecionados, Kim Kataguiri e Carla Zambelli. Entretanto, Borges e Vidigal (2023) apontam o Novo como o partido político que mais foi influenciado pelos novos movimentos de direita.

O Novo foi o partido criado em 2011 pelo empresário João Amoedo para defender ideias econômicas de cunho ultraliberal. Mais tarde, os autores indicam que este partido incorporou em seus quadros membros dos movimentos de direita Líber, MBL e Livres. Assim como os movimentos de rua de 2015, o Novo abraçou a agenda neoliberal e a agenda anticorrupção da Operação Lava Jato. Nesse sentido, o partido se apresenta como uma força política antiestablishment “em consonância com a orientação populista e antissistema dos movimentos da juventude de direita” (Borges; Vidigal, 2023).

Além deste, os autores indicam que a direita antipolítica se organizou também em torno do projeto político presidencial de Jair Bolsonaro. Indicam ainda que há uma diferença entre o que eles denominam “variante populista radical” representada pelo grupo político do

presidente Jair Bolsonaro e os movimentos de juventude como MBL, o Partido Novo e o Podemos, pois estes últimos não utilizam uma retórica abertamente antidemocrática e iliberal. Apesar dessa diferença, os autores apontam para um traço em comum entre essas duas variantes da direita antipolítica. Para eles, o “chamado bolsonarismo” partilha com esses movimentos e partidos um mesmo discurso populista que divide o mundo político entre uma classe política corrupta (geralmente associada ao PT e à esquerda) e aqueles que representam verdadeiramente o povo (os políticos e ativistas da nova direita) (Borges; Vidigal, 2023; Gregório; Contrera, 2020; Tamaki; Fuks, 2020; Tatagiba, 2018).

Por fim, assim como os autores concluem e os achados na literatura parecem indicar, podemos dizer que existe uma diferença substancial da direita brasileira hoje e a direita brasileira da década de 1990. Concordamos com os autores também com a ideia de que estas novas forças de direita obtiveram sucesso em criar vínculos com setores da sociedade civil, como igrejas e movimentos de juventude. Entretanto, atribuímos o sucesso eleitoral destes novos movimentos de direita à força do movimento bolsonarista e não somente à capacidade de articulação e mobilização destes movimentos. Ademais, Borges e Vidigal (2023) argumentam que o movimento bolsonarista, ao qual se vinculam os movimentos de direita, flerta com o golpismo, a desestabilização das instituições e dá voz a atores que não se viam antes representados pelas alternativas partidárias existentes.

Quadros e Madeira (2018) concordam com os argumentos dos autores mencionados anteriormente de que as sucessivas vitórias dos candidatos do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais estimularam setores da oposição a se reinventarem para permanecerem como uma opção viável no jogo político. É evidente que, após o sucesso do partido em quatro eleições consecutivas, a direita se via em desvantagem, pelo menos no que se refere à disputa presidencial. No entanto, Quadros e Madeira (2018) também apontam outro fator que poderia ter fortalecido a ascensão de representantes da nova direita: a antipatia supostamente gerada em alguns setores da sociedade após a implementação e federalização de determinadas políticas públicas pelos governos de Lula e Dilma Rousseff.

Os autores indicam, também demonstrando certo consenso por parte da literatura com os argumentos apresentados por Borges e Vidigal (2023), que houve o que eles denominam de “mais um combustível para as direitas”: a grave crise política após as investidas da Operação Lava Jato. Essas investidas, conforme os autores (2018, p. 488), deram fôlego às manifestações de rua lideradas pelos movimentos dessa nova direita.

2.2 – A crise política e o ativismo de direita no Brasil

A crise política que se instaurou no Brasil tem muitos atores e múltiplas facetas. Assumimos crise como definido por Almeida (2019, p. 187), como um termo que foge “desse sentido mais ordinário, compreendo o termo a partir de sua excepcionalidade, da alta instabilidade e pouca previsibilidade, além da capacidade de inflexões e mudanças, sendo mais desestruturante do que as situações de tensão próprias da dinâmica política”. A crise brasileira emerge em um contexto de ascensão do conservadorismo no cenário internacional. Essa crise culmina na eleição de Jair Bolsonaro e desencadeia uma onda conservadora que intensifica a polarização na sociedade, aprofundando-se a cada nova disputa eleitoral.

No entanto, a nós interessa discutir dois momentos que funcionam como o marco temporal que antecede a eleição de 2018 e funcionam como combustível para o fortalecimento dos atores e organizações que aqui tomamos como objeto: as manifestações de junho de 2013 e a campanha pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff. As organizações que aqui são o foco da pesquisa surgem dessas primeiras mobilizações de rua e demonstram uma forte capacidade de articulação e mobilização no ciclo de protestos seguinte.

Os dois eventos são marcos importantes devido à sua centralidade para explicar a crise que culminou na deposição da presidente Dilma e no fortalecimento de uma nova direita em formação. Dias, von Bülow e Gobbi (2021, p. 11) defendem a tese de que apesar das mobilizações de massa das organizações de direita terem figurado como uma grande surpresa para todos, o seu ativismo, na verdade, não era algo inédito. Segundo Dias e von Bülow (2019, p. 12), a direita já havia demonstrado sua grande capacidade de mobilização às vésperas do golpe de 1964 com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A novidade estaria no fato dessa direita, que vinha sendo gestada desde o início dos anos 2000, ter voltado às ruas após estar distante dessa arena há, pelo menos, cinquenta anos. Outra novidade, para Dias, von Bülow e Gobbi (2021, p. 7) residia no fato das organizações que estavam à frente das mobilizações não terem nenhum tipo de vínculo com organizações de movimentos sociais estabelecidas ou com partidos políticos tradicionais.

Embora com agendas distintas, podemos estabelecer um paralelo entre as manifestações de 2013 e 2015, confirmando a teoria de Bringel e Pleyers (2015) sobre a abertura societária que as primeiras possibilitaram. Enquanto em 2013 as pautas das manifestações acabaram por se tornar universalistas, "contra tudo e contra todos", as de 2015

foram mais específicas e direcionadas ao segundo governo Dilma e ao Partido dos Trabalhadores (2015, p. 5). Na visão de Bringel e Pleyers (2015), houve impactos sociais e culturais; “Dentre os impactos sociais, podem principais: a reconfiguração de grupos sociais e a geração de novos enquadramentos sociopolíticos” (2015, p.10). Longe de se mostrarem uma simples continuação de 2013, as manifestações de rua em 2015 mostraram-se arranjos sociais muito mais articulados em nível de grupos sociais e ideologias definidas.

Alonso (2017) identifica os protestos de 2013 a 2016 como parte de uma mesma crise política, que ela divide em três ciclos de confronto: o ciclo do mosaico, caracterizado pelas manifestações de junho de 2013, o ciclo patriota, em março e abril de 2015, e o ciclo do impeachment, de dezembro de 2015 a março de 2016. O ciclo do mosaico é definido pelo ativismo autonomista, sendo o Movimento Passe Livre (MPL) a sua figura mais proeminente. De acordo com Alonso, as autoridades políticas tiveram dificuldades em lidar com os protestos e com este novo formato ativista baseado na ausência de liderança, levando a uma má negociação com o movimento sobre as tarifas de ônibus (2017, p.51). No entanto, os protestos continuaram, diversificaram-se e trouxeram novas bandeiras e novos setores, incluindo os patriotas que exigiam símbolos e cores nacionais (2017, p.52).

O ciclo patriota em 2015 é marcado pela incerteza estrutural e instabilidade geradas pelas manifestações de 2013. Essa incerteza, segundo a autora, já vinha sendo ampliada pelo processo do Mensalão e pela faxina ética encabeçada pela imprensa, aumentando o teor anticorrupção (2017, p. 53-54). Entre os eventos que marcam esse ciclo de protestos estão: o PSDB pedindo a cassação da chapa vencedora da eleição de 2014, ou seja, a chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer; a prisão de lideranças petistas; e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, instalando a CPI da Petrobras, que atinge diretamente o governo Dilma. Esses acontecimentos encadeados permitem que a corrupção permaneça como pauta das manifestações de rua, lideradas por grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua. Além disso, a popularidade de Dilma Rousseff cai vertiginosamente. O ápice da crise seria o acolhimento do pedido de impeachment elaborado por Janaína Paschoal, Miguel Reale e Hélio Bicudo por Eduardo Cunha (2017, p.54).

O Ciclo do impeachment ainda é qualificado pelo tom anticorrupção e pela disputa nas manifestações de rua entre dois grupos: o grupo pró-impeachment e contra o impeachment (2017, p.55). Com a prisão do líder do governo no Senado pela Operação Lava Jato, é precisamente nesse ciclo que a autora identifica a solidificação da retórica moralizada, como a moralização pública e o moralismo defendendo os valores da sociedade tradicional, como

religião, pátria e família (2017, p.56). Isto posto, o sentido dos ciclos e o desenrolar do impeachment indicam que "o processo político deslocou seu centro nervoso das ruas para as instituições" (2017, p.56).

Em livro posterior, Alonso (2023) propõe uma reflexão quanto ao que chamamos de junho de 2013. Para a autora, o olhar para junho não deve ser da perspectiva que o concebe como um ponto de partida para a compreensão do que foi a crise brasileira, mas sim como um resultado. Isto porque, segundo ela, os protestos que eclodiram a partir de 2013, no terceiro ano do mandato de Dilma Rousseff, foram gestados ainda nos governos Lula, como resultado de diferentes zonas de conflitos. Um dos argumentos para subsidiar sua tese é de que a rua não age, mas apenas reage e é pautada por quem ocupa o governo.

A chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, para Alonso (2023, p.) redefiniu a fronteira entre Estado e sociedade civil mobilizada. Os opositores do governo precisaram encontrar novos métodos de organização e promoção de manifestações (Alonso, 2023, p. 114) e dispuseram de diferentes repertórios e estilos de ativismo disponíveis: o neossocialismo, o autonomismo e o estilo patriota. Dois destes concentravam os movimentos sociais críticos ao PT, mas que também se localizavam à esquerda do espectro político: o neossocialismo e o autonomista. Já o estilo patriota abarcava todo e qualquer grupo de direita que fazia oposição ao governo federal.

E é neste ponto que tecemos uma crítica à autora. Apesar de compreender a importância e o valor do esforço empreendido para criar tais categorias analíticas, resta a impressão de que um único tipo de ativismo seja capaz de acomodar todos os distintos grupos e organizações de movimentos sociais de direita. Isso ocorre porque entendemos que a direita, partidária ou não, é diversa. Esses grupos estiveram unidos durante a campanha pró-impeachment em torno de um inimigo comum, o PT.

Mas, como ressaltado pela própria autora, esse bloco não era monolítico, ele era uma coalizão, um conjunto de movimentos que divergiam nas mais diversas pautas. Compreender essas diferenças e, ainda assim, assumir que todos cabem em um mesmo estilo de ativismo parece contraditório. Será que podemos mesmo colocar movimentos que reivindicam uma intervenção militar ao lado daqueles que repudiam a iniciativa e defendem a democracia? Esta é uma pergunta que essa pesquisa não conseguiu responder. Mas que coloca à dúvida e a sugestão para que surja a partir daí uma agenda de pesquisa capaz de melhor classificar estas

distintas organizações. Apesar disso, o tópico a seguir retoma o que a literatura sobre o tema tem discutido acerca da heterogeneidade presente entre essas organizações.

2.3 – As organizações de direita e a heterogeneidade entre elas

Essa heterogeneidade da direita é o que pretendemos discutir neste tópico. O trabalho de Pierucci (1987) surge como um destes que primeiro tentaram entender as características do que, após o fim da ditadura militar, estava se conformando enquanto a direita no país. Para ele, desde então, ficou claro que aquele que buscasse interpretar esse campo, deveria reconhecer a diversidade interna pertencentes ao grupo. No entanto, o trabalho do autor tem como objeto a direita que está dentro do sistema partidário. Compreendemos, porém, que essa heterogeneidade se reproduz para além da arena institucional.

Os atores e organizações que foram às ruas já não sentiam a vergonha de se reconhecer enquanto “de direita”. Entretanto, não parece correto dizer também que todos que ali estavam compartilhavam da mesma ideologia. É nesse sentido que assumimos que existia uma heterogeneidade que se estendia também para as organizações e ativistas. Dias, von Bülow e Gobbi (2021, p. 8) definem o campo como poroso, informal e com contornos potencialmente instáveis, além de possuírem uma heterogeneidade interna. O que de fato unia esses distintos grupos era o objetivo comum de derrubar a presidente e tirar o PT do poder.

É o antipetismo o grande elemento unificador do campo da nova direita. Tatabiga (2018) o define como a energia para o protesto e o elemento capaz de transformar as insatisfações difusas em um engajamento ativo com uma causa. Para Solano (2018), o que surge da organização das manifestações de 2015 é uma mobilização conservadora que tem além do antipetismo como seu fator de coesão, mas também o discurso antipolítico que se resume nos slogans de “faxina geral” ou “fora todos!”.

Mas, o que garante que essa unidade se mantenha uma vez alcançado o objetivo comum? Os autores já tinham esse diagnóstico. Para eles, as organizações de direita diferiam em suas trajetórias, nas políticas defendidas e nas ideias para um cenário pós-Dilma (Dias, von Bülow e Gobbi, 2021, p. 10). Essa heterogeneidade se expressa, para Solano (2018), por meio de duas matrizes diferentes da nova direita: uma neoliberal e a outra neoconservadora. Para ela, essas duas matrizes tradicionalmente se apresentam separadamente e com formas de organização distintas. Ademais, apesar de compreender a importância do argumento da

autora, compreendemos que a realidade brasileira desde 2013 demonstra que apesar dessas distinções, a direita soube deixar essas diferenças de lado em nome do seu objetivo comum.

Enquanto o NasRuas defende pautas conservadoras, religiosas e até mesmo monarquistas, o MBL defende o neoliberalismo e o respeito à democracia. O NasRuas, por sua vez, se somou ao coro daqueles que foram às ruas pedir por intervenção militar e a anulação das eleições de 2014. Essas diferenças, ainda que existam e sejam um motivo de afastamento entre as organizações para dentro do campo da nova direita, foram irrelevantes quando estes decidiram se unir em prol do impeachment de Dilma Rousseff. Alguns fatores já citados anteriormente nos ajudam a compreender um pouco algumas dessas diferenças internas da direita que emergiram no Brasil nos últimos anos. Mas, acreditamos, que estes não foram os únicos fatores que contribuíram para uma percepção geral de insatisfação com os políticos e com a democracia brasileira.

Os políticos brasileiros nunca dispuseram de demasiado prestígio frente à sociedade. O discurso comum aos brasileiros era de desconfiança para com aqueles que atuavam no cenário político. Ainda assim, institutos de pesquisa, segundo Almeida (2019), demonstraram um incremento desse sentimento de rejeição aos políticos após junho de 2013. Um ano e meio após estas manifestações, as mudanças no Congresso Nacional já sinalizavam para uma guinada à direita. Mas não só isso. O Congresso eleito em 2014 despontava, naquele momento, como o congresso mais conservador desde 1964.

Houve um aumento de candidatos conservadores eleitos de origens militares, policiais, religiosas e rurais (Martins, 2014). De acordo com Almeida (2019, p. 195), essa divisão causada pelos eventos de junho de 2013 impactou fortemente a percepção coletiva do público sobre a realidade. Enquanto os eventos subsequentes aprofundaram ainda mais a divisão, tornando difícil qualquer reconciliação durante as eleições de 2018.

Esta é uma característica presente nos protestos de junho de 2013. A maior parte daqueles que ocuparam as ruas, desde as primeiras mobilizações, eram jovens e não eram integrantes de partidos políticos, sindicatos ou outros movimentos sociais. Os movimentos e organizações de direita, bem preparados para capturar o momento, conseguiram canalizar esse sentimento de frustração e desconfiança em relação ao sistema político e às lideranças políticas. Esse setor que passa a ir às ruas é um setor sem muitos laços entre os manifestantes. Em sua maioria, os manifestantes são avulsos, indo de um ideal mais liberal até um mais conservador ou de extrema direita. O que havia em comum entre eles era a crítica às

instituições políticas, aos políticos e aos partidos políticos. No caso das manifestações de 2014 e 2015, o principal alvo das manifestações era o Partido dos Trabalhadores. Alonso (2017) aponta que depois de junho de 2013 esse setor mais à direita cria, já em 2014, 43 novos grupos. Para ela, o ciclo que se inicia em junho gera uma conjuntura fluida, ou seja, uma situação de incerteza estrutural que reorganiza condutas políticas, dissolve clivagens e estabelece novas conexões.

Falamos em uma crise que tem seu início nas manifestações de junho de 2013 e se aprofunda ainda mais com a atuação de organizações de movimentos sociais de direita que tomam as ruas em defesa da destituição da presidente. Apesar de distintas, se unem em torno de uma pauta comum e atuam em diferentes frentes: online, offline, nas ruas e por meio das instituições. Além disso, essas organizações passam a disputar a arena política e os cargos legislativos, cada uma dispendo de uma estratégia e trajetória diferente. Entretanto, resta saber quais são essas organizações, as diferenças entre elas e quem são suas principais lideranças. Estas questões serão respondidas no tópico subsequente.

2.3.1 – Movimento Brasil Livre

O MBL nasce da necessidade dos Estudantes pela Liberdade (EPL), grupo financiado pela Atlas Network, de criar uma marca que pudesse atuar nas manifestações. O grupo já tinha definido uma estratégia para participar dos protestos de 2013, no entanto, por se tratar de uma fundação norte americana, estava proibida de atuar politicamente em outros países, segundo a legislação a qual obedece.

O EPL, dirigido por Juliano Torres, cria a marca Movimento Brasil Livre oficialmente em novembro de 2014, logo após o fim do segundo turno das eleições presidenciais, e escolhe como principal rosto do movimento o jovem Kim Kataguiri. O MBL aparece nas redes sociais pela primeira vez no dia 17 de junho de 2013, quando sua página no Facebook é criada. Segundo Gobbi (2016, p. 67), “a ideia para criação do movimento partiu de Juliano Torres, durante as manifestações de junho de 2013, que enxergou naquele momento uma oportunidade para criar um movimento pautado pelas ideias libertárias no Brasil”.

Kim Kataguiri não era dono de vasta formação ou experiência política, mas foi capaz de influenciar uma grande quantidade de jovens por meio dos vídeos que produzia e divulgava em suas contas de plataformas de redes sociais. Fazia parte do movimento e era uma das quatro lideranças mais famosas do grupo. As outras três lideranças mais conhecidas são: a) Fernando Holiday, eleito vereador em 2016 e reeleito pelo Partido Liberal em 2020,

jovem, negro e assumidamente bissexual; b) Renan Santos, fundador e coordenador do MBL, tem seu nome vinculado a uma associação privada que recebe o dinheiro das doações feitas ao movimento, segundo Barbosa (2019); e por fim, c) Arthur do Val, youtuber, empresário ex-deputado estadual eleito pelo Democratas e cassado em 2022.

Enquanto cidadãos de classe média, empresários e celebridades estavam criando organizações, estes jovens, líderes no movimento estudantil, estavam criando laços transnacionais com organizações de direita nos Estados Unidos e em outros países (Gobbi, 2016 apud Dias, von Bülow e Gobbi, 2021, p. 8). Para Miguel (2018), a estratégia dessas novas organizações é criar jovens ativistas de direita nas universidades públicas, para contrabalancear o que eles consideram como uma hegemonia de posições à esquerda.

Para o autor, não é contraditório que estes jovens defendam pautas de costumes conservadores. Na verdade, é uma estratégia para preservar a sua base e para dar visibilidade a seus dirigentes. O rápido crescimento e propagação do discurso dessas organizações pelas plataformas redes sociais se dá, para ele, pelo próprio tipo de debate que as mídias sociais promovem. Um debate raso e com pouca possibilidade de um maior aprofundamento argumentativo.

2.3.2 – NasRuas

O movimento Nas Ruas se declara como “um movimento social contra a corrupção, a impunidade e o mal uso do dinheiro público”⁷. Fundado em 2011 pela atual deputada federal Carla Zambelli, desempenhou um papel fundamental na campanha pró-impeachment de 2015 e 2016 e manteve-se como um dos grupos de apoio mais leais de Bolsonaro ao longo dos seus quatro anos de mandato. Zambelli é considerada uma peça-chave no círculo íntimo de Bolsonaro e, como era de esperar, tem sido benéfica para o presidente.

Dessa forma, o movimento surge com um forte apelo anticorrupção e como um dos principais apoiadores de Sérgio Moro e da operação Lava Jato. No entanto, após a crise instaurada no governo federal em 2019 entre Sérgio Moro e Jair Bolsonaro, Carla Zambelli e o NasRuas passam a engrossar o coro daqueles que fazem oposição à Operação e ao ex-juiz. O NasRuas ficou conhecido ainda em 2015 devido ao boneco inflável do ex-presidente Lula vestido de presidiário e portando uma placa com os números do partido (13), seguido do número 171, artigo do Código Penal que consiste na prática de golpes e estelionato.

⁷ NasRuas. O movimento. Disponível em: < <http://nasruascontracorrupcao.blogspot.com/p/o-movimento.html>>. Acesso em: 18/08/2023.

A deputada e fundadora do movimento responde hoje a diversos processos e está ligada à escândalos como, por exemplo, a tentativa de fraude da eleição de 2022 a mando do então presidente Jair Bolsonaro. Também foi tornada ré pelo Supremo Tribunal Federal, ainda este ano, por perseguir o jornalista Luan Araújo em posse de arma de fogo, a qual não deveria estar portando, em função da proibição do Ministro Alexandre de Moraes durante o período eleitoral⁸. A escolha pelo movimento se dá muito em função da escassez de trabalhos acadêmicos que dediquem maior atenção à sua trajetória durante as manifestações e após a sua entrada no parlamento.

Finalmente, o capítulo seguinte traz reflexões acerca da análise empírica das publicações dos deputados federais e como estes conceitos estão presentes na comunicação das páginas oficiais desses atores. A heterogeneidade identificada na literatura aparece nos discursos desses atores mesmo quando estes adentram a institucionalidade? A literatura diz que sim e os dados podem confirmar ou não isto. O discurso que uma vez foi homogêneo, quando necessário, se mantém após o alcance do objetivo comum? Esperamos responder a estas perguntas no capítulo que se segue.

⁸ Richter, André. STF torna ré deputada Zambelli por perseguição com arma. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-08/stf-torna-re-deputada-zambelli-por-perseguiacao-com-arma>>. Acesso em: 26/08/2023.

Capítulo 3 – Os deputados e os partidos políticos durante o mandato

A discussão teórica feita anteriormente sobre conceitos apresentados serve como arcabouço que orienta a análise desenvolvida neste tópico. Como definido na seção de metodologia, o período analisado tem início na campanha de 2018 e vai até o segundo turno de 2022. No entanto, como um dos objetivos específicos desta dissertação também é comparar se existem diferenças na relação estabelecida com os partidos durante o período de campanha e durante o mandato, direcionamos nossa análise para as publicações postadas entre 2019 e 16 de agosto de 2022, época em que a nova campanha tem início.

Para melhor compreendermos como se deu a comunicação sobre a relação entre representantes dos movimentos e o sistema partidário, empreendemos uma primeira análise quantitativa sobre estes dados que permite identificar se, e quantas vezes, os próprios partidos políticos e deputados aparecem. Esse dado nos oferece um primeiro indício de uma relação com o partido baseado em uma identificação partidária. Esse interesse investigativo está baseado na necessidade de captar se os discursos antipartidários dessas organizações de movimentos sociais permanecem mesmo quando estes passam a integrar os espaços institucionais.

3.1 – Um primeiro olhar para os dados

Foram coletadas 184 publicações que faziam menção a algum partido ou político durante o período da campanha eleitoral de 2018 no perfil de Kim Kataguirí no Facebook. O partido do então candidato a deputado federal aparece apenas 1 vez, no mês de agosto, ainda no início da disputa eleitoral, não atingindo ao menos nem mesmo 1% das publicações. No caso de Carla Zambelli, há uma presença um pouco maior de menções ao PSL. Das 126 publicações durante o período de campanha, 7 destas fizeram menção ao partido pela qual estava se candidatando, ou seja, 5,56% do total.

A aparição única do DEM nas publicações de Kim Kataguirí não é necessariamente surpreendente, embora tenha levantado questionamentos sobre a natureza da campanha que o candidato estava conduzindo. A decisão de ocultar o partido parece estar alinhada com a estratégia de Kim Kataguirí e do MBL de reforçar um discurso contrário aos partidos políticos, e de enfatizar as agendas e os candidatos do próprio movimento. A única publicação de Kim Kataguirí que mencionava o partido o fazia por meio de um discurso repleto de críticas ao sistema eleitoral e partidário, destacando sua recusa ao fundo eleitoral e partidário do DEM. Por outro lado, as publicações da deputada Carla Zambelli que mencionavam o PSL

enfaticavam a ligação do partido com o candidato Jair Bolsonaro, elogiando os membros alinhados com o presidente e que faziam parte da legenda. Aqui identificamos a primeira divergência entre os dois políticos: enquanto Kim Kataguiri ocultava o partido de suas publicações, Carla Zambelli fazia maior uso da legenda.

As demais publicações da campanha eleitoral de Kim Kataguiri se dividem entre menções a Lula, ao Partido dos Trabalhadores, a políticos de esquerda, centro-esquerda e menções a partidos ou políticos de direita, centro-direita. O PT ou seus candidatos são citados ao menos 189 vezes, podendo haver publicações em que eram citados tanto o partido como algum de seus candidatos, nesse caso, contabilizamos mais de uma citação por publicação. Já dentre as publicações de Carla Zambelli, as citações diretas ao PT ou outros partidos de esquerda alcançam o total de 58,73% do total de publicações. Um dado que contrasta significativamente entre os dois candidatos é evidente. Enquanto as publicações de Kim Kataguiri contêm poucas menções negativas direcionadas a partidos ou candidatos de direita ou centro-direita, essa abordagem muda consideravelmente na página da candidata. Apenas no mês de setembro de 2018, foram registradas 28 publicações criticando de alguma forma algum partido ou político deste campo.

Durante o período eleitoral, as publicações da candidata se concentravam principalmente na citação de aliados e na replicação de seus discursos e mensagens, uma prática conhecida no Facebook como "respostar" - ou seja, compartilhar em sua própria página uma publicação feita por outra pessoa. Isso é relevante porque frequentemente essa ferramenta foi utilizada para dar visibilidade a candidatos pouco conhecidos, amplificando assim a capacidade de alcance de seus discursos e propostas. De certa forma, quando um candidato faz uso desse recurso, parece estar endossando tanto a posição quanto a candidatura em questão.

Nesse contexto, a análise revelou uma presença proeminente de oposição generalizada nas publicações de Carla Zambelli, dirigida tanto a partidos de esquerda quanto a partidos de direita, desde que não fossem considerados aliados políticos dela ou do candidato Jair Bolsonaro. Esse padrão nas publicações durante a campanha sugere um alinhamento ideológico e político completo com Jair Bolsonaro desde o início, sem espaço aparente para outras alianças fora do campo político ao qual o ex-deputado pertence. Em outras palavras, Carla Zambelli adota uma visão personalista da política, centrada na figura do ex-deputado,

demonstrando pouco interesse por outros atores do sistema político. A tabela abaixo apresenta esses dados:

Tabela 2 - Citações a partidos ou políticos na página de Facebook durante a campanha de Carla Zambelli, 16 de agosto a 28 de outubro de 2018. (percentuais das publicações que mencionam partidos ou candidatos do total de 413 publicações)

	Citações ao próprio partido (%)	Citação a Lula, ao PT ou a candidatos e partidos de esquerda e centro-esquerda (%)	Citação a partidos ou a deputados de direita/extrema-direita (%)
Agosto	3,17	17,46	15,87
Setembro	2,38	33,33	29,37
Outubro	0	7,94	11,90

Fonte: Página oficial no Facebook de Carla Zambelli.

Algumas publicações foram classificadas em mais de uma coluna, pois, ao mesmo tempo em que apresentavam críticas e um discurso contundente contra algum partido de esquerda, também poderiam indicar apoio ou crítica a outro partido político. Em contraste, a página de Kim Kataguirí concentra-se principalmente em críticas à esquerda política, sem dedicar o mesmo empenho em relação a partidos ou políticos de direita. Isso sugere a construção de uma visão negativa específica em relação a um espectro político do sistema partidário, em oposição a uma visão mais abrangente do sistema político como um todo, pelo menos inicialmente.

Se esse é um ponto que nos apresenta algumas diferenças entre os dois políticos, os demais dados relativos aos mandatos não contribuem para diminuir essas discrepâncias. Apesar das organizações das quais os dois candidatos fazem parte terem surgido no mesmo período e terem se fortalecido em cima de um mesmo discurso anticorrupção, essas semelhanças não se estendem para o que escolhem como discurso político após a inserção na representação política formal. Ao longo dos quatro anos de mandato as publicações de Kim Kataguirí se mantiveram constantes em relação à ausência do partido político do qual fazia parte.

As nuvens de palavras das publicações nas páginas do Facebook do período de campanha ajudam a ilustrar quais partidos e políticos estiveram presentes nos discursos dos candidatos, enquanto as análises de similitude contribuem para ilustrar quais os sentidos atribuídos aos resultados encontrados nas nuvens de palavras. Pretendemos verificar quais partidos, dentre aqueles de esquerda, são mais citados; quais políticos, dentre os de esquerda,

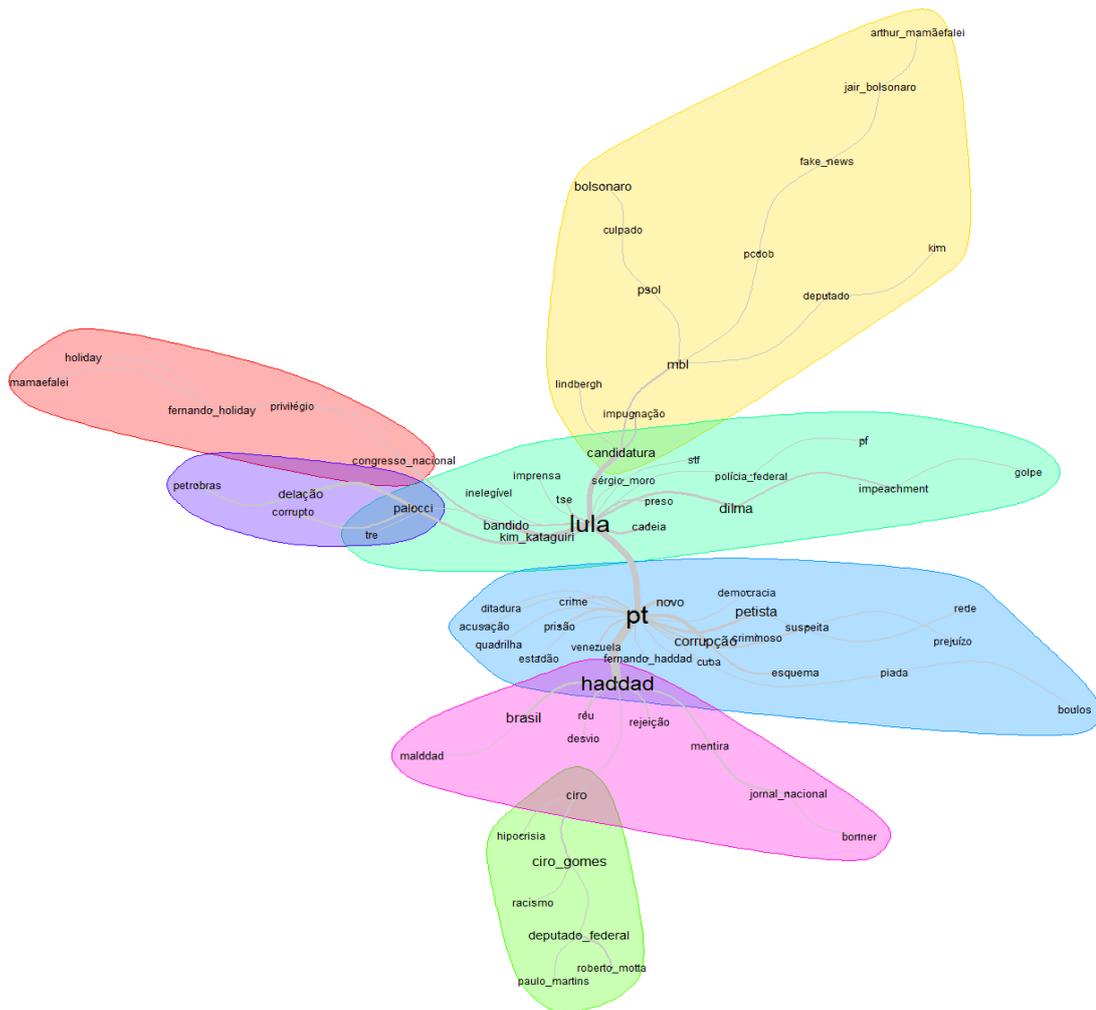
Embora não haja novos partidos de direita sendo citados, alguns candidatos individuais ganharam atenção, como Jair Bolsonaro, Fernando Holiday, Arthur do Val (Mamãe Falei) e Roberto Motta. Essa ausência de partidos aliados e o foco em nomes individuais pode ser resultado de um desejo de destacar a notoriedade e a visibilidade de candidatos que estão lançando suas candidaturas específicas, mas também ressalta uma visão personalista da política que vê o partido simplesmente como um veículo para promover candidatos específicos. A presença de nomes que fazem parte do mesmo movimento que Kim Kataguiri faz parte nos indica também a presença de um discurso muito mais movimentalista do que o de Carla Zambelli.

Quando analisamos o discurso de Kim Kataguiri em novembro de 2018, após sua eleição, nossa compreensão sobre sua relutância em se alinhar ao seu partido parece ser válida. Em outro momento, ele declarou que não precisava do apoio do partido para se reeleger, pois seu partido era o MBL (Folha de São Paulo, 2018). Além disso, durante o mesmo ano, o movimento cogitou a ideia de criar um partido político devido à percepção pós-eleitoral de que os eleitores gostavam de associar candidatos a um número específico. No entanto, esse projeto não ganhou força nem recebeu atenção dos seguidores de Kim Kataguiri nas redes sociais. Conforme reportado pela Folha de São Paulo (2018), a opção do movimento ainda era concentrar-se em colocar seus candidatos dentro de um partido que consideravam "morto" devido ao limite eleitoral.

O DEM era um desses partidos. Apesar de sempre orbitarem o poder executivo, desde a eleição de FHC, o DEM chegou em 2019 sem lançar ou apoiar uma candidatura à presidência. Apesar de voltar a crescer em 2018, o partido não chegou perto de reeleger a bancada que sempre teve ao longo dos anos 1990. O DEM era então um partido que vinha se recuperando de uma queda na eleição de seus quadros e a ausência de cargos de prestígio dentro do Executivo Federal¹⁰. A análise de similitude, então, contribui para confirmar, ou não, estas inferências.

Figura 3 - Análise de Similitude entre os termos mais citados pelas publicações de administrador da página do Facebook durante a campanha de Kim Kataguiri, 16 de agosto a 28 de outubro de 2018

¹⁰ Madeiro, Carlos. Mais fracos, MDB e DEM perdem vaga de fiadores do poder, ocupada desde FHC, 2018. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/14/enfraquecidos-mdb-e-dem-perdem-vaga-de-fiadores-do-poder-ocupado-desde-fhc.htm>>.



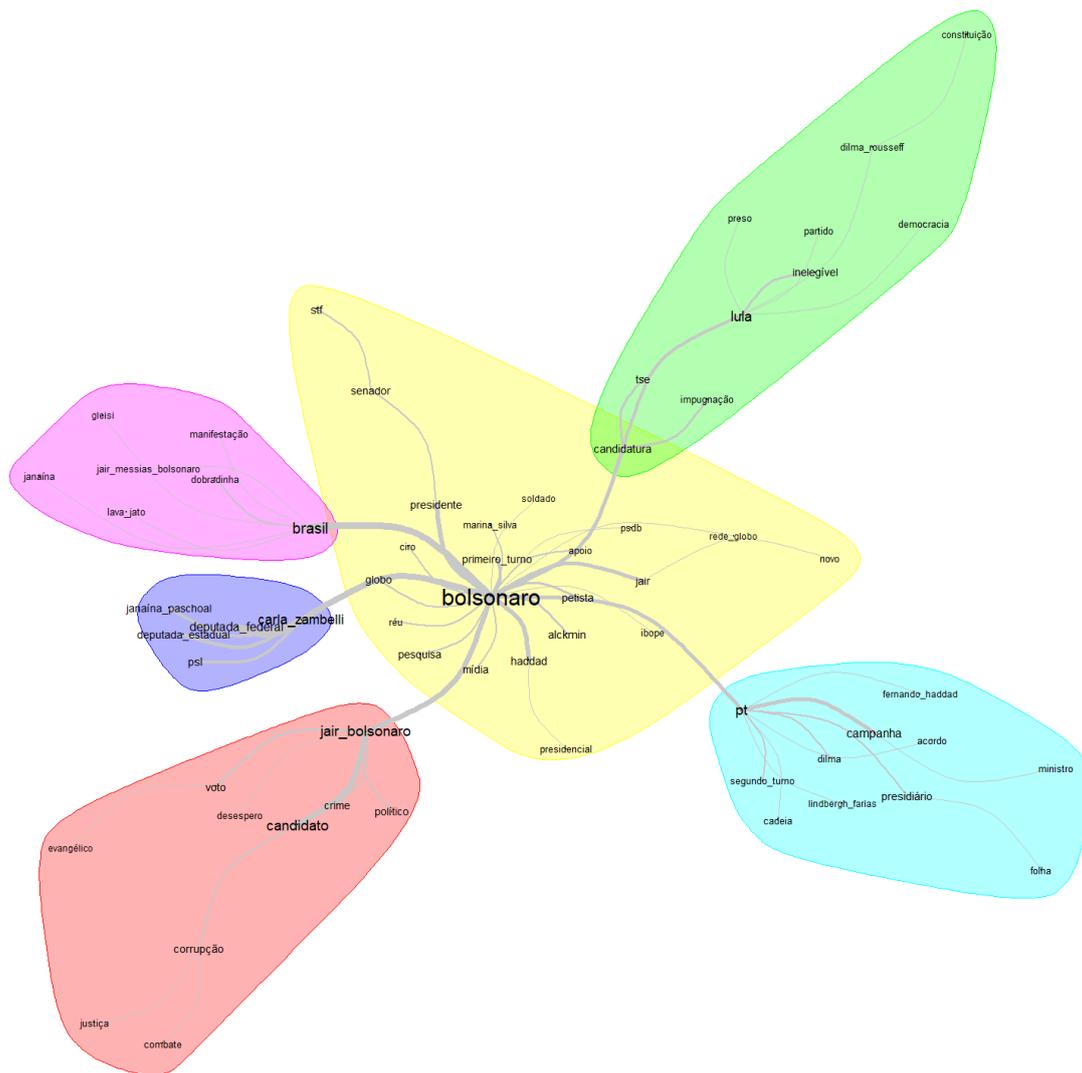
Fonte: Página oficial do Facebook de Kim Kataguirí.

A análise de similitude nos permite verificar as coocorrências entre as palavras e as indicações de conexidade entre elas. Os resultados de uma análise de similitude nos ajudam a identificar a estrutura do corpus textual, ou seja, a estrutura do conjunto de textos adotados nesta ou em qualquer outra pesquisa. Nota-se a centralidade de palavras-chave como "Lula", "PT" e "Haddad". Estes termos emergem como clusters centrais e irradiam conectividade para um grande número de outras palavras. Embora existam clusters menores que não aparecem conectados, eles também compartilham uma conexão com "Lula" e "PT".

Do ponto de vista estritamente do conteúdo, os resultados da análise de similitude levam às seguintes conclusões: as postagens feitas pelo candidato federal durante a campanha servem para criar uma imagem negativa do Partido dos Trabalhadores e de seu candidato. As palavras-chave vinculadas aos clusters centrais tratam de ideias de crime, corrupção e punição. As palavras mais ligadas a Lula são "criminoso", "corrupção" e "prisão".

Tal como a análise de similitude dos posts da campanha de Kim Kataguirí nos trouxeram informações importantes, esperamos que a análise de similitude das publicações de Carla Zambelli também possa ser esclarecedora. Nesse mesmo espírito, segue a imagem:

Figura 5 - Análise de Similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página oficial de Carla Zambelli durante a campanha de Carla Zambelli, de 16 de agosto a 28 de outubro de 2018.



Fonte: Página oficial do Facebook de Carla Zambelli.

Se colocadas as duas análises uma ao lado da outra, conseguiríamos rapidamente perceber a diferença entre elas. Enquanto Kim Kataguirí apresenta três clusters centrais, Carla Zambelli conta com apenas um cluster central e irradiador de conexidade entre as demais palavras. O cluster central da candidata tem como construção conceitual a palavra

“Bolsonaro”. Existem outros clusters menores, no entanto, todos apresentam alguma conexão e irradiam do maior cluster.

Com base apenas na análise de conteúdo, os resultados indicam que, embora haja uma semelhança nos discursos dos dois casos em relação à construção e fortalecimento do discurso antipetista como um aspecto crucial para o sucesso eleitoral, as publicações de Carla Zambelli se diferenciam ao concentrar esforços na construção de sua imagem associada não apenas ao candidato Jair Bolsonaro, mas também a outros elementos. É interessante observar um outro cluster que, embora pequeno, revela mais um traço dessa divergência na estratégia dos dois candidatos. O próprio nome da candidata Carla Zambelli está fortemente associado ao da candidata estadual Janaína Paschoal e ao partido de ambas, o PSL.

Essas análises demonstraram ser úteis para compreender as estratégias e as mensagens que os então candidatos desejavam comunicar. Foi constatado que ambos optaram por manter o discurso antipetista como elemento presente em suas campanhas políticas, porém, esse tema apresentou maior centralidade para Kim Kataguiri, enquanto Carla Zambelli procurou associar sua imagem a Jair Bolsonaro e ao PSL, partido escolhido pelo candidato à presidência. Além disso, os dados encontrados indicam que houve um esforço por parte de Kim Kataguiri em fortalecer um discurso de uma terceira via. Por outro lado, a vinculação irrestrita de Carla Zambelli ao bolsonarismo como um dos resultados da pesquisa revela uma visão da política como algo estritamente personalista, em que os partidos políticos não são vistos como espaços legítimos para expressar demandas e ideais. O que aparenta ser uma tentativa de construção de uma identidade partidária por parte da então candidata, na verdade, é uma estratégia de comunicação voltada para a construção de uma imagem fortemente associada à direita, ao bolsonarismo e a pautas específicas.

Os resultados desta análise empírica inicial são consistentes com a classificação de Medeiros (2020) sobre como os movimentos sociais procuram influenciar o sistema partidário de uma nação. Dentre os modelos identificados pelo autor, o caso de Carla Zambelli pode ser melhor explicado através do modelo de interpenetração, uma vez que a candidata é filiada a um partido existente e já imerso no sistema partidário. Também podemos inferir, com base no argumento de Luis Felipe Miguel (2022) sobre a irrelevância do PSL até a eleição de 2018, que houve uma falta de identificação partidária por parte da candidata e uma intenção de penetração e uso do partido.

O caso de Kim Kataguiri e Carla Zambelli se assemelham quanto à estratégia utilizada para ingressar o sistema partidário. Isto é, ambos os deputados optam por uma filiação a um partido já existente e já imerso no sistema partidário – modelo de interpenetração. Ao contrário de Carla Zambelli, Kim Kataguiri opta por ingressar em um partido com uma maior bancada, o DEM. Isso não significa, porém, que exista por parte do deputado uma vida partidária pregressa importante. Há, na verdade, um interesse e um reconhecimento da necessidade de uma legenda partidária para ingressar no sistema político, tal qual a deputada. O DEM, assim como o PSL, não foi escolhido ao acaso, o partido vinha apresentado uma queda em sua bancada desde 2014, demonstrando, segundo Barbosa (2018), uma perda de espaço da legenda para o Partido dos Trabalhadores.

3.2 – Análise do primeiro ano dos mandatos (2019)

Nesta seção, replicaremos as análises anteriores para verificar se houve alguma mudança no conteúdo dessas publicações desde que esses atores se tornaram deputados federais. Antes de analisarmos o primeiro ano de mandato, apresentaremos os números referentes ao total de publicações feitas por esses deputados para fins de comparação. Ao longo dos quatro anos de mandato as publicações de Kim se mantiveram constantes em relação à ausência do partido político ao qual estava filiado, conforme indica a tabela a seguir.

Tabela 3 - Citações ao partido DEM no Facebook durante o mandato de Kim Kataguiri (2019 – 2022¹¹) (% do total de publicações)

Menção ao partido/Ano do mandato	2019	2020	2021	2022
DEM	0,57	0	0,29	1,14

Fonte: Página oficial do Facebook de Kim Kataguiri.

A ausência de qualquer menção pública ao partido nas redes sociais por parte do congressista é intrigante, sobretudo tendo em conta que o Facebook é normalmente um dos seus principais canais de comunicação e promoção dos seus projetos, questões e valores junto aos seus eleitores. No entanto, este distanciamento não parece refletir-se nas atividades realizadas institucionalmente na Câmara dos Representantes, pelo menos no que diz respeito ao seu envolvimento nas principais comissões e representações partidárias. De acordo com a página do Deputado no Portal da Câmara dos Deputados, Kim Kataguiri foi vice-líder do seu partido durante o seu primeiro ano de mandato, apesar de não ter experiência legislativa. O

¹¹ Os números correspondem aos percentuais das publicações que fizeram menção ao DEM durante os quatro anos de mandato do deputado. Os percentuais são em relação à totalidade das publicações, ou seja, 3.196 publicações.

parlamentar também foi escolhido pelo DEM para ocupar duas vice-lideranças e uma coordenação em comissões de investigação, comissões especiais e grupo de trabalho. Isto deve se dar em função da promessa feita pelo DEM ao ainda candidato Kim, quando o partido prometeu liberdade para defender as pautas do movimento e votar independente da indicação do partido¹².

Ademais, Kim Kataguirí também aparece como segundo vice-presidente do diretório de São Paulo do União Brasil, partido formado a partir da fusão do DEM com o PSL. Vale dizer que estes cargos foram mantidos mesmo após rugas entre o deputado e demais colegas de legenda, quando, por exemplo, tentou disputar a eleição para a presidência da Câmara dos Deputados mesmo tendo como indicação do partido Rodrigo Maia, o que gerou desagrado entre lideranças do partido¹³.

Os aspectos observados até agora permitem fazer observações importantes sobre o desempenho do parlamentar. Uma inferência possível, e talvez a mais significativa descoberta até o momento, é a incoerência entre a atuação diária do parlamentar e a estratégia adotada e divulgada em sua página no Facebook. Embora o parlamentar continue ocupando posições de liderança e prestígio na Câmara dos Deputados, a importância do partido político nessa atuação é omitida em suas postagens online. As posições alcançadas não são atribuídas ao partido que o indicou, mas aparecem inteiramente como uma conquista pessoal resultante de seu esforço. Apesar disso, a relação com a liderança partidária parece ser harmoniosa, ilustrada pelo fato de o parlamentar ser incluído até mesmo em cargos de alta liderança dentro do partido.

Para avaliar se houve uma mudança na relação do político com seu partido, evidenciada em suas postagens no Facebook, criamos outra nuvem de palavras para o primeiro ano de mandato. Esse ano é marcado por reportagens e artigos de jornal indicando que o MBL e Kim Kataguirí romperam com a base de apoio do governo Bolsonaro. Ao menos discursivamente, uma vez que, segundo dados do Basômetro¹⁴, o deputado votou a favor do Governo Bolsonaro 152 vezes, apenas no ano de 2019. Este número atribui a ele, ainda segundo o Basômetro, a indicação de que o deputado é 92% governista. Aqui notamos,

¹² Carvalho, Ana Luiza de. Kim Kataguirí se lança à disputa da Presidência da Câmara: Existe pragmatismo na minha candidatura, 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/kim-kataguiri-se-lanca-a-disputa-da-presidencia-da-camara-existe-pragmatismo-na-minha-candidatura/>>.

¹³ Rodrigues, L. DEM critica ambição de Kim Kataguirí: “Já quer sentar na janela”, 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/m-confirma/dem-critica-ambicao-de-kim-kataguiri-ja-quer-sentar-na-janela>>.

¹⁴ Disponível em: <<https://arte.estadao.com.br/politica/basometro/>>.

Tal qual a primeira análise de similitude das publicações do deputado (ver Figura 2), “Lula” e “PT” seguem como clusters centrais e irradiadores de conexidade da maior parte de palavras. A novidade, nesse sentido, é a inserção de Bolsonaro enquanto um cluster irradiador e em conexão com “Lula”. Bolsonaro aparece conectado a “Traidor”, o que nos permite inferir que houve sim um rompimento com a base do governo, o que fez com que Kim Kataguiri e o MBL passassem a adotar um discurso antibolsonarista fortemente associado e comparado com o discurso antipetista. Em determinadas publicações, por exemplo, Kim Kataguiri chega a se referir a um suposto “bolsopetismo”, como se fossem duas faces do mesmo fenômeno.

Independentemente disso, a narrativa negativa em torno do nome de Bolsonaro e os esforços do congressista para se posicionar em oposição ao governo federal não podem ser sustentados quando comparados com dados anteriores citados, os quais indicam um alinhamento consistente com o governo na votação do Congresso. Isto serve para confirmar a discrepância entre a sua retórica online e o seu comportamento real.

A relação de Carla Zambelli com seu partido, no entanto, também não se provou melhor. Enquanto aliada e representante fiel do bolsonarismo na Câmara, a deputada acabou enfrentando problemas com o PSL quando o interesse do partido foi de encontro ao interesse do presidente Bolsonaro. Como, por exemplo, quando o presidente do PSL, Luciano Bivar, optou pela definição de Joice Hasselmann como líder da bancada do partido na Câmara, mas a ala mais Bolsonarista do partido defendia a condução de Eduardo Bolsonaro para este posto. A crise entre Carla Zambelli e demais membros do partido, em 2019, chegou a lhe render um pedido de cassação do mandato por parte de Luciano Bivar, expulsão do partido e representação frente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar¹⁶.

A tabela a seguir demonstra como a sua relação com o partido foi retratada em sua página oficial do Facebook:

Tabela 4 - Citação ao PSL no Facebook durante o mandato de Carla Zambelli, 2019-2022. (Em percentuais do total de 4.811 publicações na página da deputada).

Menção ao partido/Ano do mandato	2019	2020	2021	2022
PSL	23,57	2,86	3,57	6,90

Fonte: Página oficial do Facebook de Carla Zambelli.

¹⁶ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1842817>.

A súbita queda nos números de 2019 para 2020 são explicados por um outro fator: o esforço de Bolsonaro e aliados na criação de um novo partido político, o Aliança Pelo Brasil. A nuvem de palavras permitirá que façamos uma análise de conteúdo das publicações da deputada de maneira mais assertiva.

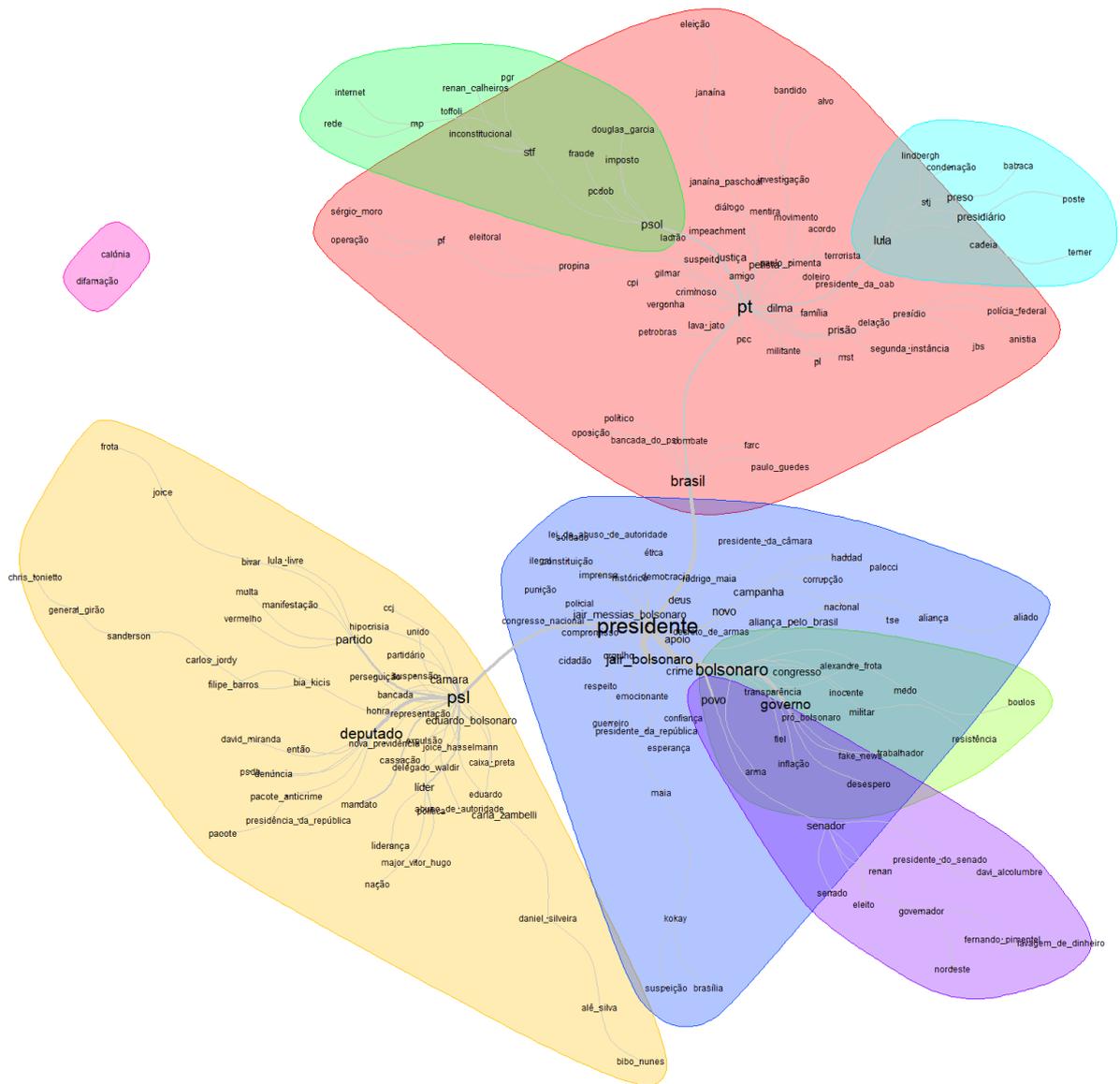
Figura 8 - Nuvem de palavras dos políticos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante o primeiro ano do mandato de Carla Zambelli, 2019.



Fonte: Página oficial no Facebook de Carla Zambelli.

Tal qual a nuvem de palavras do período de campanha, “Bolsonaro” e “Presidente”, que, neste caso, assumiremos enquanto sinônimos, são as palavras com a maior número de repetição nos discursos da deputada. No entanto, “PT” e “PSL” aparecem nesta nuvem com tamanho mais semelhantes, o que indica que tiveram a quantidade de menções muito próximas nas publicações de Carla Zambelli. Resta saber, ademais, quais as palavras conectam-se com estas e quais os sentidos que as podem atribuir.

Figura 9 - Análise de similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook durante o primeiro ano do mandato de Carla Zambelli, 2019.



Fonte: Página oficial no Facebook de Carla Zambelli.

A análise de similitude do primeiro ano do mandato da deputada federal Carla Zambelli apresenta três grandes clusters. Destes, insta ressaltar o cluster formado pela palavra “Presidente” e o cluster formado pela palavra “PSL”. Como o objetivo dessa dissertação é compreender a relação entre os deputados eleitos e os seus respectivos partidos, faz sentido nos debruçarmos especificamente nestes dois clusters. Os dois termos aparecem com centrais e irradiadores de conexão das demais palavras.

No cluster que tem a palavra central como “Presidente” nota-se a presença de palavras positivas como, por exemplo, “Guerreiro”, “Respeito”, “Deus”, “Apoio”, “Compromisso”, dentre outras. Aparece, também, “Aliança pelo Brasil”. Nos debruçando estritamente sobre a

análise de conteúdo, podemos inferir que as publicações em 2019 que dizem respeito ao presidente Bolsonaro e ao Aliança pelo Brasil assumem um caráter positivo, em oposição ao sentido que é atribuído ao PSL, configurando uma mudança na relação da deputada com o partido tanto na Câmara quanto em sua página no Facebook.

As palavras mais próximas e conectadas com o termo permitem uma dupla interpretação. Primeiro porque aparecem palavras positivas como, “representação”, “apoio”, “unido”, “bancada”, “líder” e o nome de alguns outros parlamentares, o que nos conduz ao argumento de que estas palavras estiveram mais próximas do termo em função de um primeiro momento de aproximação com o partido. Enquanto as demais palavras como “perseguição”, “expulsão”, “representação” e “caixa preta” reforçam o período de crise e rompimento da deputada para com o PSL.

3.3 – Análise do segundo ano de mandato dos deputados

A pandemia da COVID-19 marcou o segundo ano dos mandatos dos parlamentares, que tiveram início em 2020. Como vamos perceber a seguir, cada um deles assumiu uma postura diferente frente ao desafio encontrado. Se as diferenças que existem entre as muitas vertentes da direita política brasileira já foram percebidas anteriormente, é diante desse novo cenário que elas tendem a se acentuar. Todas as etapas de análise de dados feitas para os anos de 2018 e 2019 foram replicadas neste segundo ano e nos subsequentes. No entanto, para evitar um excesso de figuras no corpo do texto, algumas delas estarão presentes apenas no apêndice desta dissertação.

A posição como opositores ou aliados do governo federal foi crucial neste segundo ano de mandato, especialmente devido à atuação do presidente diante da pandemia. O governo Bolsonaro adotou um discurso negacionista desde o início da crise, negando repetidamente a mera existência do vírus ou sua gravidade. Apesar dos números de internações e mortes alarmantes em países como da Europa e Ásia, como China e Itália, aonde o vírus chegou antes do que o Brasil, Bolsonaro fazia questão de minimizar os riscos e associar a nova doença a uma simples “gripezinha”¹⁷.

Diante da ausência de medidas ou da tomada de decisão em desconformidade com as recomendações da Organização Mundial de Saúde, atores e instituições, como o Supremo

¹⁷ BBC. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de ‘gripezinha’, o que agora nega. BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>>.

Tribunal Federal e governadores de diversos estados, tiveram que adotar medidas que contrariavam os interesses do governo federal. O Supremo foi responsável por permitir que diferentes estados adotassem estratégias de lockdown, garantindo a autonomia dos governadores, mesmo quando a recomendação do governo federal era de não parar com as atividades comerciais, sob o slogan de que a economia não poderia parar.

As performances dos atores acirraram o debate público, provocando uma polarização ainda maior entre os que apoiavam Jair Bolsonaro e os que confrontavam as instituições e os governadores dos estados. Os opositores criticaram duramente o Supremo Tribunal Federal, que era o último controle dos abusos de Bolsonaro. O caso mais emblemático deste ataque no ano de 2020 foi o disparo de fogos de artifício contra o STF em junho deste mesmo ano¹⁸.

Neste contexto, as diferenças entre Kim Kataguiri e Carla Zambelli se tornam mais evidentes, mesmo estando na mesma vertente política. A nuvem de palavras da deputada em 2020 continua destacando os termos "Bolsonaro", "Lula" e "PT", mas dois termos ganham proeminência dentro dessa nuvem e se tornam significativos na análise subsequente de similitude: "João Dória" e "Aliança pelo Brasil".

Após romper com o partido político pelo qual foi eleito, ainda em 2019, Bolsonaro decide criar um novo partido. Essa estratégia, conforme apontado por Medeiros (2020), revela uma relação entre movimento e partido por meio do modelo de competição, quando não há forças que unam os interesses dos atores do movimento. Carla Zambelli, uma das principais e mais próximas aliadas do presidente, envolve-se na campanha e, embora permaneça no partido ao qual o presidente também pertencia, o PSL, passa a dedicar grande parte de suas publicações à campanha para a criação do partido de Bolsonaro, o Aliança pelo Brasil. O argumento em torno da criação desse partido gira em torno de uma crítica e divergência com os demais partidos da direita brasileira. Para eles, somente o Aliança, quando criado, poderia ser considerado um partido verdadeiramente de direita, evidenciando, mais uma vez, as fortes divergências internas dentro dessas diversas vertentes políticas dentro do mesmo espectro político.

Já o termo “João Dória” é mais bem explicado pela análise de similitude. O governador, um dos principais opositores de Bolsonaro durante o período da pandemia,

¹⁸ Correio Braziliense. Fogos contra o STF: repercussão de ataques mobiliza ministros e autoridades. Correio Braziliense, 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/15/interna_politica,863743/fogos-contr-o-stf-repercussao-de-ataques-mobiliza-ministros-e-autori.shtml>.

muito, em nosso entendimento, por disputar os votos da mesma parcela do eleitorado, aparece em um cluster que engloba outros atores que fizeram o enfrentamento à política adotado pelo presidente.

Nomes como “Rui Costa”, “Wilson Witzel” e “Renan Calheiros” aparecem neste mesmo cluster. Os termos ligados diretamente a Dória são carregados de uma visão negativa e incriminatória. “Ditadória”, “bandido” e “vergonha” são os termos mais próximos do governador, indicando uma forte campanha empenhada pela deputada contra o governador paulista. O PSDB, partido à época do governador, também está presente e é alvo das mais diversas críticas, assim como outros correligionários de João Dória.

Mais partidos também estão presentes, seja na nuvem de palavras ou na análise de similitude. Um deles chama a atenção, principalmente, pela mudança de sentido adotada pela deputada. O PSL, no segundo ano de mandato, aparece em um cluster distinto do presidente Bolsonaro, agora ex-filiado ao partido, e está diretamente associado a termos como “Joice Hasselmann”, “fundão”, “fundo partidário”, “fake news”, “gabinete do ódio” e “MBL”. Aqui, observamos que as diferenças internas entre a deputada e seu partido político se tornam ainda mais proeminentes, pois qualquer menção ao partido está ligada a nomes e temas negativos para a deputada. Joice Hasselmann, por exemplo, passa a ser sua principal opositora dentro do partido, enquanto o movimento de direita MBL passa a ser alvo de oposição, pelo menos no discurso, ao transitar para a oposição ao governo.

Essa oposição ao governo Bolsonaro é mobilizada enquanto um discurso a ser publicizado para aqueles que acessam a página de Kim Kataguiri. Como já foi dito, essa oposição não se traduz, de fato, em votos contrários às medidas e ações do governo federal, na prática, o que percebemos é um alinhamento. Contudo, no segundo ano do mandato o candidato dedica mais espaço em suas redes para criticar o governo e seus aliados. A nuvem de palavras do segundo ano do mandato de Kim Kataguiri é uma nuvem repleta de nomes de deputados e ministros do governo como, por exemplo, “Ciro Nogueira”, “Davi Alcolumbre”, “Roberto Jefferson”, entre outros. Os filhos do então presidente também surgem na nova nuvem de palavras. Os nomes de Carlos, Flávio e Eduardo Bolsonaro estão diretamente associados, na análise de similitude, com termos como “lavagem de dinheiro”, “foro privilegiado” e “fake news”.

Outra mudança observada na nuvem de palavras é a proeminência do nome de Bolsonaro, o que é novamente perceptível na análise de similitude, onde aparece como cluster

central. Palavras-chave negativas como "traição", "impeachment", "crime de responsabilidade" e político de estimação" cresceram em conexões de sentido. À medida que as críticas e associações negativas crescem, surge uma nova ligação entre Bolsonaro e Lula, formando um cluster distinto na análise de similitude. O novo cluster é formado por conexões que relacionam o nome de Lula a outras palavras como "prisão", "lei da ficha limpa", "Haddad", "Dilma" e as que mais chamaram atenção, talvez pela novidade, são "bolsopetismo" e "bolsolula".

Há no segundo ano do mandato de Kim Katagiri uma crescente associação entre os dois campos políticos, o da direita a qual Bolsonaro pertence e a esquerda associada a Lula. Partidos de direita, no entanto, não aparecem na nuvem de palavras ou na análise de similitude. Um dos possíveis fatores para isso é o fato de que desde 2019 o presidente Bolsonaro estava sem partido. Para Lula isto não se repete. O PT aparece ligado a outros partidos de esquerda como PSB, PCdoB, PDT e PSOL, demonstrando a compreensão por parte do deputado de que o campo da esquerda é basicamente homogêneo. Nomes como o de Flávio Dino e Guilherme Boulos também surgem diretamente associados dentro deste cluster, ligados a termos como "fracasso" e "ditadura".

Não parece errado pensar que a análise das publicações do segundo ano do mandato dos deputados evidencia diferenças claras nos posicionamentos políticos de ambos, contribuindo sobremaneira para o debate sobre os diferentes tipos de correntes políticas dentro do espectro ideológico da direita. Apesar dos dois deputados terem advindo de movimentos que Borges e Vidigal (2023) classificam enquanto pertencentes à direita antipolítica que se aglomerou em torno do projeto político de Bolsonaro, a pandemia e os sucessivos ataques às instituições democráticas fizeram com que ambos sejam mais bem colocados no debate pelos autores.

Borges e Vidigal (2023) criam o que eles chamam como uma "variante populista radical da direita antipolítica" que se diferencia de movimentos como o MBL, por exemplo, pelo uso de uma retórica antidemocrática e iliberal. Os achados da nossa pesquisa tendem a confirmar as diferenças nas retóricas dos dois deputados e seus grupos, fortalecendo o argumento em torno de que a direita é heterogênea e que o discurso em torno do antipetismo deixa de servir como elo entre essas vertentes quando uma destas passa a discordar da outra. O próximo tópico visa analisar as publicações do terceiro mandato e identificar mudanças ou não na retórica dos deputados.

3.4 – Análise do terceiro ano de mandato dos deputados

Apesar de 2020 ter sido um ano difícil para o Brasil com o início da pandemia, o ano de 2021 torna-se um ano ainda pior. Ainda no final de 2020, quando o país começou a flexibilizar as medidas restritivas de combate ao vírus da covid-19, o Conselho Nacional de Saúde começou a debater a possibilidade de o país já estar enfrentando a segunda onda da doença. O Brasil já registrava mais de 6 milhões de casos da doença e ultrapassava os mais de 170 mil mortos durante a pandemia.

Apesar disso, a baixa no número de casos, inferiores aos picos de julho a setembro, fez com que governadores flexibilizasse as medidas restritivas e permitissem a abertura de bares, lojas, restaurantes, praias e até mesmo o retorno a aulas presenciais¹⁹. O próprio Conselho Nacional de Saúde volta a se manifestar, também em dezembro, e declara preocupação com o novo crescimento de casos e a permanente ausência de novas medidas de controle do vírus adotadas pelo governo federal²⁰.

A esta altura o governo já havia substituído dois ministros da saúde por divergências técnicas quanto à condução da pandemia. Luiz Henrique Mandetta, do DEM, havia sido nomeado como ministro da saúde na primeira formação dos ministérios de Jair Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019. Mandetta deixou o cargo em abril de 2020 por ser defensor das medidas de isolamento social e contrário ao apoio público do presidente a tratamentos precoces como o da cloroquina. Ainda em abril um novo ministro foi nomeado, Nelson Teich, também médico e a favor do isolamento social e do protocolo do Ministério da Saúde estabelecido por Mandetta. O novo ministro não resistiu às pressões do presidente e não chegou a ficar no cargo nem mesmo por um mês.

Assumiu então Eduardo Pazuello. Nomeado em maio de 2020, Pazuello era general da ativa do Exército Brasileiro e foi o responsável por alterar o protocolo de tratamento da Covid-19 que passaria a recomendar o uso da cloroquina, tal qual Bolsonaro desejava. O ministro deixou o cargo apenas em 2021, mas foi durante sua gestão que o país vivenciou um

¹⁹ CNS. “Estamos vivendo uma nova 2ª onda de Covid-19 no Brasil?”, questiona live do CNS que ocorrerá próxima quarta, dia 9/12. Conselho Nacional de Saúde, 2020. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1507-estamos-vivendo-uma-2-onda-de-covid-19-no-brasil-questiona-live-do-cns-que-ocorrera-proxima-quarta-9-12>>.

²⁰ CNS. Covid-19 no Brasil volta a crescer indicando 2ª onda sem que primeira tenha terminado, conclui live do CNS. Conselho Nacional de Saúde, 2020. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1537-covid-19-no-brasil-volta-a-crescer-indicando-2-onda-sem-que-primeira-tenha-terminado-conclui-live-do-cns>>.

de seus piores momentos durante a pandemia. Ainda em janeiro de 2021 o Amazonas viveu uma escassez de respiradores e o colapso hospitalar que levou à morte de dezenas de pessoas.

Inicia-se em abril de 2021 uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a ação e omissão do governo federal na crise do coronavírus e o eventual desvio de recursos repassados da União para os estados e municípios²¹. São as investigações e atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito que dão o tom do debate público durante o ano de 2021. A CPI se encerrou em outubro de 2021 e sugeriu o indiciamento de 80 pessoas em seu relatório final. Dentre eles, consta o nome do então presidente Jair Bolsonaro, seus três filhos e seu ex-ministro da saúde, Eduardo Pazuello²².

A nuvem de palavras e a análise de similitude das publicações feitas durante o ano de 2021 pela deputada Carla Zambelli demonstram a centralidade dessa pauta da pandemia e a disputa pela narrativa sobre a ação do governo federal e dos governadores. Os termos destacados na nuvem de palavras de Carla Zambelli que tiveram maior índice de ocorrência são “presidente”, “Bolsonaro”, “Jair Bolsonaro”, “povo” e “Brasil”. Indicando, possivelmente, a tentativa de fortalecimento de uma narrativa favorável ao governo federal e a tentativa de associar a posição do presidente e de seus aliados enquanto a posição da maioria, ou totalidade, do povo brasileiro. Apesar da centralidade em nomes da direita, a nuvem de palavras também traz o nome “Lula” e “PT” com alguma relevância.

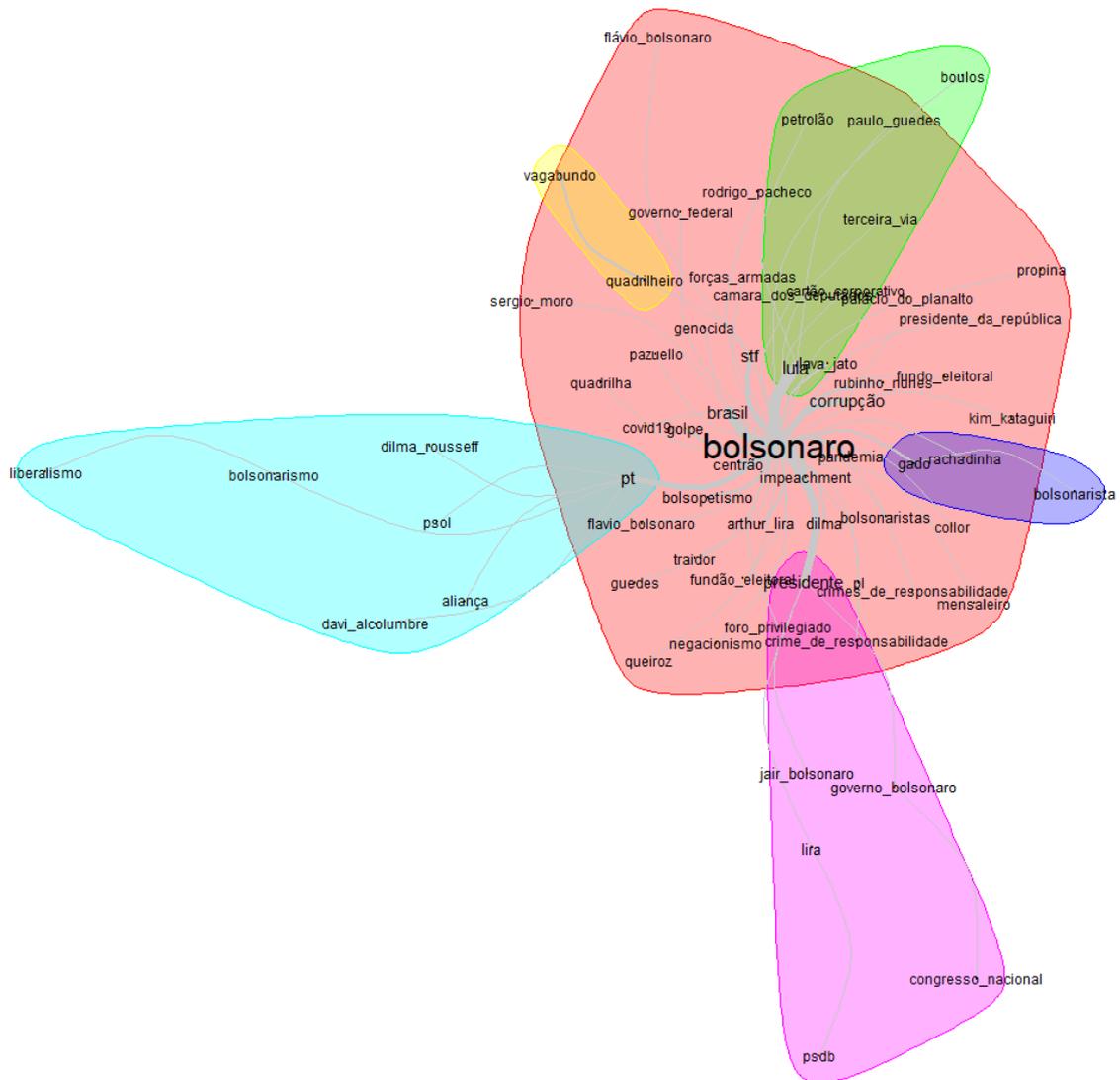
O sentido desses termos pode ser mais bem compreendido com a análise de similitude. As principais e mais fortes conexões do termo “Bolsonaro” e “Jair Bolsonaro” são com as palavras “Brasil” e “povo”. O que parece corroborar o nosso entendimento anterior de que há uma tentativa de vincular a pauta governista com uma percepção de que é também a pauta da maioria da população, ou seja, do povo brasileiro. Essa retórica é característica de grupos e políticos populistas, criando uma ideia de um “nós” contra “eles”, do povo contra uma elite estabelecida, tal como apresentado por Dias, Gobbi e Von Bülow (2021). Além de localizar de maneira mais precisa a deputada dentro da variante populista radical da direita antipolítica trazida por Borges e Vidigal (2023).

²¹ Agência Senado. O caminho da CPI da Pandemia: da instalação ao relatório final. Senado Federal, 2021. Disponível em: <[²² Vieira, Anderson. Após seis meses, CPI da Pandemia é encerrada com 80 pedidos de indiciamento. Senado Federal, 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/26/apos-seis-meses-cpi-da-pandemia-e-encerrada-com-80-pedidos-de-indiciamento>>.](https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/10/o-caminho-da-cpi-da-pandemia-da-instalacao-ao-relatorio-final#:~:text=Os%20requerimentos%20que%20deram%20origem,munic%C3%ADpios%20no%20enfrentament%20%C3%A0%20pandemia.>.</p></div><div data-bbox=)

A nuvem de palavras de Kim Kataguiri das publicações do terceiro ano do mandato não varia tanto em questão de termos com maior frequência. Aliás, o termo central da nuvem de palavras é o mesmo que o da nuvem de palavras de Carla Zambelli, “Bolsonaro”. Os outros termos que aparecem com algum destaque, mas bastante inferior, são “Lula” e “Brasil”, evidenciando uma centralidade no tema de Bolsonaro ligada às publicações de 2021 de Kim Kataguiri. A análise de similitude, por sua vez, nos ajuda a compreender qual o sentido que está sendo construído em torno desse tema.

A análise de similitude do terceiro ano de mandato de Kim Kataguiri é reveladora da centralidade atribuída pelo deputado na tentativa de oposição ao governo por meio do fortalecimento de uma terceira via. Nesse sentido, traremos a figura abaixo para que analisemos melhor as diversas implicações.

Figura 10 - Análise de Similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook de Kim Kataguiri durante o ano de 2021.



Fonte: Página oficial do Facebook de Kim Kataguirí.

O nome de Bolsonaro é o termo central no principal cluster da figura. Os termos mais próximos e conectados ao nome do então presidente são “centrão”, “impeachment”, “pandemia”, “corrupção”, “lula”, “stf”, “Brasil” e “golpe”. A associação direta do nome de Bolsonaro ao de Lula já havia surgido no ano de 2020, segundo ano do mandato, assim como o termo “bolsopetismo”, que também é evidenciado na figura acima. Isso reafirma a tentativa por parte do parlamentar de associar os dois políticos como “faces de uma mesma moeda”. Em um outro cluster relacionado ao nome de Bolsonaro estão os termos “gato”, “bolsonarista” e “rachadinha” demonstrando um claro rompimento com este grupo político.

Os únicos partidos políticos que aparecem com frequência significativa para estarem na análise de similitude são “PT”, “PSOL” e “PSDB”. O nome do PSDB aparece diretamente

associado ao nome do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e de Jair Bolsonaro. No entanto, essa conexão não fornece pistas sobre o sentido criado e se este é negativo ou não. O outro partido presente na figura é o PT e está diretamente conectado com o PSOL. Ambos compõem um cluster distinto, mas que aparece mais próximo do cluster de Bolsonaro, algo inédito nas análises das publicações do deputado até então. Esse resultado tende a confirmar a análise anterior de associação do campo bolsonarista e do campo petista, para justificar a criação e o fortalecimento de uma terceira via, ao qual o candidato pretende apoiar.

O tópico que se encerra reforça o que a discussão teórica e os primeiros resultados das publicações têm apontado: a direita brasileira é plural e os deputados escolhidos como casos de análise, apesar de advirem de movimentos que surgem na esteira das manifestações de junho de 2013 e liderarem a campanha pró-impeachment em 2015 e 2016, fazem parte de ramificações distintas da direita política. A aproximação entre eles reside, como pensado por Tatagiba (2018), no antipetismo como um elemento unificador.

3.5 – Análise do quarto ano de mandato dos deputados

Este tópico pretende reproduzir o mesmo processo feito nos tópicos anteriores: analisar as publicações dos deputados federais, em suas páginas oficiais do Facebook, por meio de nuvens de palavras e análises de similitude feitas pelo Iramuteq. Diferente dos outros anos, em 2022 o assunto da pandemia já não aquece tanto o debate público, entretanto, também diferentemente dos anos anteriores, o ano de 2022 é um ano de disputa eleitoral para o legislativo e o executivo federal.

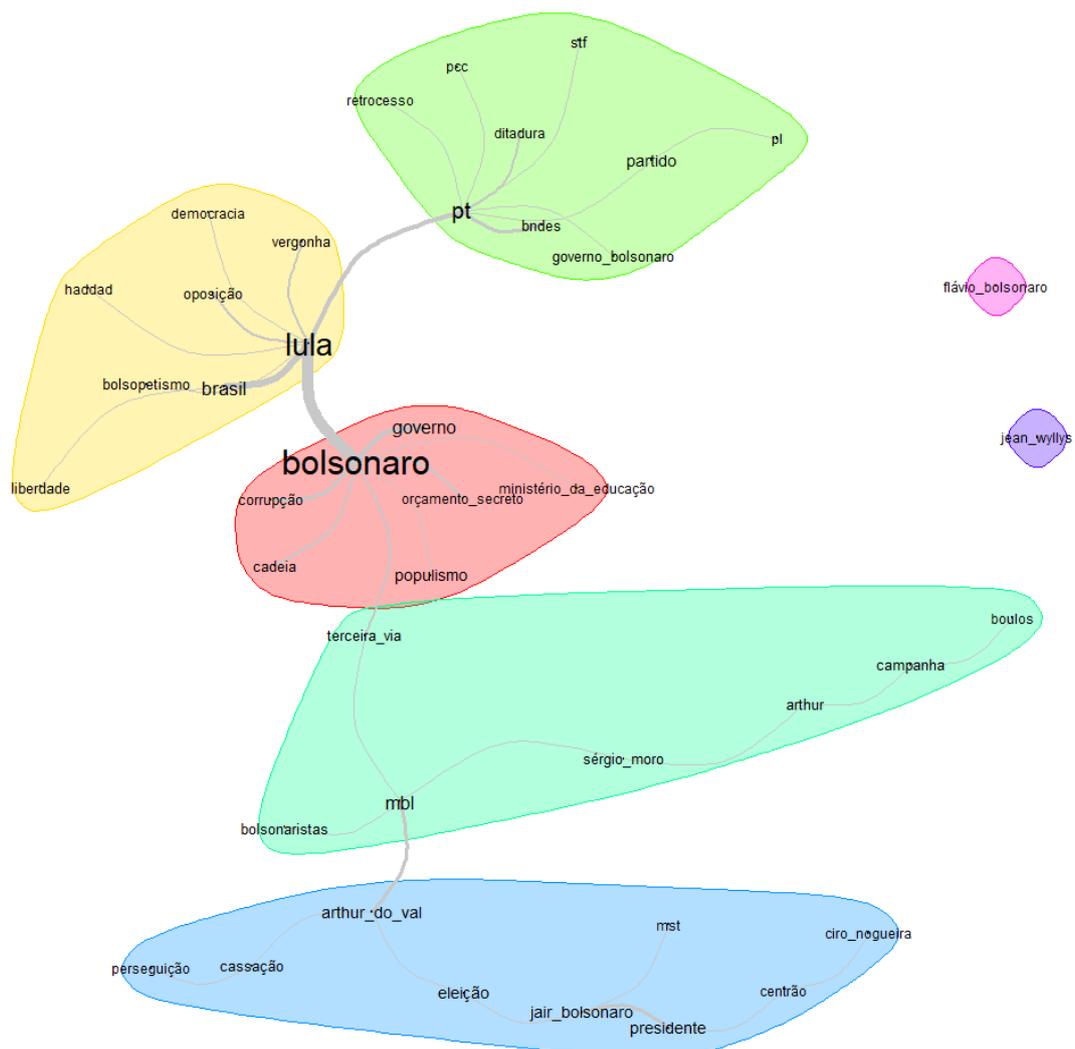
Por ser uma escolha metodológica, as publicações analisadas vão do dia 1º de janeiro de 2022 até 16 de agosto, já que a partir dessa data dá-se início à campanha eleitoral. As publicações do período de campanha serão analisadas no tópico subsequente. O contexto eleitoral que antecede a disputa, entretanto, pode influenciar as publicações e posicionamentos dos deputados federais. É isso que pretendemos verificar: se há ou não mudanças e se há ou não reorganização dos deputados dentro do espectro político da direita.

A nuvem de palavras de Kim Kataguiri, ao contrário do ano anterior, volta a trazer como termos de maior frequência “Lula” e “Bolsonaro”. Além disso, nomes como “PCC”, “MST” e “MBL” surgem na nuvem de palavras pela primeira vez durante os quatro anos do mandato. A retomada na centralidade dos nomes de ambos os candidatos da disputa eleitoral que será disputada a seguir nos permite inferir que existe uma estratégia definida pelo deputado em suas comunicações nas redes sociais de desgastar ambos os lados da disputa.

Além disso, a presença de nomes ligados diretamente a cada um dos candidatos reforça a ideia de desconstrução do campo opositor e a intenção do deputado de colocar a si mesmo e o seu grupo político enquanto uma terceira via possível de escolha eleitoral. O nome de Sérgio Moro presente na nuvem de palavras parece indicar o caminho escolhido para disputar a futura eleição e a demarcação de posição do deputado.

A análise de similitude no quarto ano ajuda a compreender melhor os termos que aparecem nas nuvens de palavras. Devido à complexidade das várias ligações encontradas na análise, esta foi incorporada no texto. Se a sua omissão não prejudicaria a análise, consideramos que a sua adição é enriquecedora, tornando as ligações e as intensidades entre os termos claramente visíveis no texto.

Figura 11 - Análise de similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook de Kim Kataguirí, de 1 de janeiro a 16 de agosto de 2022.



Fonte: Página oficial de Kim Kataguiri no Facebook.

Os dois termos centrais e com mais ocorrências nas publicações percebidos na nuvem de palavras, são também os termos que ocupam os dois clusters com maiores e mais fortes ligações. Conforme a figura 11 nos mostra, há uma forte conexão entre o nome de Lula e o de Bolsonaro, ratificando a estratégia do candidato de transformá-los em um mesmo fenômeno político. Ambos corruptos e populistas. Nesta figura, inclusive, o PT e o PL, partido ao qual Bolsonaro se filiou para disputar as eleições, fazem parte do mesmo cluster e estão conectados.

Isso ocorre, supomos, como uma continuidade da construção de uma identidade compartilhada pelos dois candidatos na disputa à presidência, e pela proximidade que o PL teve em alguns governos do PT. Afinal, José Alencar, vice-presidente de Lula, era filiado ao partido de Waldemar da Costa Neto, o PL. O mesmo PL que compôs a base governista de Jair Bolsonaro e o que, ao lado do Partido Progressista, também base do governo, mais lançou candidatos que respondem a processos criminais, administrativos ou eleitorais durante a eleição de 2022²³. Esta associação é mobilizada por Kim Kataguiri para reforçar seu argumento e a associação entre os dois candidatos.

O nome de Bolsonaro também aparece em outro cluster, agora associado a termos como "centrão" e "Ciro Nogueira". Essa associação retoma um discurso presente desde 2020 nas análises de similitudes das publicações do deputado: a traição de Bolsonaro ao se aliar a partidos do centrão, considerados por lideranças como Kim Kataguiri como parte do establishment político ao qual eles tanto criticavam.

Outro cluster chama atenção na figura anterior e parece indicar a opção eleitoral do deputado para a eleição seguinte: o cluster que articula os termos "terceira via", "MBL" e "Sérgio Moro". O MBL e seus representantes chegaram a se movimentar em direção à filiação ao partido escolhido por Sérgio Moro para disputar as eleições de 2022, o Podemos. No entanto, ainda em 2022, no mês de março, os líderes do movimento recuaram após uma crise

²³ Neiva, Lucas. Com PL e PP à frente, um em cada cinco deputados responde na justiça. Veja a lista. Congresso em Foco, 2022. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/com-pl-e-pp-a-frente-um-em-cada-cinco-deputados-responde-na-justica-veja-a-lista/>>.

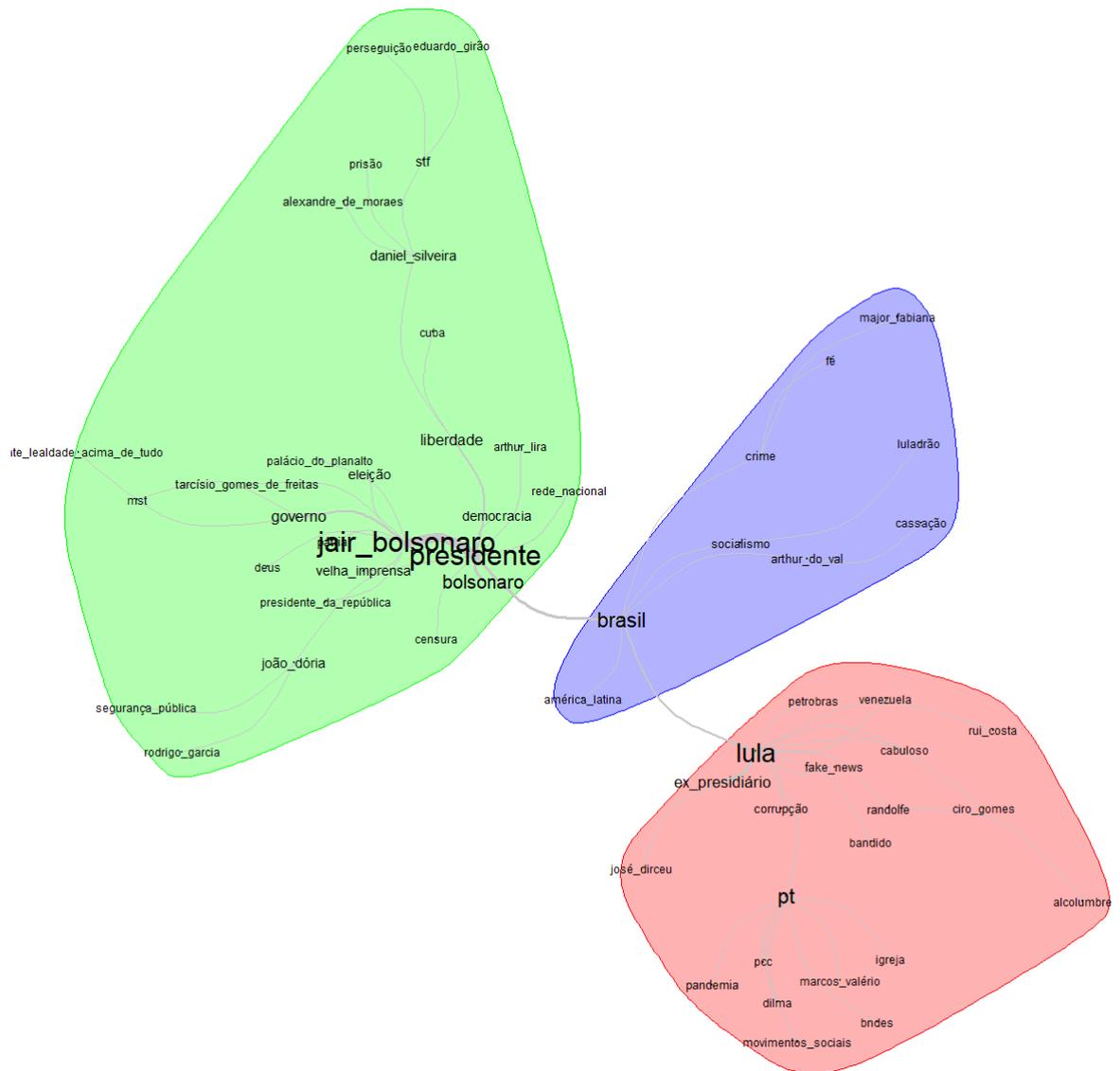
com o partido e com o presidenciável, devido à crítica feita por estes a áudios vazados do então candidato ao governo do Estado de São Paulo, Arthur do Val²⁴.

Apesar disso, a crise em março deste ano não pareceu abalar o apoio dedicado a Sérgio Moro na disputa eleitoral. A escolha pelo União Brasil, partido que surge da fusão do DEM e do PSL, se dá mais uma vez pela liberdade oferecida pela direção do partido aos candidatos. O mesmo critério adotado pelo grupo e por Kim Kataguiri quando estes tiveram que escolher o partido pelo qual sairia candidato a deputado federal. Da mesma maneira que na primeira vez, o deputado recusou utilizar o fundo partidário do União Brasil.

Assim como na nuvem de palavras de Kim Kataguiri, a de Carla Zambelli traz como termos com maior índice de ocorrência “Jair Bolsonaro” e “Lula”, seguido dos termos “governo”, “Bolsonaro” e “PT”. A novidade na nuvem de palavras da parlamentar reside no termo “ex-presidiário”, forma pela qual Carla Zambelli se referiu ao ex-presidente Lula diversas vezes. A intenção resta clara: desmoralizar e desacreditar o candidato a presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva. Outros nomes também aparecem na nuvem como, por exemplo, “José Dirceu”, “velha imprensa”, “pátria”, “Daniel Silveira” e “PL”. O sentido para estes e os demais termos podem ser mais bem compreendidos com a análise de similitude. A análise de similitude do corpus textual com as publicações da deputada Carla Zambelli até agosto de 2022 vale ser inserida no corpo do texto, principalmente pela clareza que a sua leitura traz para nosso entendimento.

Figura 12 - Análise de Similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook de Carla Zambelli, de 1º de janeiro a 16 de agosto de 2022.

²⁴ Falcão, Tainá. Após crise, integrantes do MBL deixam Podemos pelo União Brasil. CNN Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-crise-integrantes-do-mbl-deixam-podemos-pelo-uniao-brasil/>>.



Fonte: Página oficial no Facebook de Carla Zambelli.

O resultado da análise apresenta uma figura com apenas 3 clusters, sendo o cluster central aquele que contém o nome de Jair Bolsonaro. O primeiro achado é a ausência do partido da deputada e do candidato à presidência Jair Bolsonaro, o PL. Os termos ligados ao nome do então presidente incluem nomes de seus apoiadores, como "Tarcísio de Freitas", ex-ministro de Bolsonaro e seu candidato para disputar o governo do estado de São Paulo, e Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados e fiel apoiador do presidente, responsável por segurar diversos pedidos de impeachment na Câmara.

“Rede nacional”, “censura” e “liberdade” também aparecem no cluster e demonstra o fortalecimento de um discurso antiestablishment voltado à elite midiática. No cluster

localizado na parte inferior da figura, onde o nome "Lula" é o elemento irradiador de conexões, ressalta-se a recorrente escolha de construir uma ideia pública de Lula como corrupto, bandido e ligado a facções criminosas e movimentos sociais que, no imaginário de algumas vertentes da direita política, são considerados criminosos, como é o caso do MST. Essa tentativa de desconstrução da imagem de Lula também visa desconstruir a imagem do Partido dos Trabalhadores, uma vez que Lula e PT estão diretamente ligados e associados aos mesmos termos. Não há, portanto, inovações nos temas mobilizados pela parlamentar no período pré-eleitoral, apenas uma intensificação no uso de retóricas antipetistas e antiesquerdistas.

3.6 – Análise da campanha eleitoral de 2022

A campanha que tem início em 16 de agosto acontece em um contexto de intensificação dos ataques à democracia perpetrados por apoiadores do candidato à reeleição Jair Bolsonaro. O governo Bolsonaro foi marcado desde o começo, em 2019, por uma sucessiva onda de ataques às instituições e aos poderes da república, provocando muitas vezes desarmonia entre os poderes e uma tensão permanente entre os atores políticos.

O risco de ruptura democrática esteve presente ao longo de todo o governo e testou os limites da democracia brasileira. Muitas vezes o Supremo Tribunal Federal apareceu como a última barreira às aspirações golpistas de Bolsonaro e seus apoiadores. Como, por exemplo, nos casos em que o Supremo atuou para que o Governo Federal cumprisse seu papel durante a pandemia²⁵. Ou, nas ocasiões em que, segundo Alcântara, a corte agiu para barrar decisões do governo²⁶. O 7 de setembro, dia em que se comemora a Independência do Brasil, desde 2019 assumiu um caráter disruptivo, com grandes mobilizações de massa reivindicando, na maioria das vezes, uma intervenção militar com a extinção do parlamento e o fechamento do Supremo.

A candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, lançada pelo Partido dos Trabalhadores, intensificou ainda mais o clima de tensão e crescente polarização política. No entanto, a direita não se uniu em torno de uma única candidatura. Diferentes matrizes

²⁵ Oliveira, Caroline. Seis vezes em que o STF obrigou o governo federal a agir durante a pandemia do covid-19. Brasil de fato, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/12/08/seis-vezes-em-que-o-stf-obrigou-o-governo-federal-a-agir-durante-a-pandemia-de-covid-19>>.

²⁶ Alcântara, Manoela. Veja as ocasiões em que o STF barrou decisões do governo Bolsonaro. Metrôpoles, 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/veja-as-ocasioes-em-que-o-stf-barrou-decisoes-do-governo-bolsonaro>>.

apresentaram e apoiaram diferentes candidatos, enquanto setores mais radicalizados ameaçaram não respeitar o resultado das urnas caso o seu candidato não fosse eleito.

Depois de tentar se filiar ao Podemos para apoiar o ex-juiz Sergio Moro, Kim Kataguiri, candidato do MBL, anunciou sua candidatura ao União Brasil. Criada a partir da fusão do antigo partido de Kim Kataguiri, o Democratas, e do partido responsável por levar Jair Bolsonaro à presidência em 2018, o PSL. O União Brasil ganhou aprovação da Justiça Eleitoral brasileira em fevereiro de 2022. O surgimento do União Brasil como o maior bloco parlamentar no Congresso foi possível graças ao controle da maior parte dos recursos disponíveis no Fundo Partidário.

Carla Zambelli, assim como Kim Kataguiri, também trocou de partido. Em 2018, concorreu como candidata pelo PSL, partido escolhido por Bolsonaro para lançar sua base de apoio. O PSL era um partido menor que foi capturado pela lógica bolsonarista e serviu como mera ferramenta para unificar essas candidaturas. No entanto, a relação entre os bolsonaristas e o presidente do partido, Luciano Bivar, não se manteve pacífica por muito tempo. Uma ruptura surgiu no primeiro ano do mandato, com a dissidência de Bivar em relação ao apoio ao filho do presidente para a liderança do partido.

Esse tensionamento entre as vontades do clã bolsonarista e os demais integrantes do partido resultaram na saída de Bolsonaro e outros parlamentares do partido ainda durante o mandato. Carla Zambelli, no entanto, permaneceu no PSL até o momento em que Bolsonaro se filiou a um novo partido, o PL. Fundado em 1985, o Partido Liberal nasceu com a defesa de que o novo regime democrático que se iniciava não podia contar com os mesmos partidos que compunham o regime autoritário. Historicamente, o PL posiciona-se à direita do espectro político e adota um discurso conservador.

Em março de 2023, Valdemar da Costa Neto convidou o ex-presidente Jair Bolsonaro, alvo de diversas acusações e escândalos, a ser presidente de honra do partido, onde o ex-presidente, agora sem foro e sem mandato, disporia de benesses e remuneração equivalente à de ministros do STF²⁷. Nesse sentido, a menção aos partidos não vai mais fazer referência ao DEM ou ao PSL, ambos extintos. E passam a figurar entre as citações o nome do PL e do

²⁷ Gomes, Pedro H. PL diz que Bolsonaro será presidente de honra do partido e vai receber salário de R\$ 41 mil. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/27/pl-diz-que-bolsonaro-sera-presidente-de-honra-do-partido-ao-qual-se-filiou-ha-16-meses.ghtml>>.

União Brasil. A tabela a seguir distribui as publicações em termos de citação a partidos e políticos eleitos.

Tabela 5 - Citações a partidos, candidatos e políticos no Facebook durante o período de campanha de Kim Kataguiri, 2022. (Percentuais em relação ao total de 77 publicações durante a campanha)

Mês/Categoria	Citações ao próprio partido (União Brasil)	Citação a Lula, ao PT ou a candidatos e partidos de esquerda e centro-esquerda	Citação a partidos ou a deputados de direita/extrema-direita
Agosto	0	19,61	0
Setembro	1,96	25,49	3,92
Outubro	0	31,37	11,76

Fonte: Página oficial do Facebook de Kim Kataguiri.

Assim como a campanha de 2018 e o primeiro ano do mandato, as publicações que fazem alguma menção ao próprio partido não passam de 2%. Isto demonstra, mais uma vez, qual a compreensão da utilidade que os partidos políticos têm para este grupo político. A identificação da liderança do MBL não é com o partido político, mas sim com o movimento e suas pautas. Mais uma vez, os dados demonstram que o União Brasil é utilizado como um meio para se chegar ao Congresso, ao menos publicamente.

A maior parte das publicações, tal qual a campanha de 2018, ainda estão concentradas em citações a Lula, ao PT ou a outros candidatos e partidos de esquerda. Essas citações possuem um caráter negativo e evidenciam que o discurso antipetista ainda é um elemento estruturante para a construção do discurso do deputado e do movimento. No entanto, crescem as publicações que possuem alguma crítica a partidos de direita e centro-direita, apontando, mais uma vez, para uma tentativa de Kim Kataguiri em desatrelar sua imagem da de outros candidatos que, apesar de comporem o mesmo campo, possuem divergências com ele.

Mais uma vez com o objetivo de tornar mais claro quais são os partidos e políticos são citados com maior frequência, faremos o uso da nuvem de palavras com recurso.

Figura 13 - Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante o período de campanha de Kim Kataguiri, 2022.



Fonte: Página oficial no Facebook de Kim Katagui.

A nuvem de palavras acima traz algumas novidades em relação às duas nuvens anteriores de Kim. A figura 11, por exemplo, tinha como principais nomes citados “pt”, “lula”, “haddad” e “corrupção” evidenciando uma centralidade discursiva em torno do discurso antipetista. A figura 5, por sua vez, já trazia algum destaque a Bolsonaro, mas os termos de maior centralidade e destaque da nuvem ainda era “lula” e “pt”. A nuvem de palavras do primeiro ano de mandato de Kim Katagui, em 2019, já nos trazia elementos suficientes para pensar que estava havendo uma mudança no discurso do deputado.

Se por um lado Kim Katagui insistia na manutenção e fortalecimento do discurso antipetista, por outro, também passou a criticar o representante de seu mesmo campo. Esse achado reforça a ideia da heterogeneidade de partidos e organizações de direita, mas também indica que havia um esforço de Kim Katagui em construir uma agenda alternativa, uma possível terceira via, estimulando um projeto político e uma atuação de oposição dentro do campo direitista ao governo.

A nuvem de palavras da campanha à reeleição do deputado federal Kim Katagui ajuda a ratificar nosso argumento. Nesta nuvem em questão (ver figura 13) os dois termos com maior número de repetições são “lula” e “bolsonaro”, sinalizando que houve uma alteração na centralidade das pautas mobilizadas no período eleitoral. Apesar de ainda conceder protagonismo às críticas ao ex-presidente Lula, Kim Katagui passou a adotar a estratégia de se desvencilhar do movimento bolsonarista.

Apesar de manter um índice de votação no Congresso bastante favorável ao governo, sendo parecido com o de Carla Zambelli, Kim Katagui se considerava oposição e usou disto para tentar dar protagonismo a outros setores da direita brasileira. Um exemplo foi a maior

incidência do termo “novo” na nuvem de palavras. Este termo refere-se ao Partido Novo e demonstra um maior apoio ao partido do que ao próprio União Brasil. Apesar disso, suas principais lideranças não saem candidatas pela legenda, mas sim por bancadas maiores e com mais recursos, apesar de argumentarem não utilizar recursos públicos. Faremos o mesmo exercício para o período da campanha de Carla Zambelli. A seguir a nuvem de palavras da candidata à reeleição.

Figura 14 - Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante a campanha de Carla Zambelli, 2022.



Fonte: Página oficial no Facebook de Carla Zambelli.

Da mesma forma que na nuvem de palavras correspondente à campanha para reeleição de Kim Kataguiri, há elementos na nuvem de palavras de Carla Zambelli que apontam para uma mudança significativa na estratégia discursiva eleitoral. A figura 3 tinha como termo central “bolsonaro”, enquanto “lula” e “pt” não possuíam tamanho destaque. O mesmo acontece na figura 7. Nosso argumento para isso consistia na tentativa de Carla Zambelli de dar maior visibilidade a Jair Bolsonaro tanto na campanha como durante o mandato.

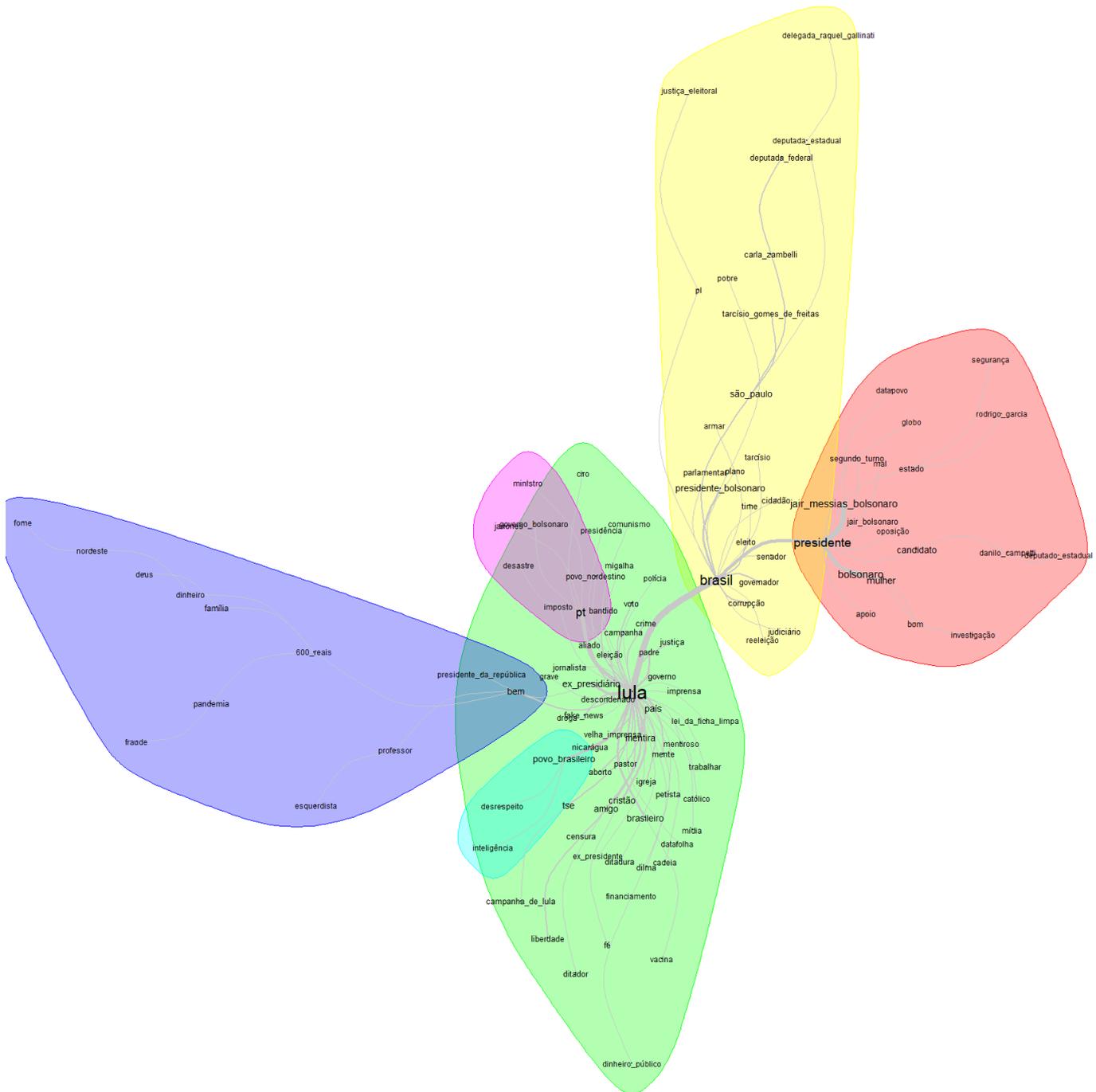
A nuvem de palavras acima (ver figura 14) nos permite inferir que houve um deslocamento na centralidade de temas mobilizados durante a campanha. Durante a campanha, o termo "lula" passou a ser o de maior destaque, enquanto "Bolsonaro" aparece em um tamanho significativamente menor em comparação ao que aparecia anteriormente. Podemos atribuir essa mudança à uma possível ideia de que Bolsonaro, agora, já era nacionalmente conhecido e dispunha da máquina pública a seu favor para fortalecer a campanha. A ausência de menções repetidas ao novo partido, o PL, parece estar em

conformidade com uma visão personalista da política, não importando, por isso, por qual partido estão sendo lançados. Já a permanência do Partido dos Trabalhadores com um alto número de ocorrências sinaliza para a mobilização das percepções negativas do partido no eleitorado brasileiro.

Ainda assim, o candidato seguiu atrás de Lula nos resultados dos Institutos Eleitorais desde os primeiros levantamentos. Um dia antes da eleição para o primeiro turno o Datafolha divulgou seus números e indicava Lula com chances reais de levar a disputa ainda no primeiro turno, apontando o candidato com 48% dos votos válidos, enquanto Bolsonaro tinha 34%²⁸. Acreditamos que a desvantagem na disputa eleitoral, apesar das benesses concedidas por Bolsonaro durante o período eleitoral, contribuiu para mudar a estratégia discursiva na campanha de Carla Zambelli. Assim como fizemos para os dois períodos analisados anteriormente, utilizaremos a análise de similitude para investigar os sentidos dados a estes termos.

Figura 15 - Análise de similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrado da página do Facebook durante a campanha de Carla Zambelli, 2022.

²⁸ G1. Datafolha, votos válidos: Lula 50%; Bolsonaro 36%. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/10/01/datafolha-votos-validos-lula-50percent-bolsonaro-36percent.ghtml>>. Acesso em: 27/09/2023.



Fonte: Página oficial no Facebook de Carla Zambelli.

O maior cluster é o de “lula” e ocupa o lugar central da análise. As ramificações do termo estão diretamente ligadas a outros termos com sentido negativo como, por exemplo, “ex-presidiário”, “bandido”, “desconhecido”, “aberto”, “crime”, “fake News”, entre outros. O cluster de lula também se liga a um outro cluster que, inclusive, está praticamente inserido no cluster central.

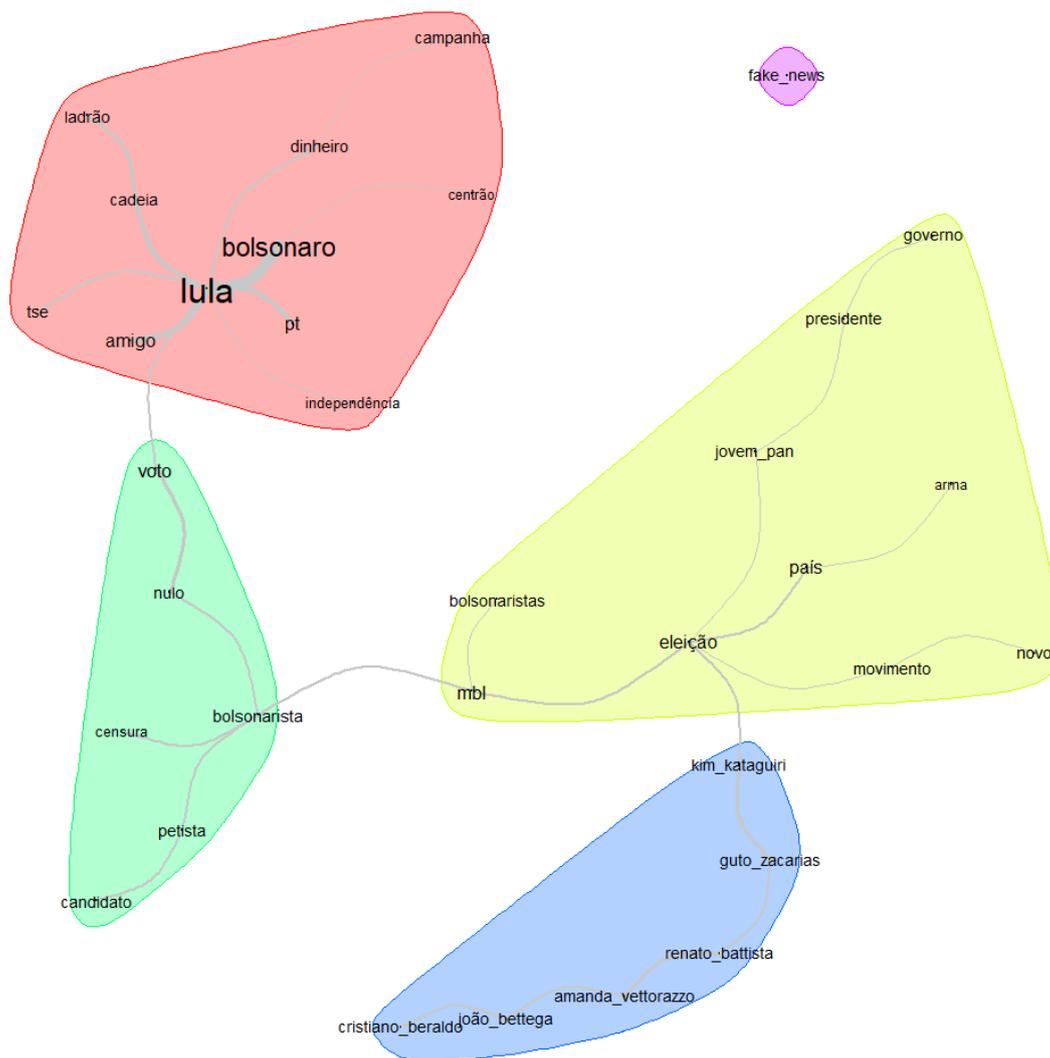
O cluster de Bolsonaro, por sua vez, está ligado a termos como “segurança”, “mulher”, “apoio”, “bom” e nomes de aliados próximos ao presidente. Uma ligação em especial chama muito a atenção e reforça uma estratégia online de campanha que dialoga com os dados das campanhas eleitorais. O nome de Bolsonaro aparece muito próximo ao termo “mulher”, isto porque as pesquisas indicavam que uma das maiores distâncias entre Lula e Bolsonaro estavam justamente dentre esse público. Dois dias antes do segundo turno o Datafolha apurou que a vantagem entre Lula e o presidente se mantinha em torno de 10% entre as eleitoras²⁹.

Podemos inferir outra análise a partir dos resultados da análise de similitude. Enquanto o nome de Lula está diretamente associado aos termos "velha imprensa", "Datafolha", "mentira" e "fake news", o nome de Bolsonaro está ligado ao termo "Datapovo", o que evidencia uma tentativa dos bolsonaristas e de Carla Zambelli, neste caso, de deslegitimar os institutos de pesquisa. Isso também fortalece os discursos de que a eleição estava sendo fraudada e de que a Globo e os institutos de pesquisa faziam parte de um grande complô contra o candidato que representava o povo de bem. Nessa segunda campanha, liderada pela deputada Carla Zambelli, os partidos assumem um papel secundário no debate.

Enquanto o PT costuma aparecer quando são feitas menções a Lula, mobilizando essa percepção negativa do partido, o PL, novo partido da deputada e do candidato à reeleição, Bolsonaro, aparece em menor centralidade do que o PSL apareceu na primeira campanha. Procuramos explicar este fenômeno por duas leituras: 1) a percepção por parte da deputada e seu campo eleitoral de que a figura do presidente Bolsonaro por si só era suficiente para atrair eleitores; e 2) pela compreensão de que o PL, na figura de seu líder Valdemar da Costa Neto, já havia sido envolvido em escândalos de corrupção e poderia causar algum desgaste com os possíveis eleitores. Para efeitos de comparação, reproduziremos o mesmo processo com Kim Kataguiri.

Figura 16 - Análise de similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook durante o período de campanha de Kim Kataguiri, 2022.

²⁹ Barbon, Júlia. Datafolha: Lula mantém vantagem entre mulheres e empate com Bolsonaro entre homens. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-lula-mantem-vantagem-entre-mulheres-e-empate-com-bolsonaro-entre-homens.shtml>>. Acesso em: 28/09/2023.



Fonte: Página oficial no Facebook de Kim Kataguri.

A análise de similitude de Kim Kataguri nos oferece algumas linhas de análise. Em primeiro lugar, a grande mudança é a presença de Bolsonaro e Lula dentro do mesmo cluster, conectados por uma linha espessa, indicando não apenas a proximidade entre os termos, mas também a frequência com que foram mencionados juntos. Outros termos ligados a Lula incluem "cadeia", "TSE", "PT" e "ladrão", o que valida a estratégia antipetista durante o período eleitoral.

O cluster próximo a esse, mas que não possui nenhum termo central de destaque, talvez represente um discurso negativo em relação à própria disputa entre petistas e bolsonaristas, indicando a construção de uma ideia de voto nulo nas eleições devido à disputa entre esses grupos. Os outros dois clusters, conectados a esses anteriores pelo termo "eleição", abordam mais especificamente as propostas que o candidato defendia como opção eleitoral.

Nos clusters amarelo e azul, ambos também sem termos centrais, os termos parecem indicar um sentido positivo. Dois dos termos ligados à “eleição” são “novo” e “movimento”, essa ligação expressa a aproximação do MBL e de Kim Kataguiri com a tentativa de fortalecimento de uma terceira via, proposta, e ligada ao Partido Novo. Ou seja, um fortalecimento do discurso neoliberal e antiestatal propagado pelo partido e pelo deputado. Os termos presentes no cluster azul são todos nomes de candidatos do Movimento Brasil Livre e aliados de Kim Kataguiri, demonstrando que a proposta do deputado é uma cada vez maior inserção das lideranças do movimento na arena institucional.

3.7 – Análise de conteúdo das publicações

Este tópico da dissertação emprega uma análise de conteúdo, tanto quantitativa como qualitativa, a partir das publicações coletadas. As reportagens aqui citadas aparecem como subsídio para algumas inferências. Nesse sentido, propomos uma análise de conteúdo das publicações baseadas nas seguintes categorias: a) aproximação com atores do sistema partidário; b) surgimento de novos partidos; c) antagonismo nas relações com atores do sistema partidário; d) relação com o bolsonarismo; e) atitudes antissistema ou antipolítica. A seguir apresentamos uma tabela que informa os resultados por categorização e por período para cada parlamentar estudado.

Tabela 6 - Resultados em percentuais de publicações por categorias retiradas da página oficial do Facebook de Kim Kataguiri, de 2018 a 2022.

	2018	2019	2020	2021	2022
Aproximações entre atores do sistema partidário	15,85	16,18	9,15	4,36	14,07
Surgimento de novos partidos	0,22	0,18	0,0	0,0	0,0
Antagonismo nas relações com atores do sistema partidário	69,64	63,27	35,52	26,56	41,06
Relação com o Bolsonarismo	8,26	14,18	57,16	83,20	42,21

Atitudes antissistema ou antipolítica	10,27	14,91	5,95	8,51	2,66
Total de Publicações por período (100%)	448	550	656	482	263

Fonte: Página oficial no Facebook de Kim Kataguri.

Tabela 7 - Resultados em percentuais de publicações por categorias retiradas da página oficial do Facebook de Carla Zambelli, de 2018 a 2022.

	2018	2019	2020	2021	2022
Aproximações entre atores do sistema partidário	15,43	24,26	20,95	23,31	9,04
Surgimento de novos partidos	0,0	2,75	7,96	2,34	0,0
Antagonismo nas relações com atores do sistema partidário	46,01	34,67	35,15	37,76	42,73
Relação com o Bolsonarismo	31,40	38,90	34,88	29,04	69,50
Atitudes antissistema ou antipolítica	7,16	4,58	4,77	7,55	5,50
Total de Publicações por período (100%)	363	874	754	768	1128

Fonte: Página oficial no Facebook de Carla Zambelli.

Após a leitura das publicações, fomos capazes de perceber um padrão que se repetia ao longo dos quatro anos de mandato dos deputados. Este tipo de interação e discurso estava presente tanto nas publicações de Carla Zambelli como nas publicações de Kim Kataguri. A categoria "aproximação com atores do sistema partidário" busca olhar para as características

dos discursos desses atores que visam uma interação estratégica com outros partidos e políticos, procurando maximizar suas chances de êxito na disputa eleitoral e na aprovação de pautas consideradas importantes.

Em um sistema democrático e representativo, onde o parlamento acomoda políticos das mais distintas orientações e espectros, é de se esperar que estes atores necessitem estabelecer conexões e coalizões em torno da defesa de suas pautas. Isto é do jogo político, no entanto, tanto Carla Zambelli, quanto Kim Kataguiri, galgam crescimento em cima da construção da ideia de coalizão como algo errado, sujo e intrínseco da política e, por isso, negativo. O chamado “toma lá dá cá”. Esse padrão de ataque e desconstrução da ideia de uma elite política corrupta não foi alterado após a entrada desses atores no sistema partidário. Ao contrário.

Estes atores adotaram enquanto estratégia a inserção em legendas políticas existentes, o que alguns atores chamam de interação estratégica na disputa eleitoral (Gregório e Contrera, 2020). Já no primeiro mandato Carla Zambelli rompeu com o partido político pelo qual se lançou, demonstrando uma adesão completa ao campo político bolsonarista e a visão da legenda partidária apenas como um veículo para o lançamento de candidaturas personalistas.

Kim Kataguiri, por sua vez, ingressou no DEM com a intenção de não apoiar o próprio representante do partido na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados. Nesse primeiro ano de mandato, Kim também rompeu com a base de apoio governista e com o PSL, considerando Bolsonaro como um traidor das pautas lideradas pelo MBL e pela direita. Além disso, em 2019 ocorreu a saída de Sérgio Moro do governo e a divisão dentro da direita antipolítica entre aqueles que apoiaram as agendas anticorrupção e pró-Sérgio Moro e aqueles que aderiram totalmente ao projeto político bolsonarista.

As publicações que correspondem à categoria de aproximação com atores do sistema partidário aparecem durante a campanha de 2018 da seguinte maneira dentre as publicações dos candidatos: 15,85% publicações continham algum tipo de discurso de apoio ou aliança com outros candidatos e partidos; já dentre as publicações de Carla Zambelli 15,43% se enquadram nessa categoria. Percebemos, porém, que existe mais uma diferença nos apoios e alianças construídas pelos então candidatos. Os posts de apoio de Kim Kataguiri apenas mencionam o nome do candidato, independentemente da sua filiação partidária. O partido político nunca é mencionado nos discursos do candidato. Esta informação pode não parecer

significativa, mas força mais uma vez a visão utilitarista dos partidos políticos e o caráter personalista da política.

Dentre o percentual de publicações enquadradas nessa categoria, 10 delas não apenas demonstravam apoio ou aliança com outros candidatos, mas também adotavam um discurso antipetista ou antiesquerdista. Isso sugere que a retórica desses grupos não sofreu transformações para se ajustar ao sistema representativo. Embora não tenha declarado abertamente apoio a Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, as postagens analisadas que continham apelos antipetistas estavam associadas à campanha de Jair Bolsonaro. Isso resultou em uma visão maniqueísta entre as duas candidaturas, onde uma era apresentada com valores e palavras positivas, enquanto a outra era alvo de uma retórica de desconstrução e criminalização.

Inclusive, Kim Kataguiri chegou a declarar que o seu voto em Bolsonaro no segundo turno era um voto útil, apenas dado em função da disputa ser contra Fernando Haddad, candidato do PT³⁰. Para ele, existiam candidatos mais bem preparados, mas era Bolsonaro quem estava com chances de vitória naquele momento. Um exemplo dessas publicações que apesar de não declararem apoio direto a Bolsonaro, o colocavam em uma posição de vantagem frente ao candidato do PT na visão de Kim Kataguiri é:

Figura 17 - Publicação no Facebook de Kim Kataguiri sobre a Campanha de Bolsonaro, 25 de setembro de 2018.

³⁰ Bolson, Bibiana. Eleito deputado federal, Kim Kataguiri declara “voto útil” em Bolsonaro. Disponível em: <



Fonte: Página oficial do candidato no Facebook.

Identificamos assim uma publicação em que duas categorias dialogam, o que é uma estratégia discursiva muito comum nos posts do candidato. Esse padrão se mantém também após a sua eleição. As publicações que demonstram o antagonismo nas relações com atores do sistema partidário durante a campanha de 2018 representavam 69,64% das publicações. Já no primeiro ano de mandato, após eleito, este percentual cai para 63,27% das publicações, o que demonstra a permanência do discurso imediatamente após eleito. Entretanto, identificamos certo arrefecimento na quantidade de publicações voltadas para a crítica aos partidos de esquerda e opositores à medida que o deputado avança em seu mandato, os dados do segundo ao terceiro ano caem vertiginosamente e não ultrapassam os 50%, conforme tabela 6.

Talvez isso se deva ao fato de o próprio PT ter passado para a oposição política e Lula ainda estar preso em 2019. Na época, circulava a ideia de que o partido havia perdido força, uma vez que seu principal líder estava detido e sem previsão de retorno à vida pública. No entanto, os dados apontam para outra possível explicação. Enquanto as críticas a partidos e políticos de esquerda diminuía, as publicações relacionadas ao bolsonarismo aumentavam significativamente. Durante a campanha de 2018 e o primeiro ano do mandato, a relação com o bolsonarismo era positiva. No entanto, após Kim Kataguiri e o MBL romperem com o governo, essa relação passou a ser também de antagonismo, exceto com o setor econômico do governo.

Durante os anos de 2020 e 2021 as publicações de oposição ao governo predominam na página do deputado e são 57,16% e 83,20%, respectivamente. Kim Kataguri mantém uma relação de apoio em suas publicações a Paulo Guedes até dezembro de 2019, o que nos permite dizer que havia algo para além do antipetismo que unificava estes grupos: uma visão neoliberal do governo e da economia. A publicação a seguir é um exemplo desse enquadramento.

Figura 18 - Publicação no Facebook de Kim Kataguri sobre o Governo Bolsonaro, 29 de novembro de 2019.

Kim Kataguri ✓
29 de novembro de 2019 · 🌐

Política estatizante e anti-liberal. Paulo Guedes sendo tratorado pelo nacionalismo ingênuo do presidente.

**GOVERNO BOLSONARO
AUMENTA IMPOSTO SOBRE
REMESSAS AO EXTERIOR**

Alíquota que hoje é 6% vai chegar a **15,5% em 2024**. Medida diminui mais ainda margem de lucro de empresas de turismo que já estão sendo muito afetadas pela alta do dólar.

**#MANDATOde
#RESULTADO**

👍👎👉👊 2,2 mil 629 comentários 226 compartilhamentos

Fonte: Página oficial do Facebook do deputado.

A não privatização de uma série de estatais, prometida em campanha por Bolsonaro e por Paulo Guedes, foi um dos fatores que contribuiu para pressão feita sob o governo pelo parlamentar via redes sociais, a acusação, conforme imagem, é a de um suposto nacionalismo de Jair Bolsonaro frente a um projeto neoliberalizante de Paulo Guedes. Além disso, outro fator que consideramos explicativo é a saída do então Ministro Sérgio Moro. O MBL e suas lideranças sempre foram defensores da Lava Jato e das pautas anticorrupção e, ao vivenciarem o rompimento destes atores, optaram por seguir apoiando Moro e a Lava Jato, colocando Jair Bolsonaro como traidor da direita e das pautas neoliberais.

Outro ponto de ruptura entre Kim Kataguiri e Jair Bolsonaro foi a defesa por parte do presidente e de seus aliados de uma pauta golpista e autoritária. Borges e Vidigal (2023) já haviam indicado essa divergência entre a direita antipolítica e a direita autoritária. Nossos achados tendem a confirmar as conclusões dos autores. A publicação abaixo é um exemplo dessa divergência em relação ao bolsonarismo.

Figura 19 - Publicação no Facebook de Kim Kataguiri sobre Declaração de Eduardo Bolsonaro sobre AI-5, 31 de outubro de 2019.



Fonte: Página oficial do Facebook do deputado.

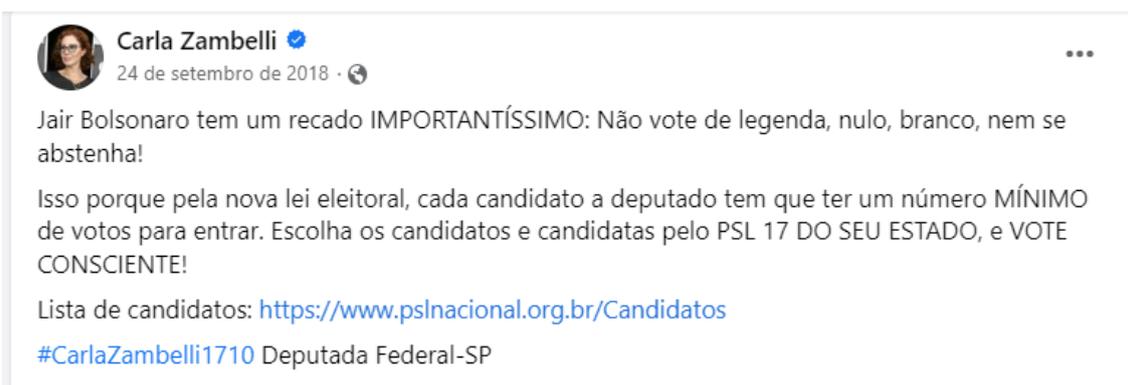
Apesar de publicar a nota em seu perfil, ela é assinada pelo Movimento Brasil Livre, que nos traz uma pista de uma maior incidência e identidade direcionada à organização de movimento social do que uma identidade partidária. Apesar de não haver uma identidade partidária bem definida, não foram registradas nenhuma publicação até o final do ano de 2019 de criação de um novo partido. Aliás, essa pauta não foi apresentada nas postagens, apenas em matérias e entrevistas para jornais.

A atitude antissistema ou antipolítica, tão presente durante a construção da identidade do movimento, não aparece de maneira significativa nas postagens durante o período de campanha e não chegam a 10,27% delas. O cenário se adensa ainda mais após a eleição a deputado federal e as publicações passam a corresponder a 14,91%. Demonstrando uma intensificação do discurso antiestablishment mesmo agora passando a integrar o quadro de representantes eleitos. Apesar desse incremento no primeiro ano do mandato, os dados apontam que esse tipo de publicação passou a ser cada vez menos recorrente na página do

deputado, chegando a 5,95% em 2020, 8,51% em 2021 e apenas 2,66% em 2022. Mesmo em 2022, ano eleitoral, não houve uma maior ocorrência de publicações nessa temática por parte do deputado.

As publicações que atrelavam Carla Zambelli a Jair Bolsonaro ou candidatos declaradamente bolsonaristas, do partido ou não do presidente, chegavam a 31,40% do total, se mantendo na média durante o primeiro até o terceiro ano do mandato: 38,90% em 2019, 34,88% em 2020 e 29,04% em 2021. Em 2022, ano de campanha eleitoral e reeleição de Jair Bolsonaro, os números dessa categoria passam para 69,50%. Durante a campanha, publicações como a que colocamos a seguir demonstra a construção, durante a campanha, de um discurso pautado no apoio a Bolsonaro:

Figura 20 - Publicação no Facebook de Carla Zambelli sobre a Campanha de Bolsonaro, 24 de setembro de 2018.



Fonte: Página oficial do Facebook de Carla Zambelli.

Além dos números indicarem uma diferença entre os três anos do mandato e o ano de 2022, também indicam uma mudança em relação à estratégia de campanha adotada pelo presidente e pela deputada. A associação entre Carla Zambelli e Jair Bolsonaro aparece de maneira cada vez mais próxima, mas, a página da deputada muitas vezes durante o governo aparece como um espaço para divulgação das conquistas do governo Bolsonaro, como se fosse uma extensão da página do presidente ou da Secretaria de Comunicação. Apesar de não terem entrado para os dados contabilizados dessa dissertação, foi fácil notar uma constante repostagem de publicações do presidente ou de seus filhos na página da deputada.

Lemos esses dados também percebendo um desejo por parte do bolsonarismo de conquistar mais do que apenas o Executivo, mas também o legislativo. Além de evidenciar que não bastavam à eleição de deputados de direita, era necessário a eleição de aliados do

então candidato a presidente. A categoria que mede a incidência da presença de uma atitude antissistema ou antipolítica parecem, nesse caso, como um sintoma ou uma pista do que o bolsonarismo compreendia e planejava enquanto projeto político. Muitas das publicações traziam um discurso muito forte contra o establishment jurídico, algumas convocando o plenário do Senado a aprovar, por exemplo, o Impeachment de ministros do STF. Mas não qualquer ministro, apenas daqueles que ousavam entrar em confronto com Jair Bolsonaro ou seus aliados.

Há um acúmulo de posts pedindo o Impeachment de um dos ministros do STF, Gilmar Mendes e Dias Toffoli eram alvos comuns no primeiro ano do mandato. Postagens como essas, de ataque ao STF, atingiram o total de 4,58% durante o ano de 2019 e 7,16% na campanha, evidenciando uma redução desse tipo de discurso após a posse como deputada, ao menos durante o primeiro ano do mandato. O uso do discurso antipetista ou antiesquerdista, apesar de recorrentemente usado, não dispõe da mesma centralidade que encontra nas publicações de Kim Kataguiri. Se a principal estratégia de Kim Kataguiri gira em torno do ataque à esquerda, Carla Zambelli apresenta essa estratégia de maneira combinada.

Durante a campanha, 46,01% das postagens continham algum sinal de antagonismo nas relações com atores do sistema partidário, passando para 34,67% até o final do primeiro ano de mandato. Estes números se mantêm na média até o final do mandato da deputada, oscilando menos de 10% para cima. Acreditamos que essa não centralidade do discurso antipetista se dá em função da necessidade de defender o governo tanto da oposição de esquerda, quanto da oposição à direita. Já que Bolsonaro não teve em torno dele uma ampla coalizão, nem durante o primeiro ano do mandato, nem durante a campanha. Bolsonaro, inclusive, fez oposição ao candidato da direita tradicional, Geraldo Alckmin e ao PSDB.

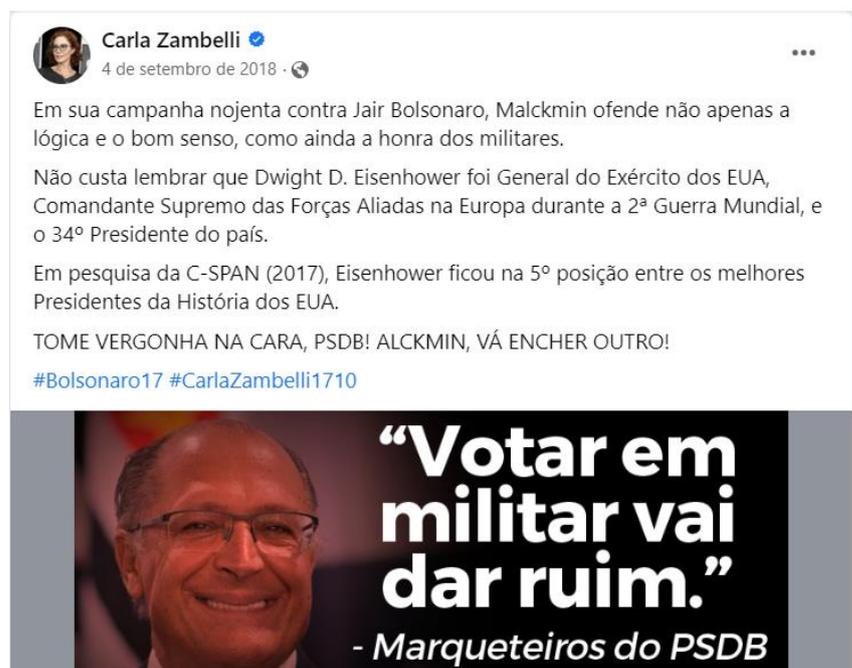
Figura 21 - Publicação no Facebook de Carla Zambelli sobre Campanha de Geraldo Alckmin, 5 de setembro de 2018.



Fonte: Página oficial do Facebook de Carla Zambelli.

O teor das publicações evoca o mesmo discurso anticorrupção presente nas publicações que fazem menção ao PT. A moralização da política é um tema presente quando a intenção é desmoralizar algum candidato da oposição. Outra estratégia também muito utilizada contra políticos de esquerda e políticos de direita é o fortalecimento de um discurso contra as forças armadas e as forças de segurança pública por parte da oposição, como na publicação a seguir.

Figura 22 - Publicação no Facebook de Carla Zambelli sobre Campanha de Geraldo Alckmin, 4 de setembro de 2018.



Fonte: Página oficial do Facebook de Carla Zambelli.

As críticas mais duras eram direcionadas ao PSDB, mais especificamente a políticos como Alckmin e Dória, ex-apoiador do presidente Bolsonaro. As críticas se mantêm estáveis durante a campanha e após a eleição, como uma forte campanha contra os políticos do PSDB, todos que, de alguma maneira, se opuseram ao Governo Bolsonaro. Essa posição de antagonismo entre as relações, como visto, não estava restrita aos partidos de esquerda, na verdade, a relação de antagonismo estava presente com qualquer político que se opusesse ao governo de Jair Bolsonaro. Essa oposição se deu, inclusive, para dentro do partido da própria deputada e seus aliados.

A relação antagônica com ex-apoiadores de Jair Bolsonaro começa em dezembro de 2019 e se mantém até o final do mandato, tendo em Joice Hasselmann e Alexandre Frota os dois principais opositores. A publicação a seguir indica o início dessa crise e o claro posicionamento da deputada de se manter como aliada fiel a Jair Bolsonaro e seu clã.

Figura 23 - Publicação no Facebook de Carla Zambelli sobre disputa pela liderança do PSL, 4 de setembro de 2018.

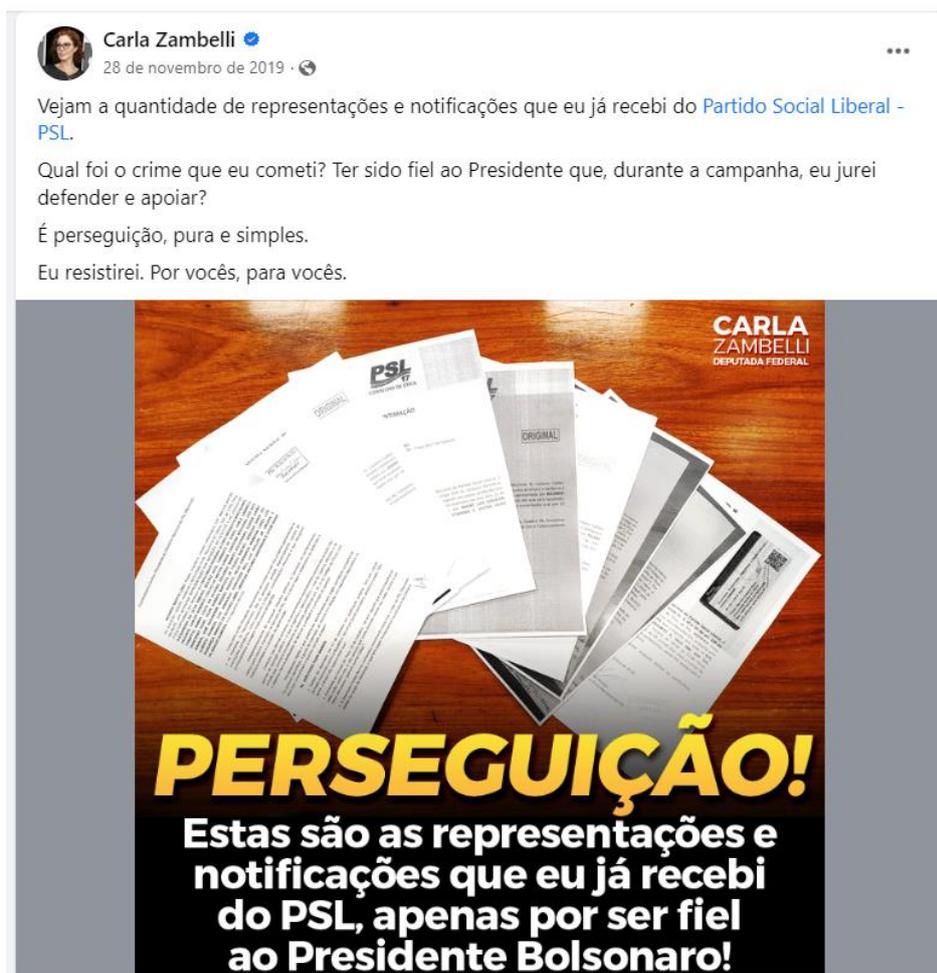


Fonte: Página oficial do Facebook de Carla Zambelli.

Por fim, podemos dizer que apesar das semelhanças e aproximações entre os dois deputados, existem diferenças consideráveis entre eles. Kim Kataguirí concentrou o seu discurso e atuação em torno da defesa da Lava Jato e de Sérgio Moro, rompendo, inclusive, com Bolsonaro por acreditar que este estava traindo às pautas neoliberais mais urgentes como, por exemplo, a série de privatizações prometidas durante a campanha eleitoral. Algumas dessas publicações como a dos Correios não conseguiram avançar e não foram aprovadas pelo Congresso.

Carla Zambelli, no entanto, se manteve fiel ao presidente durante os quatro anos do mandato. A deputada chegou a sofrer sanções e uma quase expulsão por parte do próprio partido, em nome do apoio ao filho do presidente na disputa para a presidência do partido no Congresso. A suposta perseguição do partido para com os aliados de Bolsonaro ganhou as redes em publicações como a que vem a seguir.

Figura 24 - Publicação no Facebook de Carla Zambelli sobre relação com o PSL, 28 de novembro de 2019.



Fonte: Página oficial do Facebook de Carla Zambelli.

A crise com o PSL foi tamanha que ainda no primeiro ano do mandato Bolsonaro e seus aliados mais fiéis fizeram uma campanha para a criação de seu novo partido. Partido este que eles denominavam como o verdadeiro partido político de direita do Brasil ou como uma união da família patriota brasileira. As publicações que divulgavam as etapas para a criação do Aliança pelo Brasil chegaram a 2,75% ainda em 2019, mesmo tendo início em novembro desse mesmo ano. A campanha pela criação desse partido se manteve até o terceiro ano de mandato da deputada, alcançando, no seu ápice, 7,96%.

O Aliança pelo Brasil figurou no discurso da deputada até fevereiro de 2021 e sua iniciativa não foi adiante. Apesar do prazo do TSE ser estendido até abril de 2022, Bolsonaro, ainda em 2021, pôs fim à empreitada e descartou a possibilidade de o partido sair do papel³¹. Bolsonaro se filiou ao novo partido, Partido Liberal (PL), em novembro de 2021 e em março de 2022 Carla Zambelli acompanhou os demais deputados fiéis ao presidente e se filiou à legenda em março de 2022.

Os dados analisados nos permitem afirmar que as duas organizações de movimento sociais, o MBL e o NasRuas, criaram estratégias distintas de inserção no sistema partidário. O MBL se manteve unido e optou não pela criação de um partido, mas pela entrada em legendas já existentes e que os oferecessem flexibilidade para defender suas pautas. A ausência do partido escolhido por Kim Kataguiri em suas publicações, seja em época de campanha ou não, indica mais uma pista dessa não identidade partidária.

O NasRuas, diferentemente, na figura de Carla Zambelli, optou por uma defesa exclusiva do bolsonarismo enquanto projeto político, abandonando, inclusive, a pauta anticorrupção e de defesa à Operação Lava Jato e ao juiz Sérgio Moro. A deputada, deu pouca visibilidade durante o mandato ao movimento da qual despontou como liderança e traçou um caminho conflituoso com a própria legenda ao longo do mandato. Se manteve fiel à Bolsonaro, embarcando no projeto do político de criação de um novo partido verdadeiramente de direita e, quando fracassada a iniciativa, acompanhou a filiação de Bolsonaro e outros aliados ao PL.

Podemos dizer, por fim, que ambos os deputados detêm uma visão extremamente personalista da política e a ausência de identidades partidárias. Kim Kataguiri, no entanto, mantém um discurso forte de crítica ao establishment político e aos partidos de esquerda, Carla Zambelli, por sua vez, divide suas publicações na defesa do mandato do presidente e entra em conflito com qualquer um que venha a criticar o governo, seja ele de esquerda, centro ou direita. A fidelidade da deputada é ao presidente e sua atuação no congresso se assenta na defesa do governo e de suas pautas.

³¹ Bragon, Ranier. Aliança pelo Brasil acaba, e partido de Bolsonaro terá 183 mil apoios descartados, 2022. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/04/alianca-pelo-brasil-acaba-e-partido-de-bolsonaro-tera-183-mil-apoios-descartados.shtml>>.

4. Conclusão

Nesta seção, buscamos resumir de forma concisa as contribuições teóricas para o estudo da relação entre movimentos de direita e partidos políticos. Através da análise das publicações nas páginas do Facebook de dois deputados eleitos, nosso objetivo é compreender a relevância e o conteúdo da comunicação sobre essa relação. Nossa abordagem se fundamenta nos debates sobre a interação entre movimentos sociais e partidos políticos, e nas recentes discussões que enfatizam a compreensão dessa relação como uma dinâmica essencial e comum.

O resultado de nossas análises permitiu argumentar que ambos os deputados optaram por uma forma de interação ao sistema partidário por meio de modelos de interpenetração, ou seja, buscando a sua inserção em legendas já existentes e que dessem espaço para os seus quadros. Em um primeiro momento, parece haver diferenças entre ambos. Carla Zambelli, uma vez em crise com seu partido, opta por aderir ao projeto bolsonarista de criação de um novo partido, alternando, assim, entre diferentes estratégias de inserção no sistema partidário. Parte de um modelo de interpenetração e adere a um modelo competitivo de interação. Kim Kataguiri, por sua vez, apesar de migrar de partido durante o seu mandato, não alterou a sua estratégia, seguiu optando pela utilização de legendas pré-existentes para lançar sua candidatura, ao menos até o momento em que finalizamos a coleta de nossos dados. No entanto, Abelin (2020), ao estudar também os movimentos de direita, nos traz a informação de que, em algum momento, o MBL também discutiu a possibilidade da criação de um novo partido. Ou seja, tanto Kim Kataguiri como Carla Zambelli, optaram por uma inserção via legendas já existentes em função da dificuldade que suas organizações encontraram para construir uma nova legenda partidária.

Os resultados da pesquisa também permitiram que fosse feita uma discussão acerca das diferenças inerentes entre a direita brasileira, seja ela partidária ou não. Apesar de existir um debate acerca da existência ou não de uma nova direita no país, que poderia, facilmente, ser tema de uma nova dissertação, optamos por trabalhar com a ideia de que existem múltiplas vertentes da direita e que estas possuem suas expressões próprias. Tratamos a direita brasileira não como uma e indivisível, que necessitou do nascimento de uma nova direita para que voltasse ao protagonismo político, mas sim como uma direita plural, com origens e linhagens que remontam a períodos anteriores até mesmo à própria promulgação da Constituição Federal de 1988.

A relação dos parlamentares com os partidos políticos demonstra uma falta de identidade partidária forte. Existe, em ambos, uma visão personalista da política. Fortalecida, segundo Enli e Skogerbo (2013) muitas vezes como consequência da disseminação do uso das redes sociais pelos atores políticos, que tenderia à personalização da política. Tanto Carla Zambelli como Kim Kataguiri não buscam um partido político fortalecido. O deputado, apesar de usar da justificativa de uma suposta liberdade concedida a ele pelo partido ao qual se filiou, não apresenta um índice de votação na Câmara diferente de Carla Zambelli, por exemplo, tendendo a votar sempre com o seu partido e com o governo.

Assim como Carla Zambelli, o parlamentar também faz parte da direita antipolítica, no entanto, os resultados não indicam um enquadramento em uma vertente populista, e demonstra algum nível de rejeição por parte de Kim Kataguiri ao discurso autoritário proferidos por Carla Zambelli e Jair Bolsonaro. O MBL e Kim Kataguiri supostamente rompem com o bolsonarismo em 2019, quando da saída de Sérgio Moro do governo, quando o discurso em torno da atuação de Bolsonaro passa a ser caracterizado por acusações de traição, por exemplo.

O discurso antipetista segue sendo mobilizado pelos dois candidatos, com algumas diferenças: enquanto Carla Zambelli faz uso do discurso durante todo o seu mandato, não deixando de intensificar as críticas ao Partido dos Trabalhadores e a Lula em nenhum momento, Kim Kataguiri mobiliza durante o ano de 2020 e 2021 as críticas ao PT e a Lula com menor frequência. Durante a pandemia, inclusive, as críticas a Bolsonaro passaram a ser muito mais intensas do que as do próprio Lula. Na verdade, não é que o antipetismo deixe de ser utilizado enquanto instrumento de mobilização e unificação da base, o fato é que Kim Kataguiri passa a mobilizá-lo para desacreditar e justificar ainda mais a sua oposição ao governo federal.

Durante as presidências petistas, o sentimento anti-PT uniu diversos grupos e movimentos de direita. No entanto, essa união não se manteve intacta quando um representante da direita assumiu o poder. As divergências entre eles se tornaram, em alguns momentos, mais pronunciadas do que o próprio sentimento antipetista. Além disso, a sobrevivência desses grupos dentro da Câmara dos Deputados também se tornou mais desafiadora. Um exemplo disso é Carla Zambelli, que, após a saída de Jair Bolsonaro da presidência, encontrou-se isolada no Congresso e enfrentou processos de cassação do mandato. Por outro lado, Kim Kataguiri e o MBL, apesar de eleitos, retomaram discussões

sobre a criação de um partido para o movimento, o Missão. Os próximos passos desses parlamentares e suas organizações, ambos novamente na oposição ao governo, apresentam-se como questões promissoras para análise.

Referências Bibliográficas

ABDALLA, J. de S. Sobre as relações entre ativistas jovens e partidos políticos: considerações a partir de um estudo dos feminismos negros. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2022. DOI: 10.9771/ufba.br/index.php/feminismos/article/view/43269. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/43269>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

ABELIN, P. The crisis of liberal democracy and New Technologies: A case study of the Free Brazil Movement. **Cescontexto**, v. 27, p. 53-84, 2020.

ABERS, R. N.; ALMEIDA, D. C. R.; VON BÜLOW, M. Movements and Parties: Beyond Contentious Performances. **Partecipazione e Conflitto**, v. 15, n. 3, p. 970–976, 1 dez. 2023.

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ABERS, Rebecca; VON BULOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/vyJvNFtHTjZvHmJfVsN6tTQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 maio 2022.

AGÊNCIAS ENADADO. O caminho da CPI da Pandemia: da instalação ao relatório final. Senado Federal, Brasília, 19 out. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/10/o-caminho-da-cpi-da-pandemia-da-instalacao-ao-relatorio-final#:~:text=Os%20requerimentos%20que%20deram%20origem,munic%C3%ADpios%20no%20enfrentamento%20%C3%A0%20pandemia>>. Acesso em: 07 nov. 2023.

ALCÂNTARA, M. Veja as ocasiões em que o STF barrou decisões do governo Bolsonaro. **Metrópoles**, São Paulo, 12 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/veja-as-ocasioes-em-que-o-stf-barrou-decisoes-do-governo-bolsonaro>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ALMEIDA, P. Social Movement Unionism, Social Movement Partyism, and Policy Outcomes: Health Care Privatization in El Salvador”. In: JOHNSTON, Hank; ALMEIDA, P. Latin American Social Movements: Globalization, Democratization, and Transnational Networks. [S. l.]: Lanham: Rowman & Littlefield, 2006. p. 57-73.

ALMEIDA, R. d. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, 38, p. 185-213, 2019.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 21-41, jun. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

_____. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, 2017, p. 49-58, 2017.

_____. **Treze: a política de rua de Lula a Dilma.** São Paulo: Companhia das Letras, 2023. 406 p.

AMARAL, O. E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos da literatura. **Revista Debates.** Porto Alegre, v. 7, n. 2, 2013.

ANGELI, A. E.; SAMPAIO, R. C. Discussão Política no Facebook: estudo de caso de campanhas de Pequenas Corrupções – Diga Não! **Revista Compolítica**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 37-64, 2019. Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/200>> Acesso em: 25 out. 2021.

BALLESTRIN, L. O Debate Pós-democrático no Século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, vol. 4, 2018, pp. 149-164.

BAQUERO, M. A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

BAQUERO, M.; VASCONCELOS, C. Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil. **Compolítica**, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT06-Cultura-politica-comportamento-e-opiniao-publica-MarcelloBaquero.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BARBON, J. Datafolha: Lula mantém vantagem entre mulheres e empate com Bolsonaro entre homens. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-lula-mantem-vantagem-entre-mulheres-e-empate-com-bolsonaro-entre-homens.shtml>>. Acesso em: 28 set. 2023.

BBC. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de ‘gripezinha’, o que agora nega. **BBC News Brasil**, 27 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BLEE, K. M.; CURRIER, A. How local social movement groups handle a presidential election. **Qualitative Sociology**, [s. l.], v. 19, ed. 3, p. 261–280, 2006.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: Unesp, 1995.

BOLSON, B. Eleito deputado federal, Kim Kataguiri declara “voto útil” em Bolsonaro. **Uol Notícias**, 07 out. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/07/eleito-deputado-federal-kim-kataguiri-declara-voto-util-em-bolsonaro.htm#:~:text=Kataguiri%20tamb%C3%A9m%20falou%20sobre%20o,a%20gente%20tem%22%2C%20afirmou.>>>. Acesso em: 28 set. 2023.

BORGES, A. The political consequences of center-led redistribution in Brazilian federalism: The fall of subnational party machines. **Latin American Research Review**, p. 21-45, 2011.

BORGES, A.; VIDIGAL, R. **Para entender a nova direita brasileira: polarização, populismo e antipetismo.** 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2023. 426 p.

BORNSCHIER, S. Populist Mobilization Across Time and Space: An Introduction, **Swiss Political Science Review**, v. 23, n. 04, pp. 301–312, 2017.

BRAGA, M. DO S. S.; PIMENTEL JR, J.. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 271–303, nov. 2011.

BRAGA, S.S. O Uso das Mídias Sociais é Um Bom Preditor do Sucesso Eleitoral dos Candidatos? Uma análise das campanhas on-line dos vereadores das capitais das regiões sul, sudeste, e nord-este do Brasil no pleito de outubro de 2012. **Revista Política Hoje**, v. 22 n. 2, pp.125-148 2013.

BRAGON, R. Aliança pelo Brasil acaba, e partido de Bolsonaro terá 183 mil apoios descartados. **Folha de São Paulo**, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/04/alianca-pelo-brasil-acaba-e-partido-de-bolsonaro-tera-183-mil-apoios-descartados.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995**. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9096.htm. Acesso em: 15 maio 2013.

BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... Dois anos depois. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 88, p.4-17, out. 2015. Disponível em: <https://nuso.org/media/articles/downloads/COY1_Bringel_Pleyers.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

CAIANI, M. Movements and Parties: An Introduction. **Partecipazione e Conflito: The Open Journal of Sociopolitical Studies**, [s. l.], v. 15, ed. 3, p. 956-961, 15 nov. 2022. DOI 10.1285/i20356609v15i3p956. Disponível em: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/paco/issue/view/1929>. Acesso em: 23 fev. 2023.

CARREIRÃO, Y. de S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, 2014.

CARLOS, E. Movimentos sociais e sistema político nas Teorias dos Movimentos Sociais. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 17, ed. 1, p. 15-53, jun. 2015.

CARTACAPITAL. MBL elegeu oito de seus 45 candidatos. **CartaCapital**, São Paulo, 3 de out. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/mbl-elegeu-oito-de-seus-45-candidatos/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CARVALHO, A. L. Kim Kataguiri se lança à disputa da Presidência da Câmara. **Congresso em Foco**, Brasília, 6 jan. 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/kim-kataguiri-se-lanca-a-disputa-da-presidencia-da-camara-existe-pragmatismo-na-minha-candidatura>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, 72, 2016. pp. 24-41. Disponível em <http://insightinteligencia.com.br/pdfs/72.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CNS. “Estamos vivendo uma nova 2ª onda de Covid-19 no Brasil?”, questiona live do CNS que ocorrerá próxima quarta, dia 9/12. Conselho Nacional de Saúde, Brasília, 7 dez. 2020. Disponível em: < <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1507-estamos-vivendo-uma-2-onda-de-covid-19-no-brasil-questiona-live-do-cns-que-ocorrera-proxima-quarta-9-12>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CNS. Covid-19 no Brasil volta a crescer indicando 2ª onda sem que primeira tenha terminado, conclui live do CNS. Conselho Nacional de Saúde, Brasília, 9 dez. 2020. Disponível em: < <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1537-covid-19-no-brasil-volta-a-crescer-indicando-2-onda-sem-que-primeira-tenha-terminado-conclui-live-do-cns>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE. Fogos contra o STF: repercussão de ataques mobiliza ministros e autoridades. **Correio Braziliense**, 2020. Disponível em: < https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/15/interna_politica,863743/fogos-contra-o-stf-repercussao-de-ataques-mobiliza-ministros-e-autori.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. Introdução. In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. 304p.

DELLA PORTA, D.; FERNANDÉZ, J.; KOUKI, H.; MOSCA, L. **Party movements against austerity**. Cambridge, UK: Polity Press, 2017.

DELLA PORTA, D. Notes on Sidney Tarrow’s Movements and Parties. **Partecipazione e Conflito: The Open Journal of Sociopolitical Studies**, [s. l.], v. 15, ed. 3, p. 967-969, 15 nov. 2022. DOI 10.1285/i20356609v15i3p967. Disponível em: <http://sibaese.unisalento.it/index.php/paco/issue/view/1929>. Acesso em: 23 fev. 2023.

DIAS, T. É uma batalha de narrativas: os enquadramentos da ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook. Dissertação apresentada à Universidade Nacional de Brasília para a obtenção do grau de Mestre. Brasília, 2017.

DIAS, T., VON BULOW, M. e GOBBI, D. Populist Framing Mechanisms and The Rise of Right-wing activism in Brazil. **Latin American Politics and Society**, 2021.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UnB, 1980 [1951].

EL-GHOBASHY, M. Sidney Tarrow Breaches Boundaries. **Partecipazione e Conflito: The Open Journal of Sociopolitical Studies**, [s. l.], v. 15, ed. 3, p. 983-987, 15 nov. 2022. DOI 10.1285/i20356609v15i3p983. Disponível em: <http://sibaese.unisalento.it/index.php/paco/issue/view/1929>. Acesso em: 23 fev. 2023.

ESTADÃO. Basômetro: acompanhe o governismo na Câmara. Disponível em: <<https://arte.estadao.com.br/politica/basometro/>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FALCÃO, T. Após crise, integrantes do MBL deixam Podemos pelo União Brasil. **CNN Brasil**, São Paulo, 28 mar. 2022. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-crise-integrantes-do-mbl-deixam-podemos-pelo-uniao-brasil/>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FENWICK, T. B. Avoiding Governors: The Success of Bolsa Família. **Latin American Research Review**, 44, n. 1, p. 102-131, 2009.

FLECK, I. Movimentos contornam Facebook em novas estratégias digitais. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 fev. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/movimentos-contornam-facebook-em-novas-estrategias-digitais.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, v. 26, p. 401–430, dez. 2020.

GOBBI, D. Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade. 128 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Acesso em: 01 jun. 2022.

GOLDSTONE, J. A. (org.). States, parties and social movements. New York: Cambridge University Press, 2003.

_____. “More social movements or fewer? Beyond political opportunity structures to relational fields”. *Theory and Society*, vol. 33, nº 3/4, p. 333-365, jun.-ago. 2004.

GOMES, P. H. PL diz que Bolsonaro será presidente de honra do partido e vai receber salário de R\$ 41 mil. **G1**, Brasília, 27 mar. 2023. Disponível em: < PL diz que Bolsonaro será presidente de honra do partido e vai receber salário de R\$ 41 mil >. Acesso em: 20 nov. 2023.

GREGORIO, P. C.; CONTRERA, F. A direita nas eleições presidenciais brasileiras de 2018: prioridades temáticas e variações ideológicas. **Agenda Política**, 8, n. 1, p. 10-49, 2020.

GURZA LAVALLE, A.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, [s. l.], v. 21, ed. 1, p. 157-187, 2015.

G1. Datafolha, votos válidos: Lula 50%; Bolsonaro 36%. **G1**, 1 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/10/01/datafolha-votos-validos-lula-50percent-bolsonaro-36percent.ghtml>. Acesso em 27 set. 2023.

HANAGAN, M. “Social Movements. Incorporation, Disengagement, and Opportunities - A Long View”. In: GIUGNI, M. G.; McADAM, D.; TILLY, C. **From Contention to Democracy**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1998, p. 4-30.

HEANEY, M.; ROJAS, F. **Party in the Street: The Antiwar Movement and the Democratic Party after 9/11**. Nova York: Cambridge University Press., 2015.

HUTTER, S.; KRIESI, H.; LORENZINI, Jasmine. Social Movements Interactions with Political Parties. In: SNOW, David et al. *The Blackwell Companion to Social Movements*. [S. l.]: Oxford: Wiley, 2019. p. 322-327.

JUNIOR, J. P. M.; DUARTE, P. S. Movimentos suprapartidários x partidos políticos: parceria ou desafio. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 20, abr. 2023.

KALTWASSER, C. R. Rethinking the Right in Latin America. **Latin American Politics and Society**, [s. l.], v. 64, ed. 4, p. 146-156, 2022.

KATZ, R.; MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KIRCHHEIMER, O. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Ed.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: PUP, 1966.

KITSCHOLT, H. Social movements, political parties, and democratic theory. *Annals*, **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, n. 528, 1993.

_____. Movement parties. In: KATZ, Richard S; CROTTY, William (Org.). **Handbook of party politics**. Londres: Sage Publications, p. 278-289, 2006.

KRIESI, H. The Populist Challenge. **West European Politics**, v. 372, pp. 361–78, 2014. <https://doi.org/10.1080/01402382.2014.887879>.

LARA, Bruna de. MBL perde engajamento no Facebook. Piauí, São Paulo, 18 fev. 2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/mbl-perde-engajamento-no-facebook/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LUKES, S. Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In: BALL, T.; BELLAMY, R. (orgs.). *The Cambridge history of twentieth-century political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MADEIRO, C. Mais fracos, MDB e DEM perdem vaga de fiadores do poder, ocupada desde FHC. **Uol Notícias**, Maceió, 14 out. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/14/enfraquecidos-mdb-e-dem-perdem-vaga-de-fiadores-do-poder-ocupado-desde-fhc.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 5-34, 1995.

MARTINS, H. Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos: Segundo o Diap, aumentou o número de parlamentares ligados a segmentos. **AgênciaBrasil**, Brasília, 9 out. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>. Acesso em: 25 maio 2023.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 11–48, 2009.

MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, set./dez., p. 18-51, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222011000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MEDEIROS, J. A nova esquerda latino-americana: movimentos sociais, institucionalização e crise do progressismo. 2018. 287 folhas. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2020.

MELO, C. R. “Nem tanto ao Mar, nem tanto a Terra: Elementos para uma Análise do Sistema Partidário Brasileiro”, in C. R. Melo e M. A. Sáez (eds.), *A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 1, p. 71–117, 2012.

MICHELIS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora UnB, 1982 [1911].

MIGUEL, L. F. Carreira política e sistema partidário no Brasil: entropia ou reconfiguração? v. 21, 2022.

MISCHE, A. **Partisan Publics: communication and contention across brazilian Youth activist networks**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2008.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 165-175, jun. 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7071>>.

MUDDE, C. “The populist zeitgeist”. **Government and Opposition**, vol. 39, nº 4, p. 541-563, 2004.

_____. **Populist radical right parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

NasRuas. O movimento. Disponível em: <http://nasruascontracorrupcao.blogspot.com/p/o-movimento.html>. Acesso em: 18 ago. 2023.

NEIVA, L. Com PL e PP à frente, um em cada cinco deputados responde na justiça. Veja a lista. **Congresso em Foco**, Brasília, 21 set. 2022. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/com-pl-e-pp-a-frente-um-em-cada-cinco-deputados-responde-na-justica-veja-a-lista/>>. Acesso em: 08 nov. 2023.

OLIVEIRA, C. Seis vezes em que o STF obrigou o governo federal a agir durante a pandemia do covid-19. *Brasil de Fato*, São Paulo, 8 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/12/08/seis-vezes-em-que-o-stf-obrigou-o-governo-federal-a-agir-durante-a-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

OLIVEIRA, M. S. Movimentos sociais em interação com partidos políticos: a experiência do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores. **Opinião Pública**, Online, v. 27, n. 2, p. 582-622, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/crbCmLwkGqdXH84Knk8dSnR/#>. Acesso em: 22 nov. 2022.

PANEBIANCO, A. Os dilemas organizativos. In: *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1982], p. 3-39.

PEREIRA, C. F. Movimento LGBTI+ e partidos políticos: a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil. 2022. 415 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

PEREIRA, M. M. Princípios e dimensões analíticas a partir do caso das relações entre movimento LGBT+ e PT. **Novos estudos**: CEBRAP, São Paulo, v. 41, ed. 3, p. 467-486, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/gjM4nczHx3mMjykdPkncHSm/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PICCIO, D. R. Review on Movements and Parties by Sidney Tarrow. **Partecipazione e Conflito: The Open Journal of Sociopolitical Studies**, [s. l.], v. 15, ed. 3, p. 962-966, 15 nov. 2022. DOI 10.1285/i20356609v15i3p862. Disponível em: <http://sibaese.unisalento.it/index.php/paco/issue/view/1929>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 19, p. 26-45, dez. 1987.

QUADROS, M. P. R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, 24, n. 3, p. 486-522, 2018.

REZENDE, F. DA C. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 297-337, jul. 2011.

RICHTER, A. STF torna ré deputada Zambelli por perseguição com arma. Agência Brasil, Brasília, 21 ago. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-08/stf-torna-re-deputada-zambelli-por-perseguiacao-com-arma>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

ROCHA, C. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância. In: SOLANO, E. (Ed.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2018b. p. 31-45.

_____. **'Menos Marx, mais Mises'**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-19092019-174426. Acesso em: 2022-06-20.

RODRIGUES, L. DEM critica ambição de Kim Kataguiri: “Já quer sentar na janela”. **Metrópoles**, São Paulo, 10 out. 2018. Disponível em: < <https://www.metropoles.com/m-confirma/dem-critica-ambicao-de-kim-kataguiri-ja-quer-sentar-na-janela> >. Acesso em: 20 nov. 2023.

RODRIGUES, T. **Partidos, classes e sociedade civil no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Appris, 2021.

ROSSI, F. M.; VON BÜLOW, M. (orgs.). **Social movement dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America**. Surrey, Ashgate, 2015. 231 páginas.

RUCHT, D. Overcoming Movement Centrism. **Partecipazione e Conflito: The Open Journal of Sociopolitical Studies**, [s. l.], v. 15, ed. 3, p. 977-982, 15 nov. 2022. DOI

10.1285/i20356609v15i3p977. Disponível em: <http://sibaese.unisalento.it/index.php/paco/issue/view/1929>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SACCHET, T.; REZENDE, D. L. Apresentação do dossiê: partidos políticos, gênero e raça: estudos e debates sobre estruturas internas, eleições e representação política. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, 2021.

SAMUELS, D.; SHUGART, M. **Presidentes, partidos e primeiros-ministros**: Como a separação de poderes afeta a organização e o comportamento partidário. [sl] Cambridge University Press, 2010.

SARTORI, G. Da facção ao partido. In: Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. UnB, 1982 [1976], p. 23-33

SCHWARTZ, M. A. Interactions between social movements and us political parties. **Party Politics**, [s. l.], v. 16, ed. 5, p. 587-607, 5 mar. 2010. Disponível em: <http://ppq.sagepub.com/content/16/5/587>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos. - CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, Nov. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>.

SOARES, G. Carla Zambelli é a congressista mais influente das redes, diz levantamento. Poder 360, Brasília, 11 ago. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/carla-zambelli-e-a-congressista-mais-influente-das-redes-diz-levantamento/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SOLANO, E. Apresentação. In: SOLANO, E. (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

SOUZA, C. A. Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: Uma análise das manifestações ocorridas em 2015. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p.35-51, maio 2016. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/Claudio-Andre.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2019..

SOUZA, C. A.; MESSIAS, Gabriela; ESPIEIRA GONZALEZ, M. V. Representando as ruas: uma análise (preliminar) do MBL nas eleições de 2016. **Cadernos Adeunauer**, São Paulo, v. 01, p. 209, 2017.

TAMAKI, E. R.; FUKS, M. Populism in Brazil's 2018 general elections: An analysis of Bolsonaro's campaign speeches. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 103-127, 2020.

TARROW, S. **Movements and parties**: critical connections in American political development. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

TATAGIBA, L. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, n.17, p. 112-135, 2018. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMb2Ta0wNQ_MDA_c2b2c_/Entre%20as%20ruas%20

e%20as%20institui%C3%A7%C3%B5es_%20os%20protestos%20e%20o%20impeachment%20de%20Dilma%20Rousseff.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2022

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo, 2015. 304p.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 133-160, 2010 [2009].

URBINATI, N. Uma revolta contra os corpos intermediários. **Leviathan**, n. 12, 2016, p. 176-200.

VIEIRA, A. Após seis meses, CPI da Pandemia é encerrada com 80 pedidos de indiciamento. **Senado Federal**, Brasília, 26 out. 2021. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/26/apos-seis-meses-cpi-da-pandemia-e-encerrada-com-80-pedidos-de-indiciamento>>. Acesso em: 07 nov. 2023.

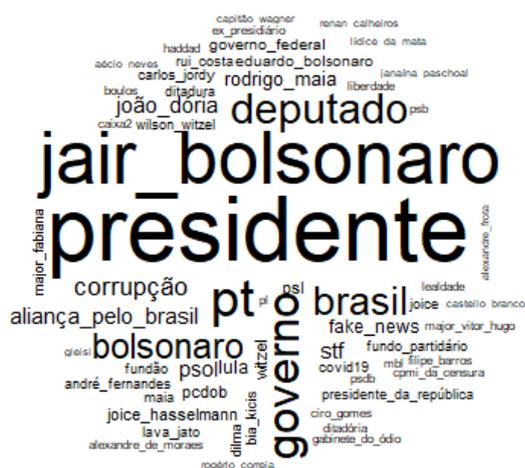
VON BÜLOW, M.; ABERS, R. N. Denialism and Populism: Two Sides of a Coin in Jair Bolsonaro's Brazil. **Government and Opposition**, p. 1–19, 10 maio 2022.

VON BÜLOW, M.; DIAS, T. O ativismo de hashtags contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 120, p. 5-32, dez. 2019.

WOLINETZ, S. B. “Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies”, In: Ghunter, R.; Montero, J.; Linz, J. (eds.). *Political Parties: Old Concepts, New Challenges*. Oxford, Oxford University Press, pp. 136-165, 2002.

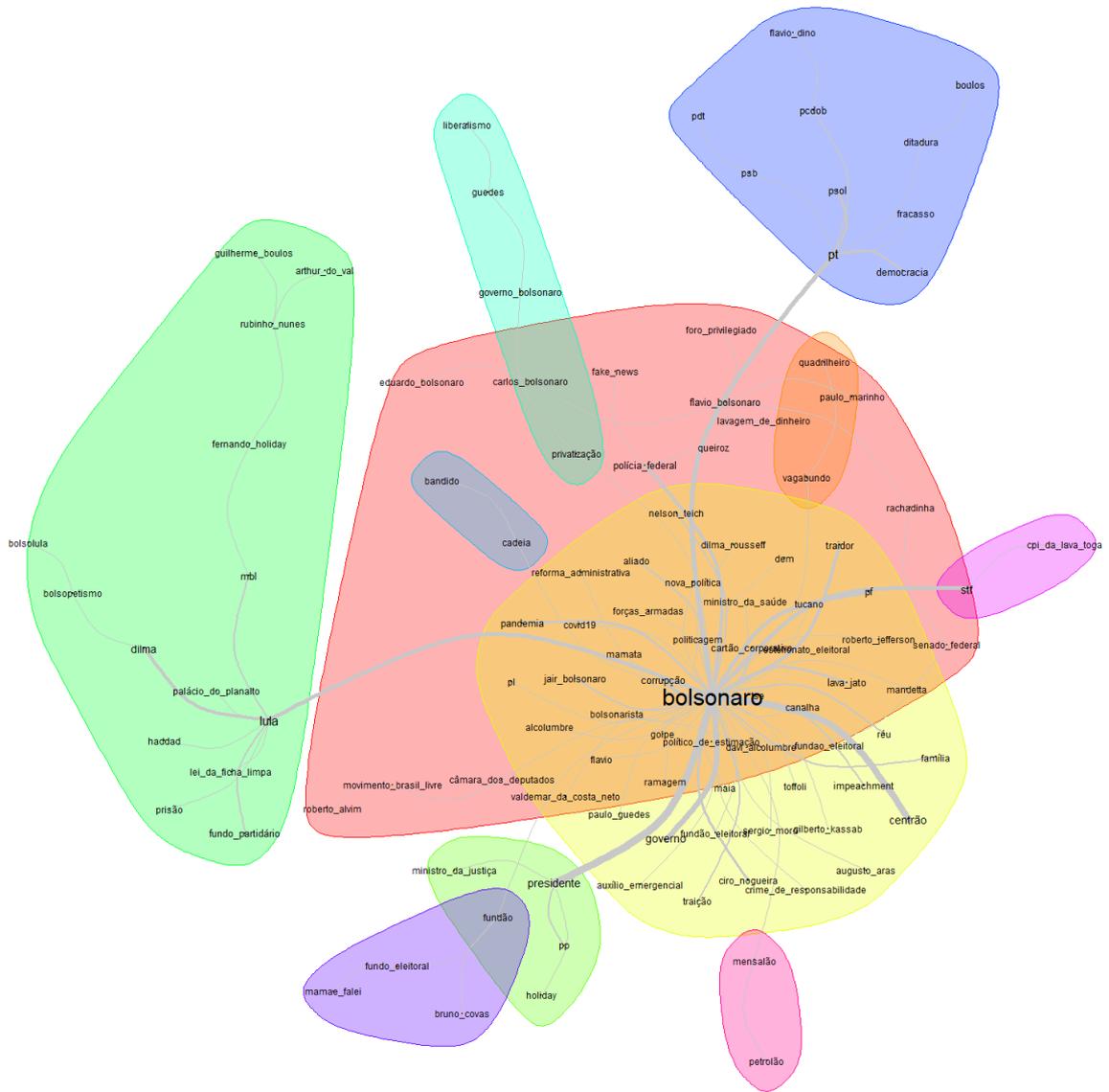
XAVIER, L. G. Kim Kataguiri desiste de candidatura e apoia Marcel Van Hattem para Presidência da Câmara. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 23 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/550950-kim-kataguiri-desiste-de-candidatura-e-apoia-marcel-van-hattem-para-presidencia-da-camara/>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

APÊNDICE A – Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante segundo ano do mandato de Carla Zambelli, 2020.



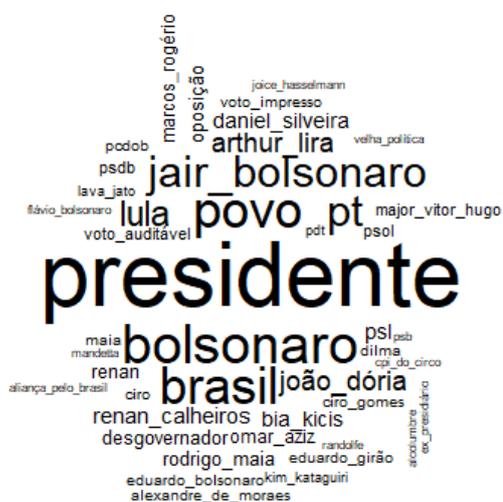
Fonte: Página oficial do Facebook de Carla Zambelli.

APÊNDICE D - Análise de Similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook de Kim Kataguiri durante segundo ano de mandato, 2020.



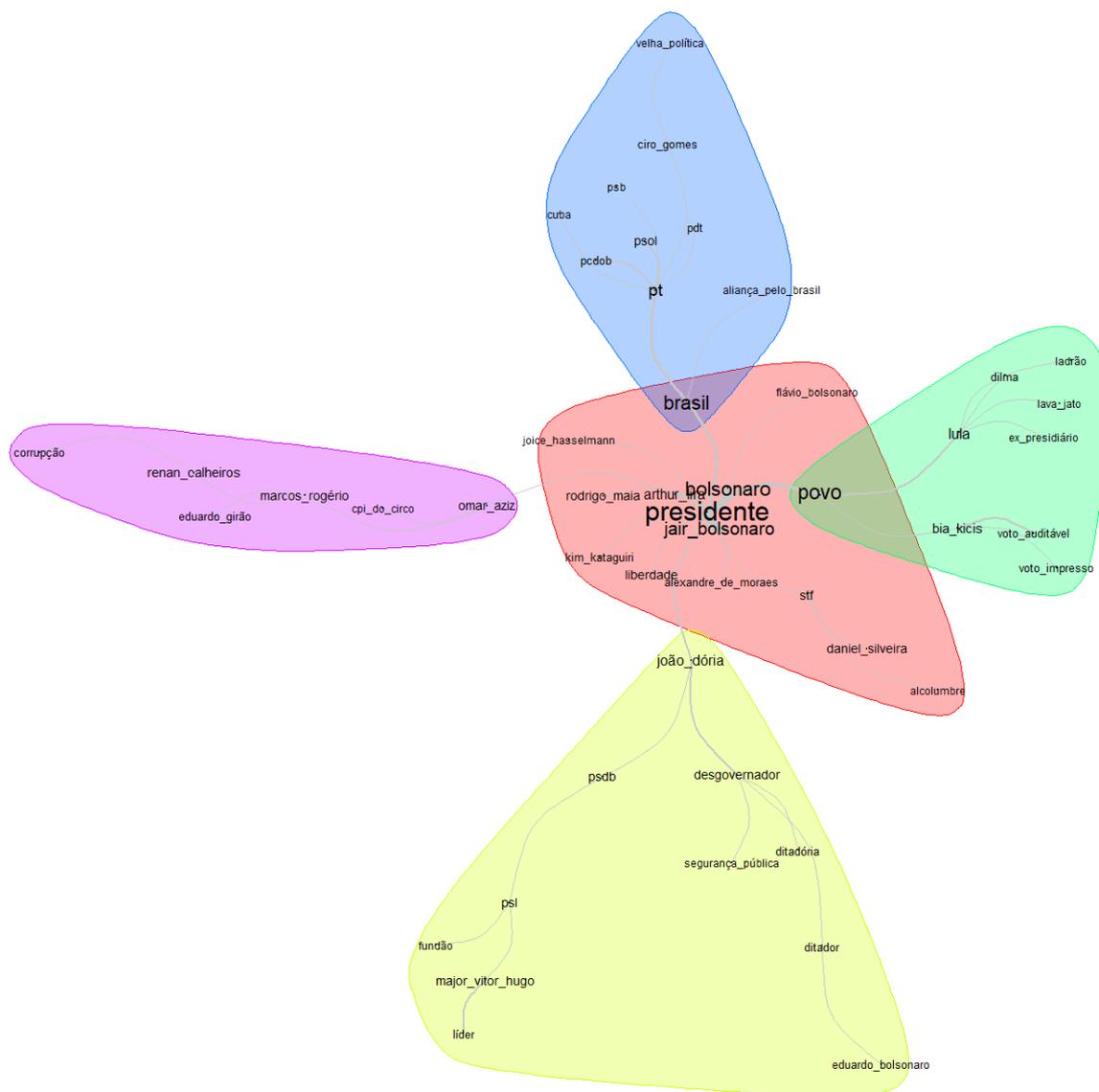
Fonte: Página oficial do Facebook de Kim Kataguiri.

APÊNDICE F – Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante terceiro ano do mandato de Carla Zambelli, 2021.



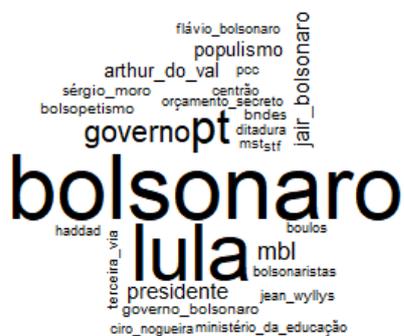
Fonte: Página oficial do Facebook de Carla Zambelli.

APÊNDICE G - Análise de Similitude entre os termos mais citados pelas publicações do administrador da página do Facebook de Carla Zambelli durante terceiro ano de mandato, 2021.



Fonte: Página oficial do Facebook de Carla Zambelli.

APÊNDICE H – Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante quarto ano do mandato de Kim Kataguiri, 2022.



Fonte: Página oficial do Facebook de Kim Kataguiri.

APÊNDICE I – Nuvem de palavras dos candidatos e partidos citados em publicações do administrador da página do Facebook durante segundo ano do mandato de Carla Zambelli, 2022.



Fonte: Página oficial do Facebook de Carla Zambelli.